

L E T R A S



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

SUPLEMENTO CULTURAL

Ano 1 nº 07 Brasília, 08 de outubro de 1999

Câmara
homenageia
Pompeu de Sousa

Em tempo de Primavera

Rioke lança **Cultura Capital**

Valéria Velasco

“O medo ameaça o DF”

Sucesso editorial

Tem sido gratificante, na condição de vice-presidente da Câmara e responsável direta pela publicação do "DF Letras", a receptividade que o nosso suplemento cultural vem obtendo junto aos mais variados segmentos da sociedade. Já em seu sétimo número, com uma tiragem de 3.500 exemplares, o tablóide é alvo de elogios vindo de todo o País e, o que é igualmente significativo, até do exterior, numa demonstração eloqüente de que a linha que adotou, a valorização cultural, encontra eco em todos os setores.

Centenas de correspondências elogiando o cunho editorial do "DF Letras" têm chegado à nossa redação. De Santa Maria, no Rio Grande do Sul, à Teresina, além de várias cidades do interior, do Entorno do DF, e até mesmo de Austin, no Texas. O gratificante é descobrir que por este País afora o brasileiro, apesar de toda a crise econômica que angustia o seu cotidiano, continua cultuando o sortilégio das letras.

Do exterior, as correspondências

também nos estimulam. Universidades, como a do Texas requisitaram todos os números já publicados. Os exemplares do "DF Letras" agora já fazem parte da coleção dedicada aos estudos dos países latino-americanos. No Brasil, além de entidades culturais, várias bibliotecas já recebem o "DF Letras". Em resumo: o nosso suplemento cultural já atravessou fronteiras.

Na condição de associada do Sindicato dos Escritores do DF, entidade a qual pertencemos há vários anos, sentimos que estamos contribuindo decisivamente para o desenvolvimento da cultura em nosso País. Recentemente, aqui mesmo na Câmara, tivemos oportunidade de receber vários representantes do mundo acadêmico de Brasília que defenderam ardorosamente a consolidação do "DF Letras". Deixamos claro que este é o nosso objetivo. O "DF Letras" veio para ficar.

Rose Mary Miranda

Vice-presidente

N e s t a e d i ç ã o

Capa: Rui Faquini

- 2 - Opinião
- 3 - Depoimento/ V. Velasco
- 4 - Depoimento V. Velasco
- 5 - Meio ambiente/artigo
- 6 - Meio ambiente/artigo
- 7 - Primavera/reportagem
- 8 - Celeiro das Antas
- 9 - Ryoque Inoue/Entrevista
- 10 - Ryoque Inoue/Entrevista
- 11 - Acadêmicos/A. Fischer
- 12 - Comitê/Fotogaleria
- 13 - Cristiano Menezes/Entrevista
- 14 - Alemanha/artigo

- 15 - Artigo/P. Bertran
- 16 - Artigo/P. Bertran
- 17 - Arte Feia/artigo
- 18 - Arte Feia/artigo
- 19 - Modernismo/C. Nunes
- 20 - Modernismo/C. Nunes
- 21 - Modernismo/C. Nunes
- 22 - Modernismo/C. Nunes
- 23 - Artigos
- 24 - História Cristã/ensaio
- 25 - Goiás/artigo
- 26 - Poemas
- 27 - Cartas
- 28 - Cenas Brasileiras



Suplemento Cultural do Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Editado sob a responsabilidade da Coordenadoria de Editoração da Vice-Presidência com a colaboração da Coordenadoria de Comunicação Social da Presidência.

Vice-presidente: Rose Mary Miranda
Chefe de Gabinete: Sebastião Cunha
Assessores especiais: Chico Nóbrega e Ivan Carvalho.

Coordenador de Editoração e Produção Gráfica: Nelson Pantoja
Programação Visual: Marcos Lisboa e Cláudio de Deus.

Fotografia: João Wesley, Jane Neves e Fábio Rivas

Editoração: Jane Neves, Luís August-

to Gomes, Marcelo Perrone, Dino Souza, Sebastião Peres, Sérgio Cáceres e Oscar Montes Monterrojas.

Colaboraram nesta edição: Paulo Bertran, Cassiano Nunes, Fernando Tolentino, Carlos Michiles, Luís Rocha e Aylê-Salassiê.

Coordenadoria de Comunicação Social: Arthur Gondim

Chefe da Seção de Divulgação: Cláudio Lysias

Chefe da Seção de Relações Públicas: Luiz Recena.

Chefe de Relações com a Imprensa: Adriana Jobim

Redação: Inaê Amado, Donalva Cai-xeta, Zínia Araripe, Cristina Timponi, João Alberto e João Paganini.

DF-Letras tem assinatura gratuita. Os pedidos devem ser enviados para o endereço abaixo, constando o nome do assinante, profissão, endereço completo e telefone para contato.

DF-Letras/Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Redação: SAIN-Parque Rural Norte

70.086-800 Brasília-DF
Telefone: (061) 347-5128

Composição da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Mesa diretora (biênio 93/94)	Eurípedes Camargo
Benício Tavares	Fernando Naves
Presidente	Geraldo Magela
Rose Mary Miranda	Gilson Araújo
Vice-presidente	Jorge Cauhy
Lúcia Carvalho	José Edmar
1º Secretário	Lúcia Carvalho
Peniel Pacheco	Odilon Aires
2º Secretário	Manoel Andrade
Cláudio Monteiro	Maria de Lourdes Abadia
3º Secretário	Maurílio Silva
Agnelo Queiroz	Padre Jonas
Aroldo Satake	Pedro Celso
Benício Tavares	Peniel Pacheco
Carlos Alberto	Rose Mary Miranda
Cláudio Monteiro	Salviano Guimarães
Edimar Pirêneus	Tadeu Roriz
	Wasny de Roure

As razões insensatas de uma revisão ampla

Nunca a noção do revisionismo esteve tão em voga no Brasil desde o momento em que a Constituição, em seu artigo 3º do Ato das disposições constitucionais transitórias estabeleceu que sua revisão seria realizada após cinco anos, contados da sua promulgação.

Naturalmente que a noção aqui adotada se refere a seu significado estreito, ou seja, a revisão de uma constituição. Já que em sentido amplo a questão do revisionismo nos remete a um dos momentos mais férteis da teoria e da prática marxista. Isto porque numa sociedade humana, seja ela capitalista ou socialista, há uma propensão do sistema a institucionalizar a mudança perpétua (queira ou não o poder estabelecido) e a criar nas classes sociais o agente de sua própria destruição. Isto, evidentemente, exige que nem a teoria marxista, nem a prática política a ela associada possam tolerar uma atrofia que as transforme numa série de axiomas intemporais. Por isso, não nos deve surpreender a sedução polêmica do revisionismo. Lênin reviu Marx. O mesmo fizeram Rosa Luxemburgo, Trotski e Mao Tse-Tung. Mesmo Engels, amigo leal de Marx, foi considerado, por alguns, como "o primeiro revisionista". Em todos, neste caso, subjaz a contradição das forças produtivas e a inevitabilidade da revolução socialista.

Como se vê, a polêmica atual da revisão da Constituição Brasileira, embora não esteja na linha polêmica da teoria marxista, denota uma preocupação histórica cuja palavra nos avoca uma das discussões mais ricas em torno das alternativas: revolução ou reforma.

O Brasil de hoje, de viver uma situação clássica de revolução, embora se viva mais do que indícios de uma guerra civil, enfrenta uma situação tipicamente reformista, nos marcos da tradicional democracia representativa.

A leitura das atas do Congresso constituinte é suficiente para esclarecer que a revisão constitucional deveria começar em 6 de outubro de 1993, sem restrições de assuntos. Naquela ocasião, os partidos de esquerda, que hoje são contra a revisão, votaram a favor, e os conservadores que foram contra, hoje estão a favor. Ora, a que se deve tamanha reviravolta no respectivo posicionamento?

A cada conjuntura política corresponde uma particularidade cuja relação de força se faz relativa. O fator de maior peso neste posicionamento recai no congestionamento de itens na agenda política que a sociedade brasileira está tendo de enfrentar. Primeiro foi o penoso processo de negociação da transição política do regime autoritário para o democrático com os inevitáveis desdobramentos tais como: a anistia; reformulação partidária; constituinte e eleições diretas. Em todos os momentos, uma certa visão equivocada da realidade, procurou disseminar a idéia segundo a qual seria a varinha de condão para os problemas da população. Hoje, sabemos, que nenhum regime tem esta vocação milagrosa, muito menos a modificação de um aspecto da estrutura jurídico-política do Estado.

Atualmente, a sociedade política brasileira e os segmentos decisórios do Estado nacional se encontram ante um complexo desafio: responder as demandas de ordem social, política, econômica e cultural da população brasileira sem incorrer no risco de naufragar a experiência recente do funcionamento democrático das instituições políticas. É preciso zelar pela democracia a respeito de um grau preocupante de descrença e descrédito da própria democracia.

Neste sentido, evitar dar azo à indisciplina e ao desrespeito pelas instituições da democracia é o mesmo que caminhar no fio da navalha, considerando os recentes episódios provocadores dos grupos de extermínio e a lentidão das respostas do governo atual.

Cabe, pois, uma picada de sensatez. Desmistificar que a realização da revisão constitucional resolverá algum problema fundamental e, ante a inevitabilidade da política revisionista, estabelecer um acordo político-partidário em torno de alguns pontos da constituição sem que isto signifique pôr em questão avanços sociais nela inscritos. Demorar nesta discussão, adiando sua resolução, implica em adentrar no contexto de um ano eleitoral, 1994, cujos desdobramentos serão de difícil controle democrático.

Como vemos, entre a terminologia marxista do revisionismo e a revisão da Constituição Brasileira há mais que mera semelhança semântica. Há uma instigante preocupação de definir, não pela via da revolução, mas pelo caminho do mais puro reformismo em que está envolvida a esquerda, que tipo de Estado queremos e por quem será controlado o poder deste Estado. Tema por demais complexo para ser equacionado em três meses. Daí sua inoportunidade.

□ Carlos Michiles - Mestre em Ciências Políticas. Professor visitante da FGV/DF

DEPOIMENTO

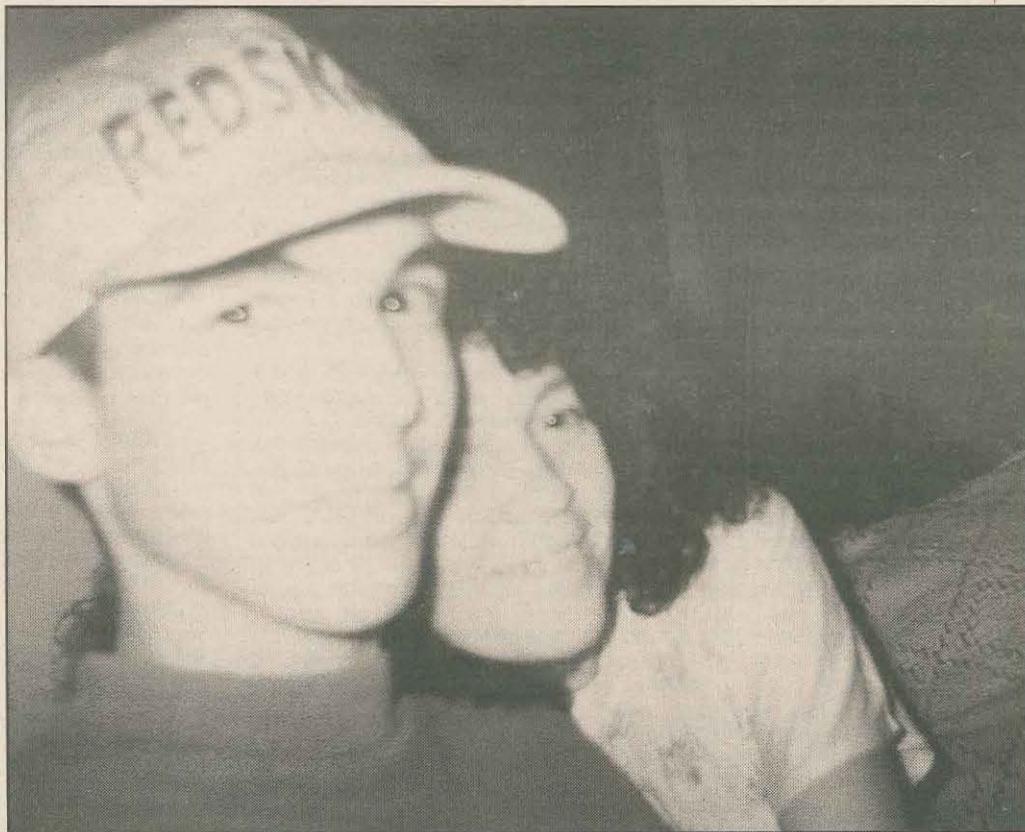
Brasília está cercada pelo medo

"Brutalidade, covardia, impunidade. Será esta a nova Brasília?". A inquietante pergunta é da jornalista Valéria Velasco de Velasco, mãe do garoto Marco Antonio, de 16 anos, "um aquariano alegre e carinhoso", brutalmente assassinado há cerca de um mês pela "Falange Satânica", uma das inúmeras "gangues" de adolescentes classe média que cercam Brasília de medo.

É sempre bom lembrar: Marquinho saiu para comprar pão e foi morto a pancadas, por 10 garotos de sua idade. Os vizinhos da 316 Norte viram a sanha delirante dos covardes. Ouviram os gritos lancinantes de sua dor. E não moveram um dedo para salvá-lo. Optaram por proteger a própria vida acuados atrás das grades que cercam seus apartamentos, que os protegem do medo.

A brutalidade, a covardia, o medo, a impunidade ficaram assim como marcas indelévelis na consciência coletiva deixadas pelo sangue de Marquinho derramado no asfalto. Será esta a nova Brasília? Será?!

Após o cruel episódio, Valéria, em sua busca por justiça, tem denunciado esta terrível sensação de Brasília viver cercada pelo medo. Neste depoimento emocionado ao "DF Letras", recorda que chegou em 1973. E que ficou encantada com "a sensação de paz transmitida pelas pessoas que descansavam, tranquilamente, nos gramados entre as casas da W3". De tão encantada resolveu ficar. Ter aqui os seus filhos. Vinte anos depois, alvo da tragédia que abalou a família que construiu, Valéria ergue sua voz para denunciar o medo que impede Brasília de viver em liberdade. Expõe seus sentimentos, sua dor, na tentativa de sensibilizar a consciência da pessoa comum, das autoridades, sempre em sua busca incessante pelo direito de Brasília ter a liberdade de voltar a viver sem medo. Como era há pouco. Como era em 73. Tudo para que outras mães não passem pelo que ela passou: a sensação de arrumar o quarto do filho que já morreu (NELSON PANTOJA)



Marquinhos e Valéria: felizes para sempre no álbum de família

Brasília sempre simbolizou, para mim e meus filhos, o novo, a liberdade, a esperança. Especialmente a liberdade, sentimento marcado a partir do impacto dos primeiros contatos com a cidade, quando aqui chegamos, em janeiro de 1973, e nos encantamos com os imensos espaços verdes, com a beleza surpreendente da sua arquitetura, que até hoje nos emociona, com a sensação de paz transmitida pelas pessoas que descansavam, tranquilamente, nos gramados entre as casas da W3.

Neste nosso primeiro ano de Brasília, o primeiro choque: o brutal e cruel assassinato da menina Ana Lídia. O crime abalou toda a população, modificou hábitos das pessoas que até então imaginavam viver numa ilha de tranquilidade, e deixou uma herança perversa na marca da impunidade e no enraizamento da descrença de todos em relação ao funcionamento das nossas instituições. Eram tempos de regime militar, e o sentimento de impotência da população manifestava-se na velha frase: "Tem filho de gente

"No Estatuto do Menor não existe a palavra dever. Só direitos. É a impunidade consagrada em lei".

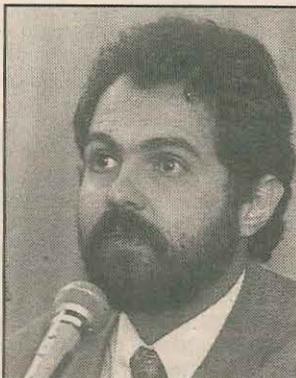
Valéria Velasco

importante no meio; nada vai se resolver".

Quatro anos depois, nasceu meu quarto filho, o Marquinho, o nosso aquariano alegre e carinhoso, que as minhas três meninas, quando adolescentes, chamavam às vezes, brincando, de meu "édipo". Nessa época, os sentimentos de esperança e de liberdade se reavivavam na cidade com o início da abertura política e dos movimentos de reconquista dos direitos políticos e da cidadania. Brasília foi assumindo novos ares e novas energias

Revisão constitucional

Agnelo Queiroz PC do B



Sempre defendemos a autonomia política e financeira do Distrito Federal. A autonomia política, resultante do processo de democratização do Estado brasileiro e de uma intensa movimentação da sociedade brasiliense, já está consolidada com a recente promulgação da Lei Orgânica do DF, que é a nossa Constituição. A independência financeira, bem mais complexa, pois envolve a interação de iniciativas de peso, como a implementação de um amplo processo de industrialização, ainda enfrenta dificuldades.

Ora, a revisão constitucional foi convocada para discutir temas bem mais

gerais. Pode ser até que venha contemplar questões localizadas, como é o caso da autonomia financeira do DF. Se isso for feito, nós estaremos lá para referendar as propostas de interesse do Distrito Federal. O que não aceitaremos é utilização da questão da isonomia, que é um consenso para todos nós, para propagar a revisão constitucional.

No nosso entendimento, a revisão constitucional é hoje o grande projeto da burguesia, dos banqueiros, dos donos das escolas privadas, do capital estrangeiro. Com a revisão, não temos dúvida, esses grupos tentarão implementar o projeto neoliberal e destruir o Estado nacional.

Na sua alça de mira estão o fim do monopólio estatal do petróleo, das telecomunicações, da mineração. Eles sonham também com a privatização da saúde, da educação e até da previdência social.

Por isso, somos contra a revisão. Se esse processo for mesmo irreversível, lá estaremos para defender todas as conquistas sociais, políticas e econômicas existentes no atual texto constitucional. Assim como defenderemos todas as iniciativas em defesa da emancipação financeira do DF.

Aroldo Satake PP



Na Carta Magna de 1988, os Constituintes cuidaram, num breve artigo com três parágrafos, somente da vedação de sua divisão em Municípios, da sua regência por uma Lei Orgânica, das atribuições da competência legislativa, da eleição do Governador e do Vice-Governador, do mandato dos Deputados Distritais e da utilização pelo GDF, das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros Militar. Esqueceram completamente da autono-

mia financeira do Distrito Federal. Esqueceram que Brasília, como sede do Poder, hospeda cerca de 60% da população oriunda da esfera federal; que somente o IPTU da Praça dos Três Poderes, se cobrado, daria para saldar grande parte de nossas despesas; que o Distrito Federal como gerador líquido de recursos para a União, arrecada cerca de US\$ 2 bilhões e recebe, via fundos vinculados, perto de US\$ 100 milhões; esqueceram, por fim, que o DF não tendo estrutura de Estado acaba sendo a unidade que menos recebe do Fundo de Participação. Faz-se necessário que os congressistas, na revisão constitucional, corrija esta distorção, de modo que o DF tenha uma participação mais efetiva no FPE e possa cumprir de forma mais fidedigna com suas funções nacionais.

as, e na década seguinte a população já ganhava as ruas com as lutas pela anistia e pela autonomia política, redescobrimo, ao melhor estilo JK, que tudo podia se transformar em alvorada. Bastava querer, e lutar.

Vinte anos depois do crime que marcou a história da cidade com o estigma da impunidade, no entanto, o cruel assassinato de meu filho Marquinho revelou uma face surpreendente de Brasília, onde os sentimentos de impotência, de descrença e de individualismo se tornaram mais fortes do que os sentimentos de luta e de esperança que marcaram os anos 80. Hoje, a cidade se fecha em torno do medo coletivo, no lugar de propostas que ampliem a liberdade e as conquistas culturais e consolidem a cidadania, o que vemos são reivindicações destinadas a empobrecer, cada vez mais, a vida das pessoas. Um exemplo que sintetiza esta face até então não claramente assumida de nossa cidade é a proposta, cada vez mais aceita pela população, para colocação de cercas em blocos e até nas quadras.

É possível aceitar que, em plena década de 90, após tantos passos importantes dados em direção à liberdade nos anos 80, a cidade retroceda dessa forma? Por que essa tendência, hoje, para a transformação das quadras em espécie de guetos, falsamente protegidos de cercas por todos os lados? Quem são, afinal, os verdadeiros inimigos da população? Onde estão as raízes da violência que tirou a vida de meu filho, que deixou marcas irreversíveis em outros jovens espancados por gangues das quadras e que, hoje, assusta toda a população? O brutal e covarde assassinato de meu filho deixou exposta uma ferida que a sociedade conseguiu esconder durante muito tempo, mas que agora terá que ser tratada. A não ser que todos queiram que a cidade se transforme em uma praça de guerra.

Em cada quadra, uma história

Com a identificação e a prisão de dez dos assassinos (um, menor de idade, ainda encontra-se foragido, escondido pela família), o massacre de Marquinho fez cair a máscara de cidade tranquila e ideal para educar os filhos, em que chegamos a acreditar, e revelou uma capital onde cada quadra tem uma história de agressão, espancamento ou assaltos para contar. Todos praticados por gangues de classe média.

Medo de represálias, falta de confiança na polícia, descrença na Justiça, são as principais causas de omissão das famílias em relação às denúncias e à apuração das agressões. "A polícia não vai fazer nada". "É menor de idade, não vai acontecer nada, nem adianta dar queixa".

O silêncio e a omissão protegem apenas os criminosos. Não podemos nos esquecer, além do mais, que colaborar com a Justiça e a polícia na elucidação dos crimes é um dever de todo cidadão para com a sociedade. A tragédia que se abateu sobre nós é um exemplo contundente: graças à coragem, ao caráter e ao senso de dever das testemunhas, os assassinos estão presos, aguardando julgamento para pagar, como manda a Lei, pelo que fizeram. Caso contrário, estariam até hoje contando vantagem, como fizeram ao chegar à 405 após o crime. Acabar com a impunidade é uma tarefa que exige a participação e a vontade de toda a sociedade. Se toda a sociedade exigir e participar, teremos instituições fortes e respeitadas.

Brutalidade, covardia, impunidade. Será esta a nova Brasília?

Marquinho sempre foi um menino calmo, alegre, carinhoso. Era avesso a qualquer tipo de violência e, assim como as minhas três meninas, foi criado para a paz. Por onde passou, espalhou o amor. Tinha duas grandes paixões: o futebol e o jogo de botão, que colecionava e ensinava, com infinita paciência, a crianças menores que ele. Muito magrinho, não conseguiu levar adiante, por falta de físico, o sonho de se tornar jogador de futebol. Conhecia todos os times do mundo inteiro, narrava os jogos de botão e dizia que ainda seria locutor esportivo.

Nunca encostou a mão em ninguém para bater. Nem ninguém havia, nunca, lhe encostado a mão para bater. A primeira vez que o fizeram, foi para matar. A brutalidade foi tamanha e tão inexplicável que muitas pessoas, apesar da ampla divulgação do caso, não conseguiram entender o crime.

É importante, por isso, resumir a história. No dia 10, de manhã, amigos de escola de Marquinho foram provocados para a briga por outro aluno, do segundo grau, de nome Gengis Keyne. As provocações já vinham da véspera e haviam sido comunicadas ao coordenador da escola, o Colégio Alvorada. No dia 10, Gengis e amigos de sua quadra que não estudam no Alvorada, entre os quais um dos assassinos de Marquinho, de nome Rogério, armados de paus e garrafas, cercaram os meninos na saída da aula, ao meio-dia. Marquinho e outros

correram e conseguiram atravessar a W3 e chegar logo em casa, na 316 Norte. Dois garotos, no entanto (Álvaro e Marco Antônio), apesar de correrem, foram pegos e apanharam, levando golpes de cabeçada no rosto. Ao atravessarem a W3 e correrem para a quadra, foram socorridos por outro amigo e por um garoto que lava carros na W2, que conseguiu bater nos agressores e dispersar a briga.

Ao chegar em casa, às 13 horas para almoçar, encontrei Marquinho e os dois amigos, que estavam com o rosto machucado pelas cabeçadas. Eles me contaram o ocorrido e sobre a ameaça que os agressores fizeram de "voltar no dia seguinte e matar quem fosse à aula". Pedi, então, que chamassem os pais deles, para que fôssemos à Delegacia registrar ocorrência e pedir providências e proteção em frente à escola, no dia seguinte. Almoçamos e fomos em seguida com os pais e Marco Antônio, à 2a. DP, onde os garotos foram ouvidos para a abertura de inquérito e os policiais prometeram providências junto ao Batalhão Escolar.

Logo após, os garotos agredidos foram para o Instituto Médico Legal, para os exames que seriam anexados ao inquérito policial, e seguiu com Marquinho para o Colégio Alvorada, para comunicar o fato à direção da escola e pedir providências e segurança para os alunos poderem frequentar as aulas em paz. Na conversa com a diretora, Marquinho disse

que os desentendimentos eram provocados por dois alunos - Gengis e F "Boss" - e que eles deveriam ser expulsos da escola. A diretora argumentou que não podia expulsar alunos por fatos ocorridos fora da escola. F "Boss", 16 anos, foi identificado pela Secretaria de Segurança como chefe da gangue da 316 Norte e Gengis Keyne é um dos assassinos de meu filho, de acordo com o inquérito policial que apurou o massacre do dia 10. À luz do dia.

Quando saímos da escola já passava de 16h30. Deixei Marquinho junto ao nosso bloco, combinei com ele que no dia seguinte o levaria e buscaria na escola, de carro, para evitar qualquer risco, se os agressores voltassem ao local, e fui para o jornal, no SIG. Assim que cheguei, minha filha Taíssia me ligou; falei com ela e Marquinho, cerca de quinze minutos depois Taíssia me ligou novamente, aos prantos. Marquinho descera para comprar pão, junto com mais três amigos; ainda dentro da quadra se deparrara com um Fiat de onde descera Rogério, Gengis e mais nove criminosos; todos correram, mas Marquinho tropeçou em uma das malditas cercas de arame em torno de um dos blocos. Foi massacrado covardemente, com requintes de crueldade descritos por muitas testemunhas, por 11 assassinos. Dez deles nem ao menos sabiam o seu nome. O único que sabia (Gengis, que estudava na mesma escola) disse em

depoimentos à imprensa que Marquinho não era de briga.

Identificados como membros da gangue Falange Satânica, esses assassinos têm muita coisa em comum: a juventude (as idades variam de 14 a 21 anos); o endereço (todos entre as quadras 404, 405 e 406 Norte); a arrogância; a ruindade; a covardia e, principalmente, a confiança na impunidade. Somente a certeza da impunidade, enraizada a partir de muitas brigas e outros tipos de delitos que as outras vítimas não tiveram coragem ou condições de denunciar, e da própria história da cidade, simbolizada pelo caso Ana Lidia, pode explicar a tranquilidade com que cometeram esse crime bárbaro em plena luz do dia, na frente de muitas pessoas que passavam pelo local ou acompanhavam das janelas, sem se preocuparem em ser reconhecidos.

Somente a arrogância e a certeza da impunidade poderiam justificar, também, o gesto com que um dos assassinos, Francisco Rivelino, se manifestou frente à televisão, após depor no Tribunal do Júri, levantando as mãos em sinal de vitória, num flagrante desrespeito à Justiça e à própria sociedade. Esse deboche esteve patente, também, entre os amigos de quadra que se reuniram em frente ao Tribunal do Júri, em apoio aos assassinos, na primeira manifestação de solidariedade a criminosos da história de Brasília.

Matar foi ficando cada vez mais fácil

Impunidade e família são palavras-chave nas discussões sobre o crescimento da violência e da criminalidade entre jovens das classes média e alta no País. Não podem ter recebido noções de valores, esses jovens, que se reúnem em gangues para agredir e matar. Não receberam nem ao menos os valores que formam código de honra até de bandidos, como por exemplo o antigo princípio de que não se deve ser covarde. "Vá bater em alguém de seu tamanho" — quem não ouviu esta frase quando criança? Envergonham qualquer bandido, somando 11 para massacrar um indefeso.

Não receberam noções de humanidade, de Justiça, nem de solidariedade. Os pais têm obrigação, determinada por lei, de acompanhar e orientar os filhos. Têm que se responsabilizar. Mas o que vemos são pais que fecham os olhos e o resultado aí está: menores portando armas; menores dirigindo, fazendo "pegas"; menores matando. Acobertados pela família, na hora em que deveriam pagar pelos seus crimes, os menores ainda não

encontram, no Estatuto da Criança e do Adolescente, limites de punição condizentes com a gravidade dos crimes cometidos. Ficou muito fácil matar e o resultado está patente no crescimento da criminalidade na faixa de 16 aos 18 anos e na classe média.

Não se poderia esperar, dentro da realidade e da cultura brasileira, que fosse outra a leitura do Estatuto: assimilou-se rapidamente a noção dos direitos, mas não se fala em deveres; pegou-se a via das facilidades sacramentadas pela lei, como o limite máximo de apenas três anos de punição, qualquer que seja a gravidade do crime cometido, e por aí menores e adultos debocham da lei e da sociedade. No caso do Marquinho, assim como em muitos crimes cometidos por menores de outras condições sociais, a estratégia foi a mesma, com os maiores jogando a culpa toda nos menores, numa tentativa de, no máximo três anos, estarem todos soltos. Dois dos assassinos que mataram meu filho com requintes de crueldade completam este mês 18 anos; de acordo com o Estatuto, não podem ficar presos por mais de três anos por este crime bárbaro.

Também está fora da nossa realidade social e econômica a fixação de responsabilidade penal em 18 anos.

Com 16 anos o menor pode votar, mas é penalmente irresponsável. Temos, então, milhões de irresponsáveis escolhendo o presidente da República? O que podemos esperar dessa contradição? Seriedade? Respeito às leis e à sociedade?

Precisamos tirar todas as máscaras, rever nossa legislação, estabelecer limites que sejam temidos e cumpridos, desde a mais tenra idade. Criança também tem deveres, e o principal deles é o respeito à vida. Se mata, é assassino, e não infrator, como estabelece o Estatuto. Não conseguiremos resolver o problema da violência e da criminalidade com figuras de retórica, mas somente a partir do reconhecimento da realidade e do estabelecimento de punições à altura. Assassinato não é infração, e tanto crianças quanto adolescentes têm que assumir isto e pagar pelos seus atos. Na cadeia, que é o lugar de criminosos. Cadeia, aliás, que deveria ser paga pelas famílias dos criminosos. Enquanto não forem eliminadas todas as facilidades e atenuantes concedidas aos criminosos de qualquer idade, a violência e a criminalidade continuarão aumentando. ”

Valéria Velasco

Revisão constitucional

**Benício
Tavares
PP**

A revisão constitucional, vem causando uma polêmica grande, de como deveria ser feita e conduzida. Como presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, acompanha esta discussão, de modo a tornar presente a defesa dos principais interesses de nossa cidade.

Tenho estado atento as discussões, procurando delinear o momento certo para a Câmara manifestar-se a respeito, e buscar uma proposta de consenso, livre de preconceitos políticos e ideológicos, mais sim imbuídos exclusivamente do bem estar de nossa cidade e de suas reais necessidades. Acredito ser necessário uma reavaliação da situação de Brasília no que diz respeito as transferências orçamentárias para nossa cidade. Precisamos garantir o repasse federal para as áreas de educação e saúde, assim como a participação do DF no fundo de participação dos Estados. Para evitar que fiquemos constantemente com o pires na mão, dependendo sempre da boa vontade do governo federal.

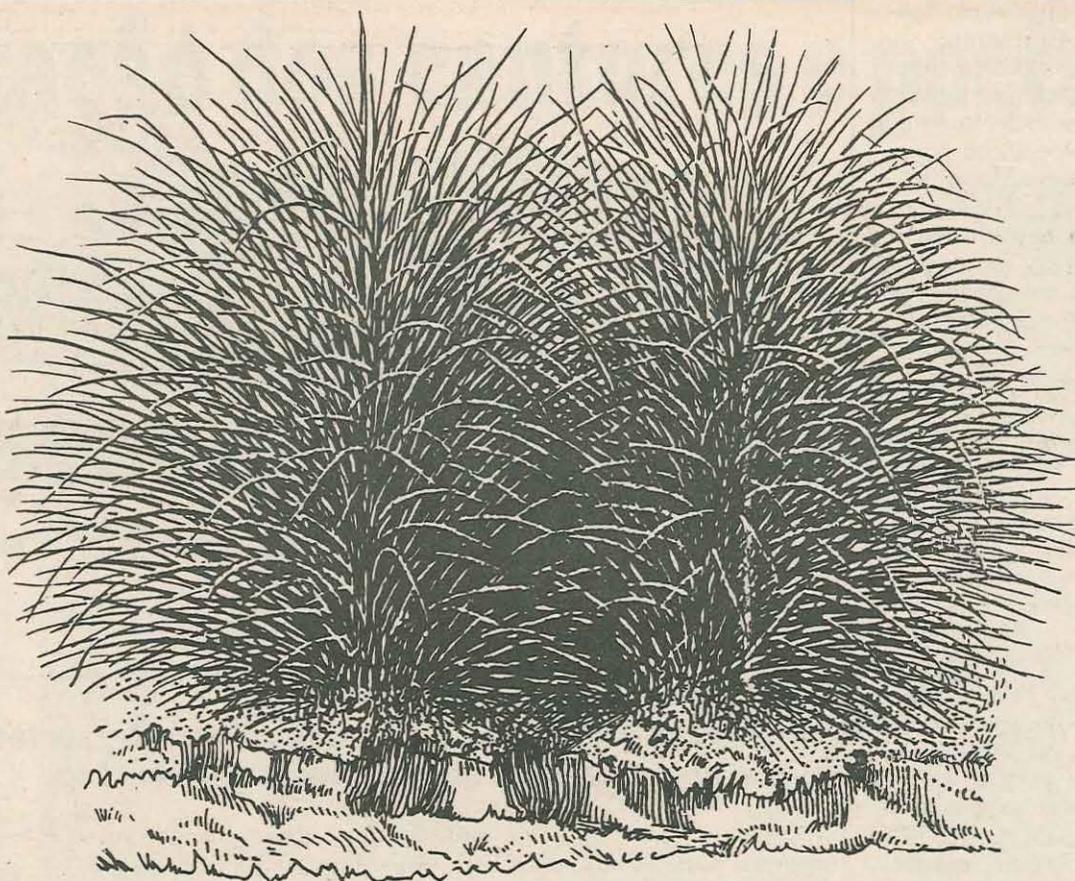
O Distrito Federal é a capital do país, é uma unidade da federação sui generis, cheia de singularidades que precisam ser levadas em conta, de modo a garantir, além da autonomia política a autonomia financeira da capital. Nesse sentido acho importante a revisão destes tópicos na Constituição; bem como a regulamentação de vários pontos, garantidos em nossa conta em 88, e ainda não regulamentados. De outra parte sou contra uma revisão ampla que possa alterar as conquistas sociais, tão importantes e tão bem colocadas na constituição federal.

**Carlos
Alberto-
PPS**

A autonomia financeira do Distrito Federal virá a partir da execução de um projeto sério de desenvolvimento econômico. Essa é a opinião do Deputado Distrital Carlos Alberto, do PPS/DF. O deputado diz que a Câmara Legislativa precisa se articular, também, para garantir, durante a revisão constitucional — se ela for confirmada pelo STF — a manutenção dos repasses de verbas da União para o Distrito Federal.

Por determinação constitucional, as despesas do Distrito Federal com saúde, educação e segurança pública são custeadas pelo governo federal. Vários pareceres do Tribunal de Contas do DF e o Balanço da Administração Centralizada mostram, entretanto, que esses recursos têm sofrido reduções drásticas nos últimos três anos.

— A qualidade dos serviços de saúde, educação e segurança oferecidos pelo GDF é cada dia menor por causa da falta de dinheiro... Mas, ao mesmo em que lutamos pela manutenção das transferências de verbas federais é preciso trabalhar para que esses recursos representem uma fatia cada vez menor no orçamento do DF. Isso só vai ser conseguido quando tivermos um governo preocupado com o desenvolvimento do DF, explica Carlos Alberto.



□ Gustavo Souto Maior

O meio ambiente na Lei Orgânica

O Distrito Federal já possui uma Lei Ambiental moderna, fruto da análise e da discussão envolvendo diversos órgãos da administração local. Mereceu atenção especial dos deputados distritais

Com certeza, o capítulo **Do Meio Ambiente** foi dos mais discutidos no processo de elaboração da Lei Orgânica. Matéria apaixonante, e que tem uma íntima relação com o futuro do Distrito Federal, foi objeto de uma atenção especial por parte de diversos parlamentares, que apresentaram uma grande quantidade de artigos, emendas e destaques.

O Distrito Federal já possui uma Lei Ambiental moderna, fruto da análise de legislações de outras Unidades da Federação e da discussão envolvendo diversos órgãos da Administração Pública local. A Lei 41, de 13 de setembro de 1989 — Lei da Política Ambiental do Distrito Federal — é considerada um modelo em todo o País, dado o seu avanço em diversos aspectos da questão ambiental. E foi adotada como referência na discussão do capítulo do Meio Ambiente na Lei Orgânica, de forma a não se aceitar nenhum retrocesso. Pelo con-

trário, na realidade houve uma busca permanente de dispositivos que representassem mais avanços.

Deve-se destacar a participação da 5ª Subprocuradoria da Procuradoria Geral do Distrito Federal. Em diversos momentos da elaboração do capítulo do Meio Ambiente, a 5ª Subprocuradoria encaminhou propostas, ficando sempre à disposição para esclarecer dúvidas de ordem legal, prestando uma importante colaboração para o aprimoramento da matéria.

Uma das primeiras questões a ser ressaltada no capítulo do Meio Ambiente na Lei Orgânica foi a preocupação com a proteção dos recursos hídricos e com a qualidade da água distribuída para consumo da população. O Distrito Federal é o divisor de águas das três maiores bacias hidrográficas da América Latina — Amazônica, Platina e do São Francisco, sendo sua rede de drenagem composta por rios de cabeceira, de baixa vazão. Já enfrenta, entretan-

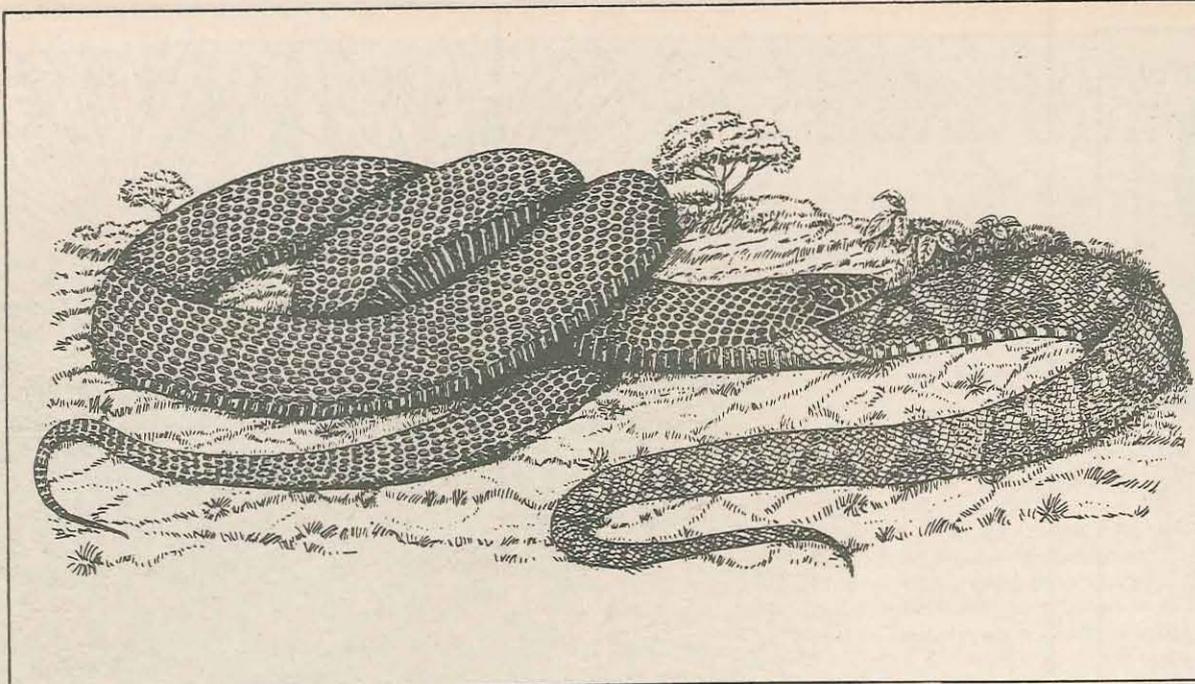
to, problemas sérios de poluição, causada pela descarga de esgotos domésticos e industriais, contaminação por agrotóxicos e diversos tipos de lixo, assoreamento devido às erosões e diminuição dos volumes de água, em função de desmatamentos e da impermeabilização do solo. Essa é uma realidade que exige maiores cuidados e atenções para o recurso natural "água".

Entre outros dispositivos relativos aos recursos hídricos, destacamos como inovações os artigos 282 e 283. O primeiro determina que a gestão do sistema de gerenciamento de recursos hídricos a partir de agora cabe ao órgão ambiental — a SEMATEC. Já o artigo 283 fixa que o órgão ambiental deverá divulgar, a cada semestre, relatório de qualidade da água distribuída à população. Isso vem corrigir uma anomalia até então existente no Distrito Federal, que era a própria empresa responsável pela produção e distribuição — no caso a CAESB — ser também responsável pela qualidade da água. Em todos os grandes centros do País, aquelas atividades são realizadas por órgãos distintos. Podemos citar, por exemplo, o Estado de São Paulo, em que a SABESP produz e distribui a água para consumo humano, enquanto que a CETESB — órgão ambiental de SP — fiscaliza a sua qualidade, divulgando periodicamente o "Relatório de Qualidade de Água para Consumo Humano no Estado de São Paulo", classificando os municípios paulistas com ba-

O capítulo do Meio Ambiente foi um dos mais discutidos no processo de elaboração da Lei Orgânica. É uma matéria apaixonante que tem íntima relação com o futuro do DF

se no Índice de Qualidade das Águas para Consumo — IQUAC. Na Lei Orgânica essa questão foi resolvida de forma adequada. O estabelecimento de diretrizes específicas para proteção de mananciais hídricos, a formulação de planos de gerenciamento, uso e ocupação de áreas de drenagem de bacias hidrográficas, enfim, o gerenciamento do sistema dos recursos hídricos, ficará a cargo do órgão ambiental. Além disso, pela primeira vez será divulgado à população um relatório periódico sobre a qualidade da água distribuída para consumo, elaborado por entidades independentes da CAESB.

Outro dispositivo que representa um grande avanço, e que não consta em nenhuma Constituição estadual ou Lei Orgânica no Brasil, é o artigo 310. Ele define que a sociedade civil poderá apresentar amostras de substâncias suspeitas de potencial poluidor, para serem submetidas à análise em laboratórios mantidos pelo Poder Público. O resultado das análises físico-químico-biológicas serão públicos. Sem dúvida, trata-se de norma muito importante, pois permite a participação ativa da população na fiscalização da qualidade de produtos e dos recursos naturais. O direito de informação, segundo o jurista Paulo Affonso Leme Machado, "é pedra basilar para o exercício de uma política de meio ambiente independente e atuante". A Lei Orgânica, além de determinar a publicidade dos resultados, fixou a responsabilidade do Poder Público em dispor dos instrumentos ne-



O artigo 283 fixa que o órgão ambiental deverá divulgar, a cada semestre, relatório de qualidade da água distribuída à população

cessários para atendimento e análise das substâncias encaminhadas pelos cidadãos.

Com o mesmo objetivo de facilitar a participação da sociedade na discussão de empreendimentos ou atividades causadoras de impactos negativos ao meio ambiente, está o artigo 289. Nele definiu-se o prazo mínimo de trinta dias em que os estudos prévios de impacto ambiental — conhecidos da população como RIMAs — ficarão à disposição do público, antes da realização da obrigatória audiência pública. Uma das razões desse dispositivo foi o estudo de impacto ambiental da obra do metrô. Apesar de ser o estudo ambiental da

mais importante obra já projetada desde a construção de Brasília, o RIMA do metrô ficou à disposição do público por apenas 17 dias antes da audiência pública. Em se tratando de trabalho de mais de 600 páginas, deve-se imaginar a dificuldade de qualquer cidadão para examiná-lo em prazo tão exiguo. Na realidade, o público interessado em qualquer projeto, que não necessariamente é composto por especialistas em meio ambiente e não pode dedicar tempo integral à análise, necessita de um período mínimo de trinta dias para o exame. E a Lei Orgânica foi sensível a isso.

Determinação de suma importância foi a proibição da instalação de depósitos de resíduos tóxicos ou radiativos de outros estados e países, conforme estabelece o artigo 308. Este é um problema sério, e que não foi resolvido a contento em nenhum lugar do mundo. Ninguém quer viver perto de substâncias tóxicas, ou que emitam radiações, em muitos casos por centenas de anos. Não é à toa que os Estados Unidos vão gastar mais de 100 bilhões de dólares nos próximos 20 anos com o lixo atômico, pesquisando e tentando criar formas de disposição adequadas, até hoje não encontradas. Além da não solução do destino do lixo tóxico produzido aqui mesmo no Brasil, existe a pressão de países do Primeiro Mundo para exportarem os seus lixos. Há pouco

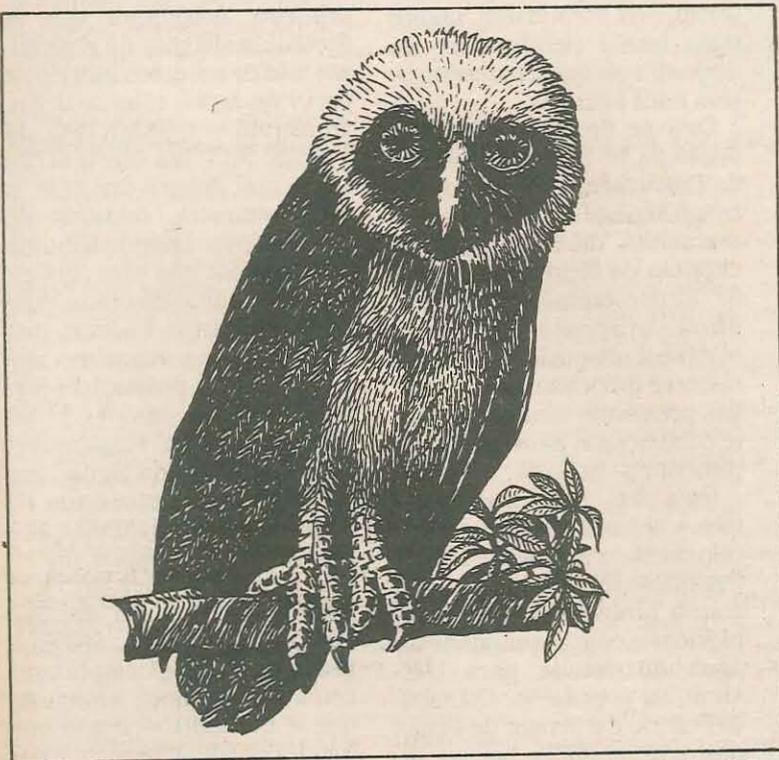
tempo atrás foi denunciada a tentativa de um consórcio internacional de implantar em Pernambuco uma refinaria de "reciclagem" de resíduos industriais de países do Primeiro Mundo, que recebeu o repúdio de mais de 800 entidades ambientalistas de 148 países, reunidas no final do ano passado em Paris. E a Greenpeace americana divulgou recentemente um documento onde relaciona cerca de 500 empresas, a maioria dos EUA, que se dedicam ao transporte de lixo, e de 1000 casos de ofertas para construção de instalações para "reciclar" lixo com origem nos países desenvolvidos. A sofisticação da indústria do lixo chegou ao ponto de promover um verdadeiro comércio internacional de resíduos tóxicos e, por

tanto, indesejáveis. É uma pressão econômica muito forte. Daí a importância do que foi definido na Lei Orgânica em relação a esse assunto. É uma questão que merece toda a nossa atenção e cuidados redobrados. Com essa mesma preocupação, a Lei Orgânica vedou a fabricação, comercialização e utilização de equipamentos e instalações nucleares, à exceção dos destinados a pesquisa científica e a uso terapêutico, que dependerão de licença ambiental.

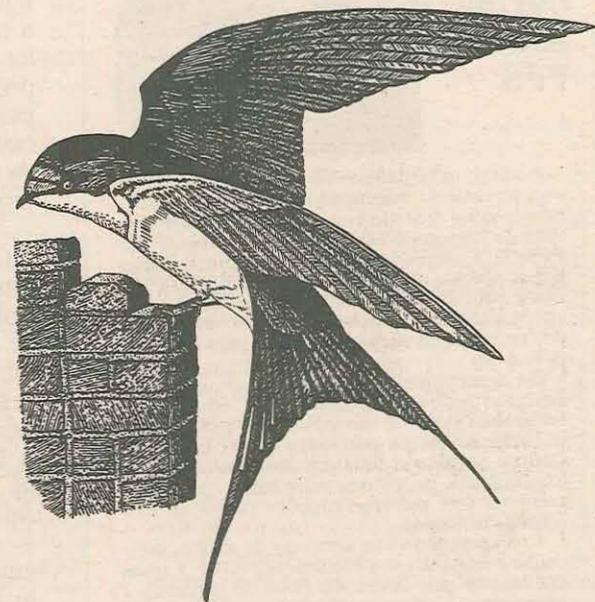
Finalmente, o artigo 26 do Ato das Disposições Transitórias determina a realização do zoneamento ecológico-econômico do território do Distrito Federal, no prazo de 24 meses e com a participação de órgãos representativos da comunidade. Este é um estudo de fundamental importância para qualquer planejamento futuro do Distrito Federal. Será a primeira vez em que o componente econômico será estudado conjuntamente com o ambiental, em um trabalho envolvendo todo o DF.

Estes são comentários sobre alguns dos principais dispositivos da Lei Orgânica relativos ao Meio Ambiente. Na realidade, são 34 artigos e vários parágrafos e incisos, que espelham uma grande preocupação com a matéria. E não poderia ser diferente. O Distrito Federal, com suas características singulares, e por abrigar Brasília — Patrimônio Cultural da Humanidade — deve ser um espaço modelar, e exemplo de respeito à Natureza.

Gustavo Souto Maior é Chefe de Gabinete do Dep. Carlos Alberto e membro do Conselho de Política Ambiental do DF.



Ficou definido o prazo mínimo de 30 dias em que os estudos prévios de impacto ambiental — conhecidos da população como RIMAs — ficarão à disposição do público



O artigo 26 do Ato das Discussões Transitórias determina a realização do zoneamento ecológico-econômico do DF num prazo de 24 meses

Primavera: estação dos cantores e poetas

Zinia Araripe

jornalista

A primavera, como um dos quatro períodos em que é dividido o ano pelos equinócios e solstícios, na prática não existe no Brasil. Mas, em Brasília, essa fase do ano, bem caracterizada em outros países, adquire um pouco dos tons da estação preferida dos cantores e poetas. É a época em que começa a chover, depois da seca de rachar os lábios, fazer arder olhos e garganta e entristecer o coração, no compasso da paisagem cinzenta e do calor que convida ao recolhimento e à modorra.

Do latim **primo vere** (começo do verão), a primavera começa oficialmente em 22 de setembro e termina em 20 de dezembro. Sucede o inverno, que por sua vez enterra o outono, estação associada à idade avançada — quem não ouviu a expressão “anos outonais”? — e ao contrário desta é vinculada poeticamente ao viço da juventude. Não é à toa que se diz da debutante que ela acaba de completar 15 primaveras.

Na Capital Federal, a primavera chega na esteira das primeiras chuvas de setembro, que varrem os últimos vestígios da poeira avermelhada e devolvem o verde aos vastos gramados e milhares de árvores, plantadas para atenuar a aridez deste pedaço de chão antes da construção de Brasília.

E foi para atenuar a aridez do Planalto Central que Brasília acabou se transformando em exemplo mundial de aplicação das técnicas de arborização e floricultura. Pra não dizer que não falamos de flores, o produto mais típico da

primavera, nos últimos dois anos a cidade plantou uma flor para cada brasileiro, o que totaliza cem milhões de zínias, petúnias, bocas-de-leão, verbenas e outras, a enfeitar canteiros, balões e meios-fios.

O diretor do Departamento de Parques e Jardins da Novacap — o órgão responsável pelo verde da cidade e pelo colorido das flores —, Ozanan Correa Coelho, não gosta de falar em primavera, segundo ele mais um conceito cultural que importamos da Europa, sem correlato no nosso clima tropical.

Mas é inegável o aspecto primaveril de Brasília durante quase todo o ano. É, inclusive, durante a seca, quando o verde das árvores e dos gramados dá lugar a variados tons de cinza, que as flores ganham um viço especial, o que é explicado pela adaptação das espécies escolhidas ao nosso clima desértico.

Quando vêm as primeiras chuvas, então, a cidade floresce por inteiro. É quando, também, as cigarras eclodem de sua vida latente, enterradas o resto do ano no solo, sob a forma de pupa, para se acasarem e perpetuarem a espécie em meio a uma cantoria que não escolhe hora e só chega aos nossos ouvidos graças ao verde que invade a área urbana.

Diferente das flores, as árvores plantadas em Brasília não são espécies importadas de outras paragens, mas produtos típicos do cerrado: ipês amarelos, brancos e roxos, guaresmeiras, jequitibás do cerrado, aroeiras. Espécies escolhidas, segundo Ozanan Coelho, para que as árvores da cidade se harmonizem com o ecossistema que viceja ao seu redor.



Foto: João Wesley

Em Brasília, entre zínias e petúnias, existe uma flor para cada brasileiro

Câmara planta seu bosque

A Câmara Legislativa do DF acaba de dar uma contribuição bem própria para o verde de Brasília, além dos inúmeros projetos de lei criando parques ecológicos ou tratando da preservação do meio ambiente.

No dia 22 de setembro, primeiro dia da primavera, a presidente interina da Casa, Rose Mary Miranda, assinou um ato da Mesa Diretora criando o “Bosque dos Distritais”, inspirado no já existente “Bosque dos Constituintes”. Cada deputado distrital plantará, mensalmente, uma

árvore na área que cerca o prédio da Câmara, já bem dotada em matéria de verde.

No mesmo dia, o Secretário de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do DF, Paulo Timm, promoveu o tombamento de uma imponente espécie vegetal que margeia a rampa de acesso ao plenário da Câmara Distrital. Trata-se de uma gomeira (*Vochysia Thysoidea Pohl*), árvore típica do cerrado que pode atingir 10 metros de altura e de cuja seiva se faz um vinho bastante

apreciado pelos goianos.

A partir de agora, a até então ignorada gomeira, também conhecida como pau-de-tucano e árvore do vinho, servirá de referência para os planos de educação ambiental sobre o cerrado, junto com outras 12 espécies tombadas pelo patrimônio ecológico do DF. Quando se perfura seu tronco, ela asperge um líquido amarelo ou avermelhado empregado ainda nas afecções do aparelho respiratório e utilizado pela indústria extrativa do Centro-Oeste.

Revisão constitucional

Cláudio Monteiro
PDT



A Constituinte foi solidária com Amapá e Rondônia, quando os emancipou, e Tocantins, então criado, cometendo à União as despesas pela manutenção dos primeiros e os débitos pelos empreendimentos feitos por Goiás na área do último.

Na revisão constitucional, precisa ficar bem claro este conceito de solidariedade nacional, aí considerada a situação do Distrito Federal. Afinal, como o nome indica, este não interessa apenas aos brasilienses, mas a todos os brasileiros.

A análise que a Constituinte fez do Distrito Federal ficou somente nos limites da sua autonomia, ali con-

quistada. Salvo quanto à segurança pública, não se reivindicou a responsabilidade da União pela manutenção da Capital, um compromisso que não pode escapar na revisão constitucional.

Há que se manter a autonomia, mas sua manutenção deve caber a toda a Nação. Os brasilienses não têm como arcar com o ônus dos serviços oferecidos a todos os brasileiros, seus representantes, dirigentes e diplomatas estrangeiros. São custos naturalmente altos e não podem ser jogados sobre os ombros dos brasilienses sob pena de os governos locais priorizarem os interesses de seus eleitores, permitindo a degradação do nível de vida das autoridades federais.

A saída é o estabelecimento, na revisão constitucional, de um Fundo destinado à manutenção dos serviços públicos locais do Distrito Federal, constituído como parte dos impostos federais cobrados aos brasilienses, mas também aos outros brasileiros.

Edimar Pirineus
PP



A autonomia financeira do DF na revisão constitucional

O processo de revisão constitucional, previsto para ser desencadeado brevemente, representa uma oportunidade ímpar para se repararem os prejuízos acarretados ao Distrito Federal pelos atuais mecanismos de arrecadação e transferência tributárias, que colocam a Capital Federal em posição de evidente desvantagem face às demais unidades da Federação.

A esse respeito, é importante destacar que o Distrito Federal gera um significativo volume de recursos fiscais, através de um processo produtivo gerador de rendas que, somente no ano de 1990, por exemplo, resul-

tou na arrecadação de quatro bilhões de dólares, total equivalente ao PIB da Bolívia. Apesar do expressivo volume de recursos arrecadados, o Distrito Federal padece de uma crônica falta de recursos e ainda é acusado de dependente da União, como se um peso fosse.

Esta falta de recursos tem uma razão única: o injusto sistema de repasse, que não permite ao DF receber a quota a que deveria fazer jus, proporcionalmente ao valor da sua arrecadação e às suas funções de Capital Federal e de sede de Patrimônio tombado pela humanidade. Como não tem estrutura de estado, o DF, pela atual Constituição, é a unidade menos aquinhoadada pelos Fundos de Participação dos Estados e Municípios, ficando a quase totalidade dos recursos que arrecada em poder da União.

É preciso, pois, sanar esse desequilíbrio no processo de revisão constitucional, para permitir que Brasília, como unidade reconhecidamente produtiva, possa aplicar os resultados da sua arrecadação em benefício da sua população.

Câmara inaugura comitê e fotogaleria

Sala de imprensa homenageia Pompeu de Sousa

O comitê de imprensa da Câmara ganhou o nome de Pompeu de Sousa e, sua inauguração (10/9), a marca do combativo jornalista e político: a paixão. Uma rápida amostragem: o jornalista Mário Garófalo, que o conhecia desde 1946, pediu a palavra e não concluiu o discurso, tomado pela emoção. Pompeu foi homenageado pelo jornalista que foi e, especialmente, por sua luta pela representação política de Brasília.

Apesar de conhecer a aversão do ex-senador por homenagens solenes, a deputada Rose Mary Miranda, autora do projeto de resolução que deu nome ao comitê, justificou sua proposta: "A admiração pela combatividade e vitalidade com que ele se dedicou às causas públicas não poderia passar em branco".

A cerimônia, propositalmente marcada para o Dia da Imprensa, lotou o comitê. Estiveram lá a viúva do senador, Otilia, e seus filhos Roberto e Ana Lúcia, além de autoridades do governo, como o secretário de Obras José Roberto Arruda, deputados federais, como Sigma-tinga Seixas (PSDB/DF), e muitos distritais.

Aberta a cerimônia, seguiram-se vários discursos, todos guiados pela emoção e apelo de que o sonho de liberdade de Pompeu de Sousa seja o parâmetro maior para o trabalho dos jornalistas responsáveis pela cobertura da Câmara.

Sigmaringa tentou definir o modo de ser apaixonado de Pompeu, frisando que sua paixão maior, talvez a única maior que a por dona Otilia, foi a liberdade. Paixão que, para o deputado federal, levou Pompeu a se engajar de modo absoluto na luta pela autonomia política do DF.

O presidente da Câmara,

deputado Benício Tavares, encerrou a homenagem sem discurso. Ele disse entender que tudo o que havia a ser dito fora dito por todos, mas aproveitou para anunciar o lançamento, em breve, do Prêmio Pompeu de Sousa de Jornalismo, criado por uma resolução da Mesa. A resolução espera apenas por sua regulamentação.

A Câmara inaugurou também a Fotogaleria, único espaço permanente para exposições fotográficas em Brasília. Ela foi aberta com uma exposição de fotos, de vários autores, da elaboração da Lei Orgânica do DF, mas seu espaço estará aberto para vários temas, que podem ir do menor abandonado à qualidade de vida no DF.



22 de setembro: Benício e deputados inauguram a fotogaleria



10 de setembro: a deputada Rose Mary Miranda discursa na inauguração do comitê

Um jornal que é "Dito e Feito"

Os servidores da Câmara conquistaram um espaço com a cara da Casa — democrático, para se manifestar: é o jornal Mural "Dito e Feito". O jornal, localizado entre as agências do BRB e a Caixa Econômica instaladas na Casa, foi criado para proporcionar um espaço ágil, dinâmico e exclusivo de comunicação dos servidores.

Seu formato democrático começou com a escolha do nome, por concurso. O Setor de Assistência Social, responsável por sua edição, recebeu 156 sugestões, e a Comissão Julgadora escolheu "Dito e Feito", apresentado pelo servidor Sebastião Teixeira Gomes, do Gabinete 3.

O jornal, de fato, tem a cara de um jornal.

Na seção de talentos os servidores podem se expressar com mais liberdade e a Casa pode descobrir seus poetas, críticos de arte e outros, como os chama o "Dito e Feito", talentos. Foi nesta seção que a Casa descobriu o crítico de cinema Noé Stanley Gonçalves, assessor legislativo da Comissão de Assuntos Sociais. (Texto ao lado)

O jornal é editado às quartas-feiras, pelo pessoal do Setor de Assistência Social, e quem quiser publicar seus trabalhos deve atender ao seu horário de fechamento, levando o material até as manhãs de terça-feira. Não há burocracia. O material pode ser levado diretamente a Ieda Rebelo Nasser, a editora, que atende no ramal 117.



Servidores da Câmara mostram o jornal mural

□ Crítica de cinema

"Traídos pelo desejo"

Noé Stanley Gonçalves

Fergus (Stephen Rea) é um militante do IRA (Exército Revolucionário Irlandês) encarregado de sequestrar o soldado negro Inglês Jody (Forest Whitaker), a fim de trocá-lo por um militante do IRA preso pelos ingleses. Jude (Miranda Richardson), amante de Fergus, ajuda-o a atrair e prender Jody.

Durante o cativo desenvolve-se entre o dois homens uma sólida e desesperada amizade. Em seus tensos diálogos, enquanto espera a morte, Jody conta a Fergus a fábula da rã e do escorpião, para dizer que "as pessoas simplesmente fazem aquilo que é de sua natureza fazer, não importa como elas se expliquem, não importa o que digam", nas palavras do próprio diretor do filme, o irlandês Neil Jordan. E, num gesto de confiança na boa natureza de seu carcereiro, Jody lhe fala de sua namorada Jil (Jaye Davidson) e lhe pede que cuide dela. Esta misteriosa figura é tão presente para Jody, que acaba fascinando Fergus.

A partir deste núcleo dramático, o diretor constrói magistralmente uma trama que envolve e seduz também os espectadores, explicitando as ambiguidades das relações políticas, sexuais e raciais, sem cair no maniqueísmo simplista entre bem e mal.

Filme que fascina e incomoda o espectador que se coloca nos conflitos das próprias personagens, porque coloca em questão se a linha que divide as pessoas passa pelas diferenças entre concepções políticas, nacionalidades, raças ou sexos, ou entre as pessoas generosas e solidárias e as pessoas mesquinhas e egoístas. E, apesar da aparente simplicidade da fábula, o autor dá a entender que a nossa verdadeira natureza só se revela quando temos de enfrentar os conflitos de lealdade e decidir sobre nossa vida e a dos outros.

Sobre o mistério da identidade de Jil e o desenlace surpreendente da trama é melhor deixar para você conferir.

Neil Jordan já nos encantou com "Na Companhia de Lobos", uma reelaboração onírica do Chapeuzinho Vermelho e do despertar sexual na adolescência; com seu edipiano "The Miracle" e com o invulgar e pouco conhecido "Mona Lisa". Agora nos encanta com esta nova abordagem do tema do amor inadequado e da fascinação por este obscuro objeto de desejo.

Afinal, profundidade não é sinônimo de tédio.

Vale a pena ver, curtir e discutir.

Noé Stanley Gonçalves - Assessor Legislativo - CAS

Revisão constitucional

Entrevista/Ryoke Inoue

Eurípedes Camargo-PT



A autonomia política conquistada pelo Distrito Federal, com a eleição direta para governador e a criação da Câmara Legislativa, formou na população a expectativa de que importantes mudanças ocorreriam rumo à autonomia financeira. Durante a elaboração da Lei Orgânica, essa expectativa foi em grande parte desfeita com a derrota da proposta de eleições diretas para as administrações regionais, passo importante para a municipalização do DF e condição essencial para nossa autonomia econômico-financeira.

O Distrito Federal vive hoje uma realidade ambígua. Apesar da Constituição de 1988 ter dado ao DF autonomia idêntica a dos demais Estados da Federação, caracterizando-o por conseguinte como um Estado, o Distrito Federal ainda depende das transferências diretas feitas pela União, que se referem a uma parte devida na arrecadação tributária do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados, não repassada na alíquota atual do DF no Fundo de Participação dos Estados e na ausência de participação de suas regiões administrativas no Fundo de Participação dos Municípios. A quota de participação é, portanto, insignificante, sujeitando o Distrito Federal a uma situação humilhante de dependência do Executivo federal, com reflexos diretos nos serviços públicos de saúde, segurança e educação.

Fernando Naves-PP



A transferência de recursos da União para o Distrito Federal é uma ação lógica que deve ser mantida na revisão constitucional, como forma de preservar a integridade econômica do DF, Capital da República.

Brasília tornou-se uma cidade atípica, aportando o Poder Público Federal, as representações dos Estados, os organismos Internacionais e ainda abriga e atende habitantes de outras Unidades a Federação. Todo este acúmulo numa cidade que não é auto-suficiente e que não foi projetada para tal. Se a União não mantiver o acordo que vem honrando há anos, a cidade corre o risco de não sobreviver.

O que nos causa estranheza maior é que Brasília paga pela falta de assistência dos demais estados, como já constamos anteriormente, mas é conhecida como "a capital da impunidade", talvez por não cobrar das outras localidades o que seria merecido. É uma situação, no mínimo, antagônica.

A solução para alcançarmos a nossa independência é a implantação de indústrias não poluentes, setorizadas nas cidades-satélites, de forma a dar autonomia a todas e cada uma delas. Mas, este processo, como ocorre em todas as metrópoles, é lento e gradual e Brasília não poderá ser punida com um corte abrupto de recursos, na revisão constitucional.

le já escreveu mais de 1009 livros. Autor mundialmente consagrado, figurando no Guinness Records, o "livro dos records", como o escritor que mais publicou romances em todo o mundo, Ryoki Inoue, paulistano de Vila Mariana, decidiu morar em Brasília. Veio "buscar as coisas na fonte" para a nova linha mística-filosófica que passou a adotar. "Brasília é isso" — observa. Ryoki já entrou no mercado japonês — escreve para a colônia brasileira — e pretende entrar firme no mercado norte-americano. Através de sua editora Brigde, já instalada em Brasília, vai lançar a revista **Cultura Capital** dedicada a revelar a verdadeira cultura contra as manifestações "pseudo-culturais" que existem por aí. A revista sai em outubro.

Brasília é fonte de inspiração

NELSON PANTOJA

Jornalista

O que o motivou a morar em Brasília?

Foi uma linha de livros esotéricos que comecei a desenvolver no ano passado. Em julho, agosto, com o romance a "Bruxa". É uma linha que não tem nada com o estilo do Paulo Coelho.

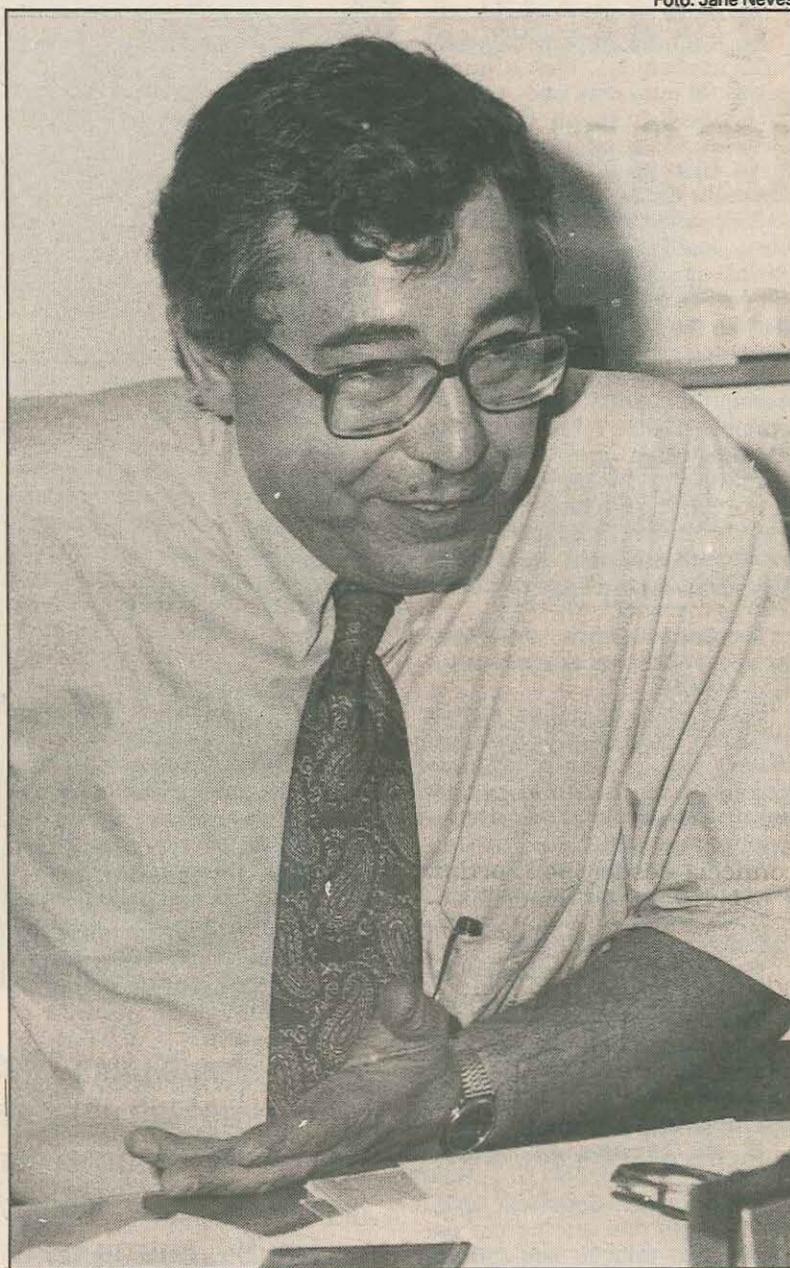
O que diferencia o seu trabalho da linha do Paulo Coelho?

O Paulo Coelho escreve e faz considerações a respeito da linha mística-filosófica. Eu não. Eu simplesmente escrevo, narro, descrevo uma estória onde acontecem algumas coisas místicas, espiritualistas ou espiritistas, alguma coisa assim... O segundo livro da série que eu lancei aqui em Brasília chama-se "O Nome não importa"...

Quando foi o lançamento?

Foi em agosto. Dia 24. Este livro é uma aventura de um escritor cartesiano, bastante cético, pé-no-chão, meio materialistas até, que vive uma experiência espiritualistas. Bem voltada, no caso, para o kardecismo. No livro "A Bruxa" o contexto é mais no âmbito da demonologia. O terceiro livro da série deve sair ainda este ano. Vai se chamar "O Mensageiro". É um livro que fala

"Estou morando em Brasília com o objetivo de buscar as coisas na fonte. Sigo agora uma linha mística, embora diferente do Paulo Coelho. E Brasília é isso"



Ryoki utilizou 39 pseudônimos em seus livros de bolso

sobre supostos seres extraterrestres que podem ser verdadeiramente os espíritos dos que ficaram aqui. A idéia, enfim, é polemizar um pouco o conceito padrão espiritualidade jogando algumas coisinhas de ficção científica. Não será um livro de ficção científica, de jeito nenhum, embora possa até ser visto por este ângulo. Estou pesquisando algumas coisas bastante interessantes nesta área, inclusive um relatório da Nasa de 72.

E Brasília, pela fama de Capital de Terceiro Milênio, é o local ideal para você desenvolver estes trabalhos?

Brasília, além de tudo, é uma cidade mística. Tem uma população de místicos muito grande. É um manancial de estórias. O objetivo é ir buscar as coisas na fonte.

Há quanto tempo você já mora em Brasília?

Entre idas e vindas, desde janeiro. Mas mudar mesmo há dois meses.

Quer dizer: esta estória toda de Brasília mística, Nova Era, favorece o seu trabalho?

É. É isso mesmo...

Você já fez contatos com grupos esotéricos aqui em Brasília. Tá desenvolvendo pesquisas neste campo?

Não chegou a hora ainda de

fazer com grupos, mas com várias pessoas que têm uma tendência bastante puxada para este lado. Já estive por exemplo na Pirâmide de Cristal, mas não visitei ainda o Vale do Amanhecer. Tem uma porção de lugares que pretendo ir. Já ouvi falar sobre um grupo que mantém contato com extraterrestres. Vou procurar todo mundo.

Vamos a nossa curiosidade maior: como você explica esta pontencialidade de já ter escrito mais de mil livros? Como acontece?

Acontecendo..

Acontecendo, como?

Não tem fórmula.

Se não tem explicação científica, mística, nem explicação literária, tem o quê?

Uma explicação paranormal? Pode ter, não sei. Pode realmente ter, mas eu, sinceramente, nunca me preocupei em ficar destrinchando isso. Eu sempre penso um bom começo para um livro. Eu sento e começo a contar uma estória pra mim mesmo. E aí sai um livro.

Com esta fórmula aparentemente simples quantos livros você já escreveu?

1009 livros.

Esta produção toda o levou a entrar no Guinness Book. Quando isto aconteceu?

□ Entrevista/Ryoke Inoue

No Guinness eu entrei, efetivamente, em 91. Mas a publicação foi feita este ano, em 93, no Guinness do Brasil. O do Brasil saiu adiantado em relação ao internacional. Ano que vem deve sair no internacional.

Antes de você, algum latino-americano tinha sido citado pelo Guinness Book por ter uma produção de livros deste nível? Em suma você suplantou alguém?

Não, nenhum latino-americano. Tem um hindu que escreveu 1092 contos. Eram short-stories. Quer dizer: não contam. Publicações de quatro, cinco páginas. Não vale como concorrente. E tem, aliás tinha, um espanhol, cujo nome não me lembro, que escreveu 725 livros.

Evidentemente, você escreve sobre os mais variados temas.

Sobre todos os temas. Comecei com bang-bang, faroeste. Passei para policiais, espionagem, fui para ficção científica, aventuras de um modo geral e agora romances.

Você começou então com os famosos bolsilivros?

Eu dominei 95% do mercado há três anos atrás.

Em média, em termos de edição, quantos livros eram publicados?

Nós temos que dividir. Na época dos livros de bolso era uma tiragem fixa de 10 mil exemplares por título.

E em termos de venda-gem?

Vendia tudo. Esgotava tudo. Que nem pão quente em padaria. Em relação aos romances a tiragem média é de cinco mil exemplares que em nível de Brasília é muito boa.

O Brasil é um País de poucos leitores?

É, o brasileiro é um péssimo leitor. Em termos de leitura o nosso povo lê menos de um livro por ano. 0,7, 0,8 por aí assim. A média dos argentinos já pula pra 8, os japoneses chegam a mais de 30, os franceses passam dos 20, os espanhóis chegam a quase 30.

E como um escritor consegue sobreviver num país de analfabetos?

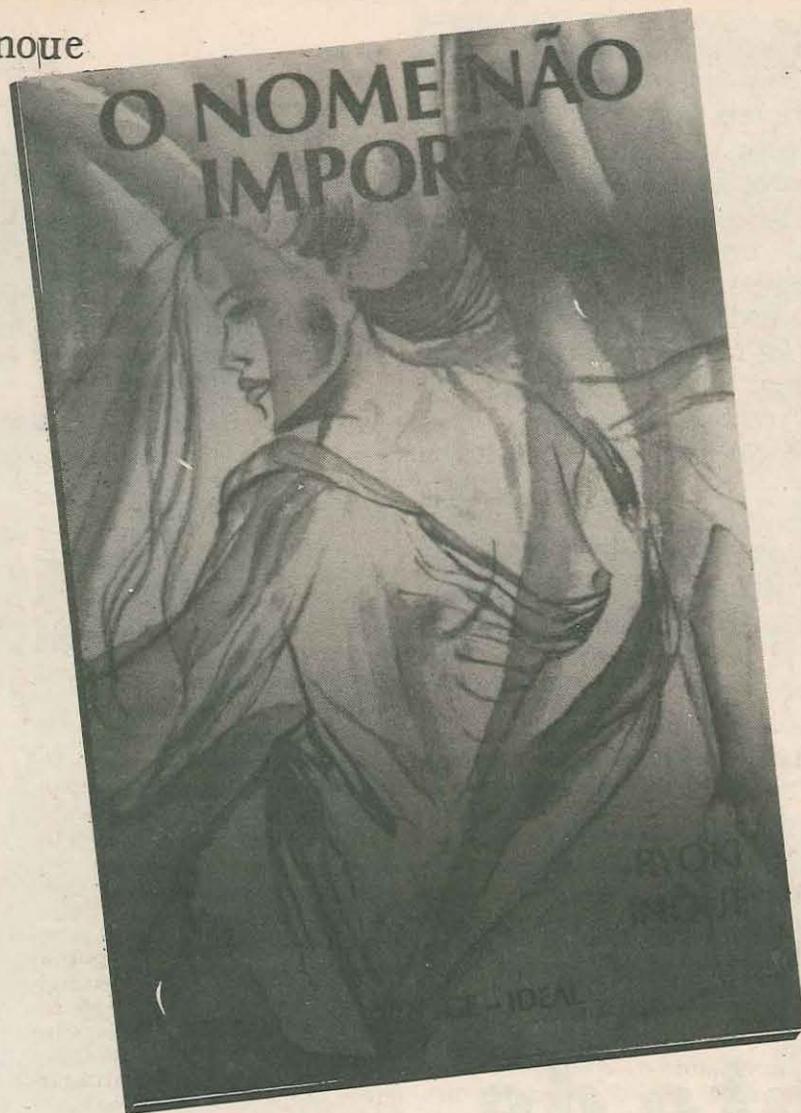
Não é fácil não. É duro, mas a gente vai levando.

Exatamente quando você começou a produzir os livros?

Exatamente em 1º de julho de 86.

Antes, você fazia o quê?

Era médico. Chefiava, no interior de São Paulo, uma equipe de oito cirurgiões. Ante todas as dificuldades que eu enfrentava, quer dizer, um trabalho exaustivo, prejudicial à minha própria saúde e ainda receber no final do mês um salário humilhante, aviltante, optei por esta saída. Foi mais cômodo.



“Já publiquei 1009 livros. Talvez seja um talento paranormal, não sei. Comecei com bang-bang, faroeste. Hoje escrevo romances. Em 94, entrou no Guinness internacional”

Mas não deve ter sido fácil. Como é que foi? Escreveu o primeiro, deu certo, veio o segundo... Como foi?

Escrevi o primeiro, um bang-bang, mandei para uma editora do Rio. Mandaram um cheque que não dava sequer para pagar o papel e uma cartinha dizendo que publicariam o que eu escrevesse. Retornei pedindo o papel. Eles mandaram o papel. Aí eu comecei a escrever tendo por meta produzir o suficiente para ganhar, no mínimo, o mesmo que recebia como médico. Tive que trabalhar pra burro. Entrei num ritmo de produção quase industrial.

Você, naturalmente, adotou uma rotina?

Eu tinha. Agora como estou voltado mais para escrever romances a coisa é outra. O nível de pesquisa é outro. Mais demorado... A arquitetura do texto é diferente. Então a gente tem outro ritmo. Quando estava no pique da produção cheguei a fazer três livros por dia.

Em termos de páginas, qual a média?

12 laudas (20 linhas por página). Agora para fazer estes livros que estão sendo exportados para o Japão demora cerca de três dias.

Como você entrou no mercado japonês?

Deixa eu fazer umas considerações. Uma edição experimental no Japão nunca é inferior a 130 mil exemplares. Experimental. Uma edição normal chega a 300, 400 mil exemplares. Só na cidade de Tóquio ocorre diariamente um novo lançamento por dia. Vale também uma curiosidade: no Japão o livro é descartável. Não é como no Brasil. Lá, outra curiosidade: eles não têm espaço para guardar livros. Tem ainda a questão de higiene. Eles acham que uma pessoa pode transmitir germes para outra quando empresta um livro depois, evidentemente, de manuseá-lo. Por isso normalmente um japonês não passa um livro para outro. Eles têm uma preocupação desgraçada com a higiene.

Em outras palavras: no Japão não existe sebo de livros?

Não existe. De jeito nenhum. Se tiver uma loja praticando este tipo de comércio o livro é esterilizado, etc... Uma complicação danada. Bom, feitas estas explicações, deixa eu explicar como entrei no mercado. O mercado funciona desse jeito, o que leva a ter uma produção extraordinária. Mas o mercado que eu entrei não é este. É o mercado dos brasileiros que estão por lá. Existem 250 mil brasileiros trabalhando no Japão. Estes brasileiros não sabem nem falar e muito menos ler japonês. Eles então têm uma necessidade brutal de leitura. É um filão que nós entramos. Eles me encomendaram a criação de um personagem mestiço e já estamos no livro número quatro. Tudo porque eles têm esta necessidade de leitura. A série que eu programei é de 15 livros. Pode chegar até lá, diminuir, conforme o êxito. Depende da vida útil do personagem. Acontece que a aceitação foi muito boa e os japoneses agora estão criando uma série em quadrinhos do Mário Nokaki, que é o personagem. Acho que aí sim a coisa vai estourar.

Voltando para Brasília. Seus planos aqui incluem a publicação de uma revista voltada para a cultura. Como é isso?

O nosso propósito é produzir em Brasília. E agora já surge o primeiro filhote: a criação de uma revista, a Cultura Capital, cujo projeto já está em andamento. O objetivo principal é abrir espaço para a publicação de matérias sobre cultura, obviamente. Matérias que sejam, de fato, sobre cultura não sobre a pseudo-cultura que nós já estamos cansados de ver.

Qual a periodicidade?

A princípio, mensal. Mas podemos chegar, com o passar do tempo, até mesmo a semanal. O lançamento, pelo que o grupo de editores que está trabalhando na Cultura Capital projeta, deve ocorrer pelo dia 25 de outubro. O Cláudio Lysias, que você conhece, ficou com a responsabilidade da criação visual. Acredito que a revista vai funcionar direitinho...

Não tem aquele clássico perigo, tão comum em Brasília, da Cultura Capital surgir e sumir do mercado como por encanto?

Nós temos uma preocupação empresarial. Nós temos esta filosofia. Até hoje, aqui em Brasília, como você mesmo diz, todas as revistas que começaram não foram pra frente porque não tiveram esta preocupação. A nossa editora, a Brigde, tem esta preocupação tanto que estamos com três experimentador administradores justamente para dar este suporte. Acredito que esta revista vá funcionar. O nosso projeto, portanto, é ficar em Brasília. Daqui mesmo nós também es-

“Vamos lançar em Brasília a revista ‘Cultura Capital’. Dedicada a publicar a verdadeira cultura e não a pseudo-cultura que a gente tem por aí”.

tamos tentando entrar no mercado norte-americano. É uma penetração mais séria. Não apenas livros em português para os brasileiros residentes neste País, mas livros para serem traduzidos para o mercado norte-americano propriamente dito.

E para o mercado latino-americano? Há algum plano?

Olha, eu escrevi um livro, isto foi em julho do ano passado, quando o Escobar, o do Cartel de Medellin, fugiu...

Sim, o Pablo..

É, “O El Pablito”... Ele fugiu e ficou aquela onda de caça, pega o Escobar. Ai teve um grupo que, numa rodada de uísque, fez uma aposta: de que eu não conseguiria escrever um livro, um romance, e lançar, publicá-lo, antes que ele fosse capturado. Eu topei. E comecei a trabalhar no livro. Em meio ao trabalho que não queria perder a aposta, ficava mandando fax dizendo “olha, a qualquer momento, ele vai ser preso”. Foi a maior pressão psicológica. Mas fiz o livro em cinco dias, no final de semana ele foi rodado e foi colocado no mercado. E até hoje o desgraçado do “El Pablito” não foi encontrado. Ganhei a aposta... O trabalho todo demorou uma semana.

Pelo jeito ninguém se aventura a fazer este tipo de aposta em relação a PC?

É, pois é...

Para produzir como você produz, evidentemente, você lida com a informática?

No início, era na máquina mesmo. Pesquisas em biblioteca, etc... Agora não posso mais abrir mão da tecnologia. Usó dois computadores. Um para escrever e outro que me serve como bancos de dados.

Quer dizer: você decide que vai fazer um livro cuja trama se desenrola em Goiás, por exemplo. Para ambientar o personagem você já dispõe de todas as informações no computador?

Eu tenho tudo. Hoje em dia não há como escapar da informática. Se programo um livro, dentro deste ou daquele ambiente, sempre tenho à minha disposição todas as informações necessárias. Tenho tudo lá...

Você não precisou como tem todo este potencial para escrever. Mas alguém o levou a se interessar por literatura. Pai, mãe, tio, quem o estimulou?

Minha mãe. Ela era formada em Letras e Artes e nos ensinava a ler. Não a lê, mas a ler. É aquela velha estória de andar de cavalo e montar...

“O brasileiro é um péssimo leitor. Lê menos de um livro por ano. Os argentinos chegam a oito, os japoneses pulam para 30 e os franceses passam dos 20”.

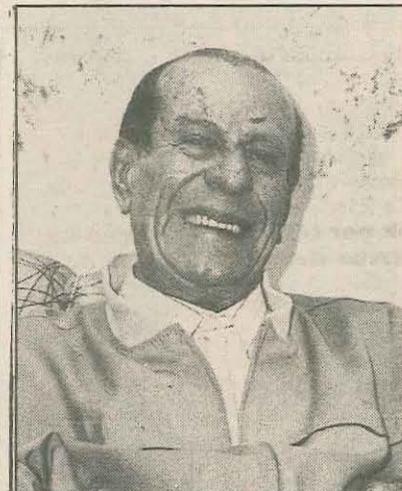
Academia lembra Almeida Fischer

Na sessão solene destinada a receber o poeta João Carlos Teixeira, na Academia de Letras do Brasil, fundada em 25 de julho de 1987, o acadêmico José Geraldo prestou uma homenagem ao fundador-mor da entidade, o escritor Almeida Fischer lembrando, entre outras coisas, a sua luta incessante em defesa da literatura. O discurso foi emocionante e o "DF Letras" publica seus trechos principais.

A academia acaba, aliás, de receber em seus quadros o escritor Napoleão Valadares que ocupa a cadeira nº 06 que tem como patrono Euclides da Cunha. Saudado pelo escritor Danilo Gomes, presidente da Associação Nacional dos Escritores, Valadares organizou as antologias Planalto em Poesia (1987) e Contos Correntes (1988), entre outras obras.



Os escritores Napoleão Valadares, José Geraldo e o poeta Anderson Horta



Almeida Fischer

Neste momento em que tenho a grata satisfação de declarar aberta a Sessão Solene desta noite, destinada a receber o poeta João Carlos Taveira, gostaria de dirigir estas breves palavras aos prezados amigos que nos vieram prestigiar.

Nos tempos que se seguiram à fundação da Academia de Letras do Brasil — ocorrida em 25 de julho de 1987 — éramos quatorze (quatro dos quais — Geraldo Pinto Rodrigues, Caio Porfírio Carneiro, Ledo Ivo e Renard Perez — residentes fora de Brasília) e, numa fase que pode considerar-se de implantação, outros eminentes escritores de diversas Unidades da Federação, como Hernâni Donato, Paulo Amador, Patrícia Bins e Jorge Medauar, uma vez eleitos, tomaram posse através da assinatura do termo respectivo. A partir daí, ficou decidido que o ingresso dos novos Acadêmicos ocorreria em Sessão Solene, sendo esta a razão pela qual a primeira só hoje se realiza, quando a Instituição já se aproxima dos seis anos de existência. Dos cinco últimos elei-

tos, Napoleão Valadares e Luiz Manzóllilo (de Brasília) e Hélio Pólvora (de Salvador) já manifestavam interesse em empossar-se e pelo menos dois deverão fazê-lo ainda em 1993.

Nesta hora — ao mesmo tempo tão grata e cercada de tanta emoção para todos nós — não apenas desejo, mas sinto-me na obrigação de prestar nossa mais sincera homenagem à memória do Fundador-Maior desta Entidade — o eminente e saudoso Almeida Fischer.

Se de alguém pode dizer-se ter vivido para a Literatura, é dele que se está falando. Vitorioso como escritor, deixou obras altamente significativas na órbita do conto e do romance; eminentemente crítico — e podemos considerá-lo um dos mais importantes da atualidade — deixou nos seis volumes de O Áspero Ofício (além de no material não publicado em livro) uma enorme quantidade de artigos sobre o conto, o romance e a poesia, nos quais tanto aumentou a glória de valores consagrados, quanto re-

velou um grande número de valores novos.

Quem conviveu com Almeida Fischer, certamente se deu conta de estar diante de um homem extraordinário, de temperamento absolutamente invulgar, de caráter tão sólido quanto se pudesse presumir, e era isso que lhe dava o direito de ser intransigente como era em resguardar seus pontos de vista, principalmente quando se tratava de defender autores ou instituições literárias a que estava ligado e cujo valor reconhecia. Muito sugestiva demonstração disso — e que conto aqui sem conhecimento do protagonista — vem do caso em que, numa Assembléia Geral da Associação Nacional de Escritores, Alan Viggiano, então seu Presidente, apresentou uma proposta que envolvia o patrimônio da Entidade. O alvitre, aparentemente simpático a vários integrantes do grupo, foi vetado por Almeida Fischer, que alegava não estar a matéria examinada em profundidade. O assunto — justificado por um e contestado pelo outro —

entrou rapidamente em desagradável evidência e a tensão logo se espalhou entre os integrantes do grupo, que lamentavam ver dois queridos companheiros à beira de uma desavença. O andamento dos trabalhos indicava a votação da matéria e todos esperavam por isso, sob evidente constrangimento, quando o Presidente retirou a proposta e a paz voltou ao nosso meio. Tenho a certeza de que, em qualquer outra circunstância, a sessão teria seguido seu rumo normal, mas — diante de tal opositor — Alan recuou e do episódio ficou a certeza de que tamanha era a autoridade de Fischer e tão a sério se levava seu ponto de vista, que era senhor dos destinos da Associação Nacional de Escritores, que idealizou, ajudou a fundar, como também o fez em relação à Academia Brasileira de Letras e à Academia de Letras do Brasil, tendo sido o único fundador comum às três Entidades.

No que respeita ao desacordo antes mencionado, ocorrido entre ele e Alan Viggiano,

engana-se redondamente quem supuser que este último guardou alguma mágoa do velho companheiro, bastando, para tanto, que se leia o seu artigo Um Minuto de Silêncio, escrito "in memoriam" de Almeida Fischer e publicado em o número 28 do Boletim da Associação Nacional de Escritores, cujas palavras finais vão aqui transcritas:

"Ele vai fazer falta porque, durante mais de cinquenta anos, colocou a literatura como sua única preocupação; dia e noite, noite e dia. Brigava a toda hora por causa dela. Nunca fez concessões de qualquer espécie. Foi chamado de estivador da Cultura e até gostou".

O que se segue é que — sem ter feito consulta ao novo Acadêmico — dedico à memória de Almeida Fischer esta solenidade que oficialmente se destina à recepção do poeta João Carlos Taveira.

A todos os presentes as boas-vindas desta Casa, que é a Casa de Almeida Fischer.

Geraldo Magela-PT



A Constituição Federal que querem, a todo custo, reformar, ainda não foi sequer regulamentada. Passados cinco anos de sua promulgação, 141 artigos não foram regulamentados e mesmo assim já pretendem praticamente fazer outra Constituição.

Do ponto de vista legal, estamos certos de que reforma constitucional prevista estava diretamente ligada ao plebiscito para escolha do regime e forma de governo. Como resultado da consulta popular manteve o atual sistema, não há por que revisar. O que se faz necessário é colocar em vigor o texto constitucional existente e promover as alterações necessárias, por emendas à constituição.

Prevalendo o interesse das elites em reformar a Constituição, o Distrito Federal corre grave risco de ver sua autonomia política e econômica reduzidas. No Congresso Nacional existe, desde o período Constituinte, uma expressiva corrente defendendo a nossa organização como município, o que acarretará o fim da Câmara Legislativa, a perda do controle sobre suas políticas e a diminuição de nossa arrecadação tributária, na medida em que a maior arrecadação provém do ICMS, imposto de competência estadual.

Sem dúvida, a redução da arrecadação agravará a nossa dependência financeira em relação ao Governo Federal, pois atualmente a dependência se limita, principalmente, às despesas com pessoal. No entanto, se perdermos o ICMS todos os nossos investimentos na construção de novas unidades de saúde, escolas e delegacias estarão sacrificadas devido à falta de recursos.

Neste momento, a defesa dos interesses de nossa cidade passa pela insistência no combate à revisão constitucional, pois esta somente servirá para retirar as conquistas dos trabalhadores e colocar o Distrito Federal na mais completa dependência do Governo Federal.

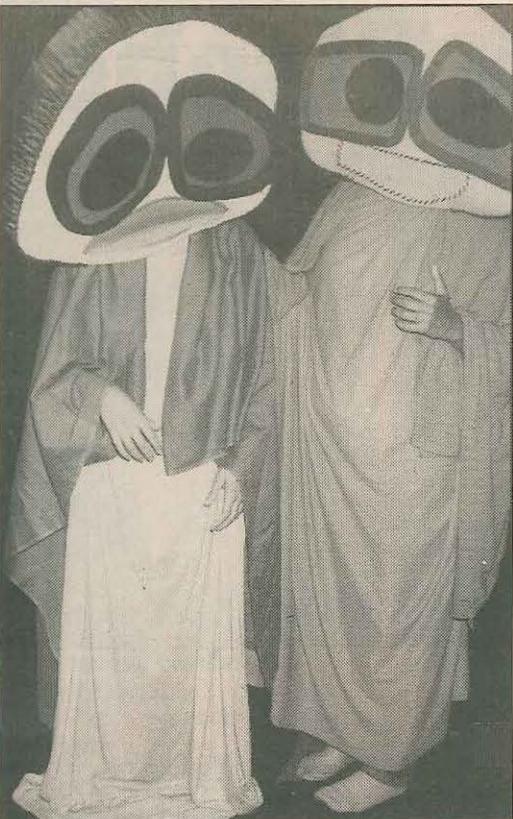
Gilson Araújo-PP



Estigmatizada como cidade improdutiva, pela maioria da população brasileira, Brasília não é entendida de forma clara no seu papel. Esta injustiça extrapola o limite da incompreensão porque Brasília não é drenadora de recursos da União como apregoam alguns. A função de Brasília de executar atividades especiais como cidade administrativa faz com que, de forma justa, o Governo Federal financie os custos dos serviços públicos, que são significativos. Este custeio não é feito de forma

adequada porque se destina apenas à Segurança, Educação e Saúde. Quando precisa de recursos para atender outras áreas, Brasília é tratada como independente. Este equívoco merece atenção especial e uma correção condizente com a atuação de Brasília no panorama Nacional. Isso porque, o PIB de Brasília gira em torno de seis bilhões de dólares, superior ao de muitas capitais brasileiras.

Sem dúvida nenhuma, essa renda é justificada pelo fato de Brasília ser capital federal onde 65 por cento da renda interna e 18 por cento dos empregos estão centralizados no setor privado. Isso prova que Brasília não é improdutiva porque gera renda conforme sua vocação constitucional, alcançando diretrizes geradoras de empregos. Paradoxalmente, a União é grande beneficiadora desta arrecadação e quando no repasse de verbas, Brasília é beneficiada apenas com uma parte da sua arrecadação.



Os figurinos das personagens, seguindo o enredo das peças, são desenvolvidos por integrantes do grupo.

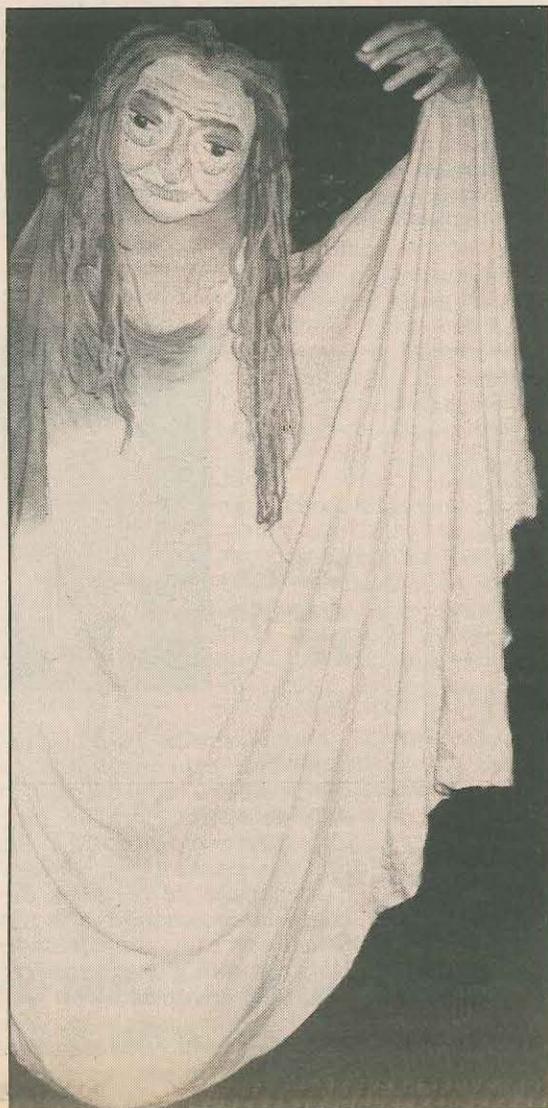
A arte do Celeiro das Antas

A idéia básica é "abrir caminhos para a arte". Daí o nome "Celeiro das Antas", um grupo de teatro de Taguatinga que, sem ajuda oficial, já montou vários espetáculos como a peça "Quem matou Zefinha". Segundo Humberto Pedrancini, um dos mentores da *troupe*, "a anta é aquele animal que, devagarinho, consciente do que quer, trilha e abre os seus próprios caminhos". Daí o nome. Daí a disposição do grupo em produzir arte.

O "Celeiro das Antas" funciona na CNB 07, Lote 14, Loja 01, telefone para contato 351-7766. É aí onde tudo acontece. Os integrantes do grupo, atores, atrizes e diretores, quando surge uma idéia para um espetáculo, não brincam em serviço: promovem no espaço os ensaios e, o que é ainda mais interessante, constroem o próprio cenário.

O trabalho coletivo é feito com meticulosidade. Com a idéia na cabeça e a disposição nas mãos de concretizá-la o grupo, após viver, sentir, em profundidade o texto, vai criando as cenas e os figurinos das personagens. Tudo ensaiado, tudo dentro da filosofia de "abrir caminhos", apresenta o espetáculo.

A afinidade dos integrantes do grupo, a filosofia comum de trabalhar voltado para a comunidade, tem dado ao "Celeiro das Antas" o que todo artista deseja: o respeito e o carinho do público. As manifestações são tão gratificantes que o grupo resolveu, para continuar independente das verbas e da burocracia oficiais, criar uma espécie de "ação entre amigos". Quem é, de fato, admirador do grupo pode contribuir com quantias bimestrais que oscilam entre mil e dez mil cruzeiros reais. O celeiro espera você. Em nome da arte, que é a mais sublime das intenções.



A única Antologgia

Três Anos

Durante a Feira do Livro de Brasília será lançada a 3ª edição de ANTOLORGIA (com um "r" a mais), livro de poemas de Berecil Garay, inspirado em situações brasilienses sentidas pelo poeta. A propósito, transcrevemos a "Apresentação", do próprio autor, e alguns poemas.

APRESENTAÇÃO

Sai a 3ª edição de minha ANTOLORGIA. Explico novamente: antologia é florilégio, mas esta minha tem um erre a mais. Pretendi fazer o mais lindo buquê, uma orgia de flores, no bom sentido, uma exuberância.

Para esta ANTOLORGIA colhi poemas em meus livros TEMPO DE MUSA (1957), MORDIDAS NO MINGAU (1983), CANTEIRO DE IDEAIS (1986), que se encontram esgotados e poderão ser reeditados quando Deus quiser, e no inédito FOGO-FÁTUO.

Das edições anteriores enviei exemplares aos jornais, às tevês, às rádios, ao Palácio do Buriti (para ver se deferiam minha "Gota de Reivindicação" e "Três Anos"), a poetas e críticos literários.

Os jornais noticiaram, apenas notas, mas valeu; do Buriti, recebi telegrama do governador José Aparecido de Oliveira: "Agradeço o envio de seu novo e belo livro"; o crítico literário Almeida Fischer acentuou: "Alguns poemas atingem o alvo"; do Rio, Marina Colasanti mandou cartão: "É bonito ver nossos trabalhos se espalhando, gerando novos trabalhos que irão atingir outros leitores, em longa corrente"; de Porto Alegre, a poeta Carmen Vianna: "Seu belo ramalhete de poemas trouxe-me alegria". Vários registros, enfim, que, somados à força poética, não conseguiram fazer funcionar os chafarizes objeto de dois de meus poemas de circunstância. É difícil mover este mundo. Mas acho que, com mais esta assoprada, alguns ouvidos (e os chafarizes) vão desentupir-se.

É o que espero desta nova edição, aumentada e mais bonita no aspecto gráfico: que faça alarde, agite, movimentamente.

Anime-se, leitor. Sou torcedor de mim, mas, independente disso, acho que vale a pena dar uma lida — o crítico Fischer diz que sim: "Merece leitura" — ou, no mínimo, fazer uma boa inspiração e dar uma cheirada. Afinal, são flores, flores do coração.

Berecil Garay
Brasília/93 (período da seca).

Três anos: o nenê cresce, o homem envelhece, e eu sinto que o tempo parou, mofou, não aconteceu. Ilustre Governador, por certo, não sou cantor regional nem orador oficial, mas jogo o mote: a água é o germe da vida, a seca, o verme da morte. Minha voz ressoa unida a doze bocas sem sorte, maltratadas, entupidas no Eixo Sul e Eixo Norte, sem padrinho nem parteira. Acreditei-me voz forte, como a de Manuel Bandeira que em versos traçou esquema e um beco calçou, no Rio, com uma carta-poema. Eu versejei, com uma "Gota de Reivindicação", água a doze chafarizes de Brasília, até então secos, em 83. Três anos: é 86. Volto a vê-los: lá estão secos como em 83...

A Iluminada

Brasília brilha na noite, é um grande colar de luzes no pescoço do horizonte, ponte da terra até os céus, dos diamantes ao sol, das criaturas a Deus. Ou é um disco voador a iluminar o cerrado e revelar minha dor.

Gongo Zen

Usa teu minuto.
Plantada, a árvore faz
maturar o fruto.

Toque

Quem com ferro fere
— diz o ditado. Não erre,
toque com amor.

Beleza

A maçã mais bela
entre todas é escolhida
para ser comida.

**Jorge
Cauhy-
PL**



A consolidação política do Distrito Federal sofre novamente ameaça de retrocesso, sob justificativas que nem comportam comentários, mas que provocam indignação pela manhosa campanha desenvolvida por setores inexpressivos com o objetivo de açular a opinião pública contra a independência plena, de fato e de direito, do sistema político-financeiro de Brasília.

Com a proximidade da revisão constitucional urge a necessidade da conjunção de forças para rebater com energia investidas destinadas apenas a tumultuar o processo da autonomia política da capital brasileira, conquistada graças a determinação daqueles que, embora oriundos dos mais diferentes pontos do País, a elegeram como sua Terra.

Apesar da inexpressividade da campanha contra Brasília, não devemos minimizar seus possíveis efeitos. Temos, obrigatoriamente, de exigir o quinhão que nos é devido, fazendo chegar ao Congresso Nacional as nossas reivindicações.

O que é preciso, diga-se de passagem, é uma definição constitucional dos deveres da União para com o Distrito Federal, especialmente no que diz respeito a recursos destinados ao GDF, dirimindo as dúvidas existentes e eliminando de vez as controvérsias que vêm suscitando inquietações.

**José
Edmar-
PFL**



A garantia da autonomia financeira do Distrito Federal na revisão constitucional não deve estar vinculada a artifícios paternalistas de repasses obrigatórios e perpétuos da União aos cofres do GDF. Uma única alteração no capítulo do Sistema Tributário Nacional, reduzindo drasticamente a carga tributária, pode colaborar para sanear as finanças de Brasília, proporcionando uma maior e garantida arrecadação fiscal.

Com o aperfeiçoamento da proposta do Imposto Único, idealizada pelo professor Marcos Cintra e defendida no Congresso pelo deputado Flávio Rocha (PL/RN), todos os estados e municípios brasileiros teriam arrecadação diária (1% sobre toda movimentação bancária), sem risco de sonegação e sem gastos com cobrança de impostos. Isto significa dizer que Brasília, onde a movimentação de recursos da União é significativa, não teria que pedir de joelhos o repasse mingauado de recursos para sua sustentação. Melhor que isto, não teria que esperar meses pelo repasse de impostos arrecadados, sem correção.

O contribuinte teria, por sua vez, uma redução nos impostos. Não pagaria ICMS, ISS, INSS, Imposto de Renda e outros cinquenta tributos, que seriam extintos. A tese mostra que, mesmo assim, a arrecadação seria maior.

A rádio que vive e pulsa cultura no ar

**Inaê Amado
Jornalista**

"Cultura é um processo vivo. É pulsação! É tudo o que envolve e resulta da atuação humana: o vestir, o comer, o falar..." É esse conceito dinâmico que baliza o projeto de profissionalização da Rádio Cultura do Distrito Federal que, desde maio de 1992, vem sendo empreendido pelo radialista Cristiano Menezes (45 anos) que deixou o Rio de Janeiro e a Rádio JB FM para atender ao convite do secretário de Cultura e Esportes do DF, Fernando Lemos, para dirigir a Cultura.

"A Cultura foi posta e mantida no ar graças ao empenho de um grupo de esforçado funcionários públicos, requisitados pela Fundação Cultural de órgãos tão heterogêneos quanto a Polícia Civil e o Departamento de Parques e Jardins", conta Cristiano para justificar que a Rádio, "apesar da dedicação de todos", não tenha ainda um perfil consolidado perante o público. Faltavam profissionais: jornalistas, radialistas e técnicos especializados que pudessem dar-lhe um caráter e

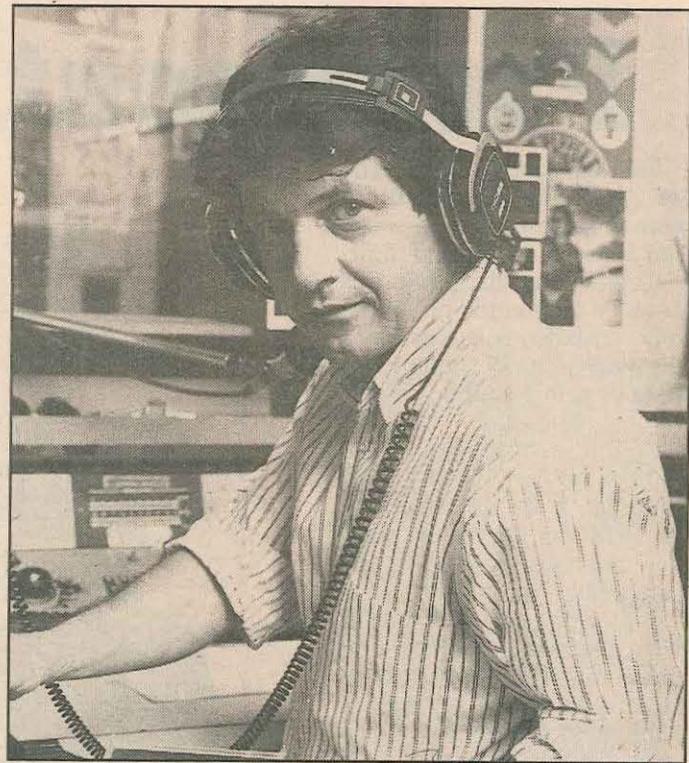
permitissem à Cultura, de fato, "emplacar".

Aos poucos, contudo, a Rádio foi incorporando, como colaboradores, profissionais especializados, ao mesmo tempo em que formava um time novo, com o pessoal mais jovem que chega todo o dia ao mercado. Enquanto isso, em outros "fronts", se lutava pela aprovação do quadro definitivo de pessoal.

Esse quadro começa, finalmente, a ser implantado. A partir da aprovação pela Câmara Legislativa e a sanção pelo governador interino, Benício Tavares, da Lei que cria 35 cargos na estrutura da Rádio.

O projeto da Cultura não tem "nenhum compromisso com o hit parade", garante Cristiano, "a idéia", acrescenta, "é reverenciar o passado, o eterno, mas permitindo que o novo, aconteça sem nenhum preconceito". Para o Diretor de Radiodifusão da Fundação Cultural, "ingressamos na maioria com a aprovação do quadro. Agora, é caminhar rumo ao futuro".

E qual é esse sonhado futuro? "A transformação da Rádio em uma fundação



Cristiano reverência ao novo e ao eterno

completamente autônoma, mais ou menos nos moldes da Fundação Roquete Pinto e que possa até mesmo vir a manter não apenas a Rádio mas também um canal de televisão".

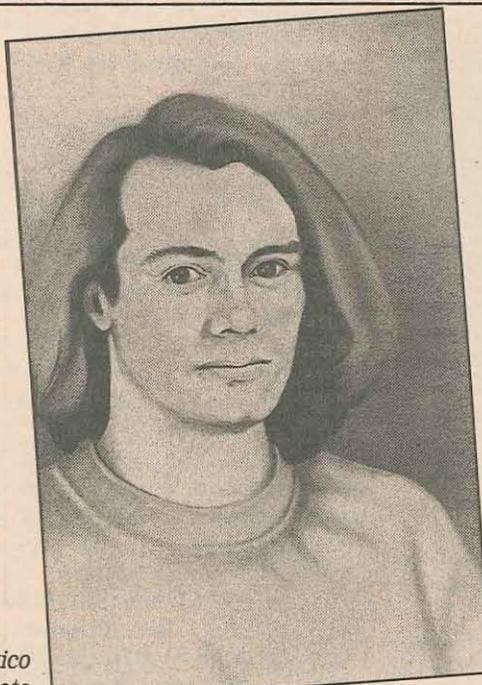
Apesar das dificuldades, o que anima a todos os que apostam no projeto é que a Cultura já está se tornando presente na vida de Brasília. Mesmo tendo sido até agora, segundo seu próprio diretor, apenas "um rascunho no ar", em função das carências que enfrentava, a Cultura já pode, agora, "aprimorar o texto, passar a limpo esse rascunho".

A base da programação continuará a mesma: informação e música. Muita

informação — cinco minutos a cada hora cheia e um noticiário completo, todos os dias, às 18 horas e muita música. Reggae, jazz, clássico, rock, chorinho, samba, MPB, blues, "tudo isso numa grade musical harmônica, onde só não caberá o brega. Chitãozinho e Xororó, não".

A grande inovação que Cristiano pretende implantar na Cultura ocupará a programação do início da manhã. Das 7 às 9 horas, diariamente, um jornalista ocupará a posição de âncora — nos moldes dos âncoras dos telejornais — e conduzirá um programa com blocos musicais e comentários "ao vivo" do noticiário dos principais jornais do País.

ARTES PLÁSTICAS



Artista plástico que faz do ato

criativo a magia de expressar seus sentimentos através da miscigenação de conceitos e estilos, Admilson é um nome que cresce em Brasília.

Irrequieto, diz que mágicos são os pincéis d'aquela cujo pecado é dizer não às algemas do sistema. Admilson inaugura a galeria do DF Letras.



□ Albene Miriam Menezes

Parlamentarismo na Alemanha

Relativo à forma de governo da Alemanha depois da 1ª grande guerra, ou seja, posterior à queda do sistema imperial, podemos distinguir três grandes momentos históricos representados pela República de Weimar, pela Ditadura nazista e pela República Federal da Alemanha.

Com a proclamação da República no final da 1ª guerra mundial, a 09 de novembro de 1918, em Berlim, os partidos políticos passam a desempenhar um papel essencial na vida política da nação. Não obstante a persistência dos comportamentos característicos da Antiga Autoridade (Obrigkeit/ Estado da Hierarquia), particularmente presentes na administração e no Exército, a relevância dos poderes exercidos pelo presidente do Reich (Império) e a extensão dos extremismos impedem o desenvolvimento profundo de uma cultura político-democrática e parlamentar verdadeiramente sólida.

É verdade que com a República instituiu-se o direito do voto geral, secreto e direto para homens e mulheres. Os trabalhadores ganharam a luta pelas oito horas de trabalho diário, os sindicatos foram reconhecidos como parceiros nas negociações sobre os salários. Porém os grandes monopólios sobreviveram: os grandes proprietários de terra, os generais e a aristocracia agrária mantiveram boa parte de seus privilégios e com isto subexistiu também muito da estrutura arcaica do Império.

A constituição da República de Weimar, que entrou em vigor em agosto de 1919, estabelecia que:

- O Império Alemão é uma República,
- O poder do Estado emana do povo,
- O chanceler imperial (Reichskanzler), e os ministros necessitam para exercer seus mandatos do voto de confiança do Congresso (Reichstag),
- As leis serão votadas pelo Congresso,
- O Presidente do Império pode, quando a segurança pública e a ordem forem perturbadas e ameaçadas de forma extrema, tomar medidas excepcionais inclusive com auxílio do poder armado para restabelecer a ordem e a segurança pública,
- O Presidente poderia dissolver o parlamento,
- A autoridade do Presidente emana não do parlamento mas sim do voto popular.

Esta concepção política caracterizou o tempo da Repú-



Desenho/soldados prussianos

blica de Weimar, a qual se deixa traduzir nas palavras de Carl Schmitt (conhecido pela esquerda como antedemocrático): "Soberano é quem decide sobre as medidas de exceção". Com isto o Presidente tornou-se uma figura que em certo sentido substituiu o monarca, à medida que detinha uma autoridade especial.

Desta forma a cultura política alemã permanecia marcada pelos reflexos da sociedade wilhelmina.

No que concerne aos partidos, pode-se resumir que subestimaram grosseiramente o movimento nazista surgido nos anos vinte, o qual favorecido pelo sistema político estabelecido e por traumatismos excepcionais, como os ditames do Tratado de Paz (Tratado de Versailles), a crise econômica de 1923 e a grande depressão econômica de 1930, pode chegar legalmente ao poder.

Uma vez no poder os nazistas tratam de demolir todo sistema e estado de direito e erguem um Estado TOTALITÁRIO dependente diretamente do Führer, Hitler, tendo no Partido Nazista seu instrumento político.

Passada a 2ª Guerra Mundial, a criação da República Federal da Alemanha se dá

sob a égide de uma "Lei Fundamental" (constituição) outorgada, a qual entrou em vigor em 24 de maio de 1949. Nasce uma nova Alemanha, cuja Lei Fundamental zela para não restaurar o clima debilitante de Weimar, e expressa uma cultura política democrática amadurecida que se opõe diretamente a três antimodelos: o 3º Reich, o totalitarismo stalinista e as fraquezas do regime de Weimar.

Uma das grandes inovações da Lei Fundamental é o reconhecimento explícito do papel dos partidos políticos dentro de uma democracia pluralista. O célebre artigo 21 (que inspirará as constituições francesas de 1958 e espanhola de 1978) declara: "Os partidos contribuem para a formação da vontade política do povo. Sua fundação é livre. Sua organização deve estar de acordo com os princípios democráticos. Devem prestar conta publicamente da proveniência de seus recursos".

Assim reconhece que: "A base política dos sistemas constitucionais parlamentaristas modernos é constituída por uma pluralidade de partidos políticos que competem entre si. Os partidos políticos cumprem tarefas de liderança política e exercem funções de controle.

Sua livre atuação é parte necessária da ordem democrática. Não obstante, o ordenamento interno dos partidos, suas finanças, seu relacionamento com o poder público, sua capacidade competitiva ou o tratamento a ser dispensado a partidos contrários à constituição e à democracia mereceu uma regulamentação inequívoca — a Lei dos Partidos.

Já em 1951 foram dados os primeiros preparativos para uma legislação partidária — considerada um progresso para o desenvolvimento da democracia na República Federal da Alemanha.

Entre 1951 e 1952 o Ministro Federal do Interior apresentou projetos que não entusiasmaram nem o Governo Federal, nem o Parlamento, nem os partidos. Em 1955, o Ministro Federal do Interior convocou uma comissão composta de 17 professores de diversas especialidades para um novo exame dos problemas relacionados com uma legislação partidária. Em 1957 o relatório básico desta comissão foi apresentado à opinião pública, sem encontrar eco relevante no meio político, sendo porém aproveitado na maior parte do projeto de lei do Governo Federal de 1959.

Em 1967 um projeto de lei comum (dos partidos) foi apresentado à Câmara Federal Alemã e no mesmo ano aprovado pelo parlamento e pelo Conselho Federal.

Assim é que, ao lado da Constituição e da legislação eleitoral, a Lei dos Partidos Políticos tornou-se um dos pilares do sistema político alemão. Sistema este que tem no Parlamento Federal, na Assembléia Federal, no Conselho Federal, e no Tribunal Constitucional Federal, os principais órgãos do Governo Federal, constituídos da seguinte forma:

- O Parlamento Federal Alemão (Bundestag) — eleito diretamente pelo povo, elege o Chanceler Federal e delibera sobre as leis em cooperação com o Conselho Federal.
- O Conselho Federal (Bundesrat) é composto por membros dos governos estaduais.
- O Presidente Federal é o chefe de Estado, eleito por um período de cinco anos pela Assembléia Federal.
- A Assembléia Federal é constituída de 50% pelos Deputados do Parlamento Federal e 50% pelos delegados dos parlamentos estaduais.
- O Governo Federal — é o Chanceler quem determina a

composição do Governo Federal e propõe ao Presidente a nomeação e demissão dos Ministros Federais. O Parlamento Federal não tem influência direta sobre isto.

— Tribunal Constitucional Federal — é o guardião da Constituição e dos direitos civis.

Digno de registro é o fato de que a República Federal da Alemanha, a despeito do quinhão que deve ser atribuído às iniciativas alemãs e aos antecedentes históricos, em bom grau de criação nasceu à força.

Cabe ainda aqui a indagação:

"Com a proclamação da República no final da 1ª Guerra Mundial, os partidos políticos passam a desempenhar um papel essencial na vida da nação"

Democracia construída de cima para baixo? Sim.

Por último a questão: o que assegura a estabilidade da vida política alemã? Sem dúvida que o sucesso da forma de governo da Alemanha assenta-se em última instância numa ordem de fato democrático-liberal cuja essência é o Estado de direito, o qual tem na observação da constituição e na capacidade de funcionamento do Estado social suas premissas básicas. Tem-se que ressaltar que uns dos fundamentos sobre os quais se baseiam as democracias de Estado de Direito é constituído por fatores econômicos. O modelo de ordenamento econômico da Alemanha, econômica de mercado, e o Estado social de direito, propiciam a seus cidadãos os benefícios que asseguram a provisão das condições de existência: emprego, assistência social, moradia. Assim sendo a estabilidade política da Alemanha é consequência tanto de um ordenamento político onde o exercício do poder parte de um poder estatal circunscrito por um Estado constitucional, quanto de seu desenvolvimento econômico, ou seja: a estabilidade política da Alemanha é constituída também de bases econômicas e sociais que contribuem para a consolidação não só da forma de governo, como da democracia.

A Dra. Albene Miriam F. Menezes é professora do departamento de História da UnB.

□ Paulo Bertran

O fantasma do tenente pintor

Neste Artigo o historiador e ensaista redescobre na Villa Boas de Goiás de fins do século XVIII um artista plástico do qual nenhuma obra subsistiu

A certa altura de sua monumental obra sobre o barroco no Brasil, diz Eduardo Etzel de as expressões plásticas em Goiás e Mato Grosso, serem poucas e rústicas, pois que derivavam de uma colonização paulista antiga da região. Como em São Paulo essas artes não tinham grande importância, o mesmo ia dar-se em Goiás e no Bom Jesus do Cuiabá.

Não é bem assim. Se o começo goiano foi paulista — uns 20 ou 30 anos de hegemonia, o resto foi reinol, e alguns lugares como Meia Ponte, Pilar, Trairas e Santa Luzia quase só se formaram com gentes e modos do reino. Em fins do século então, todos os arraiais se pautavam pela vertente geral lusófila iluminista. Se as artes plásticas em Goiás têm poucos testemunhos atuais, isso deve-se a fatores outros, sobre os quais aqui não me alongo.

Como exemplo dessa mal-conhecida matéria, registro num documento singular de 1782, o caso de Bento José de Souza, o Tenente Pintor.

Dele, ao que eu saiba, não sobrou sequer uma obra conhecida ou identificável. Não há, em todo o acervo catalogado, algo a que se possa colar a autoria do Tenente Bento José de Souza. Não se sabe quando nem onde nasceu ou

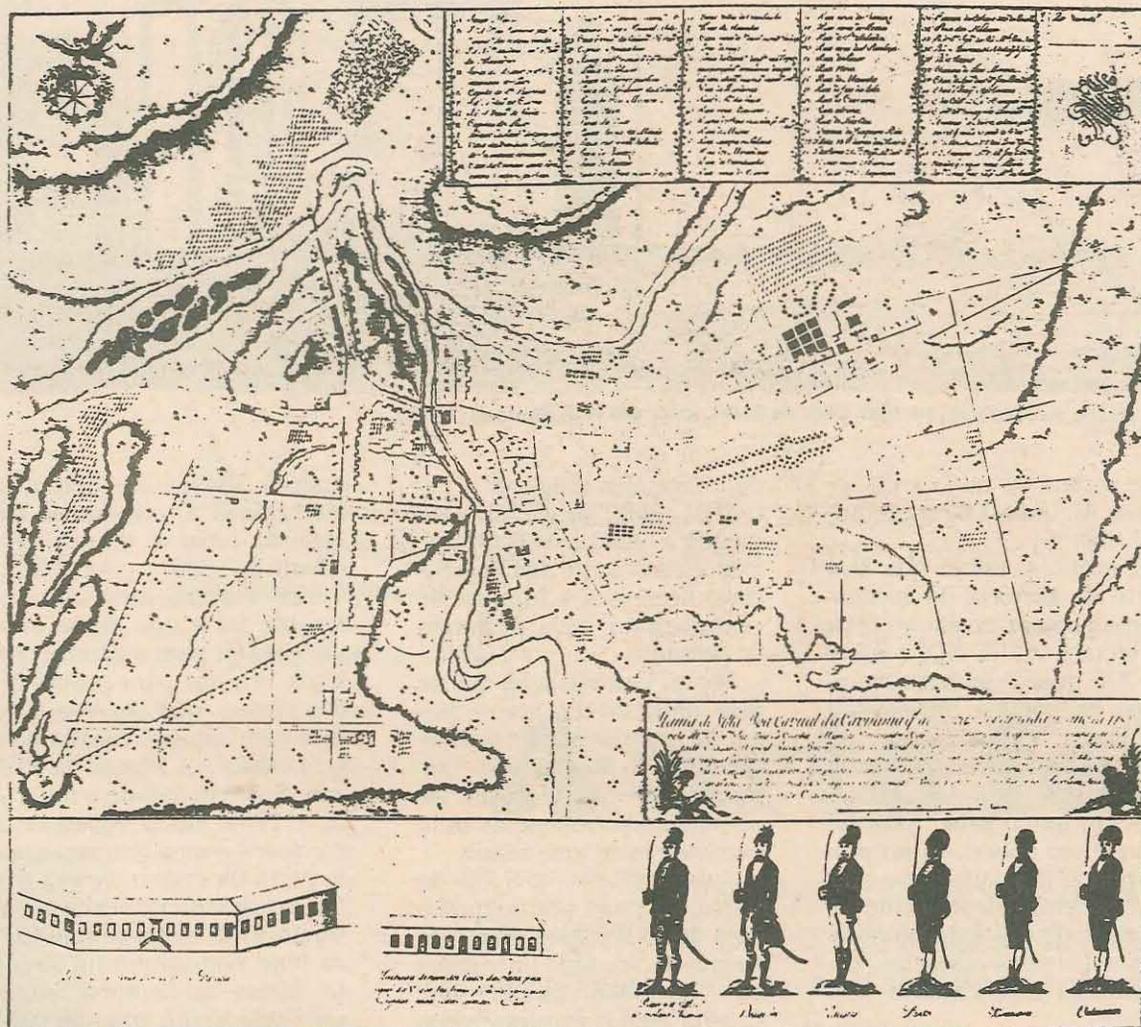
morreu. Sabe-se que tinha o título de Tenente de Ordenanças, não se sabe se branco, preto ou mulato. Mas representaria hoje um socialite, uma pessoa bem posta no estamento social — um colunável do meio artístico.

Interesso-me nele porém como fantasma, como metáfora de algumas condições do artista sertanejo em fins do século XVIII.

Bento José vivia com seu pai, Antônio. O velho pai cuidava da casa e dos negócios do filho e por ele recebia, cobrava, devia, e provavelmente contratava serviços. Parece que não tinham escravos próprios, mas os alugavam de outros, pagando "diárias" por eles.

O único documento que tenho em mãos, (e o único também que conheço sobre o pintor), é um fragmento de processo, muito mal feito e truncado na origem, sem falar na letra péssima e enganosa. Chamava-se o seu infeliz escravidão Manoel Francisco da Maia, "Tabslean nos impedimento (sic) do atual que escreveus (sic)". Grande Maia, tetravô da ignorância linguística que frequenta nossos cartórios.

Enfim o documento é um "Libelo Civil", uma ação para averiguar-se a justeza de obscura causa entre duas partes



Planta de Golás Velha, então Villa Boas Capital da Capitania de Goyás, 1782

Revisão constitucional

Odilon Aires-PMDB



A revisão constitucional merece uma reflexão mais profunda da sociedade, especialmente da classe política. Estamos vivendo um momento ímpar na história do Brasil, onde se faz necessário uma análise do que foi implantado em 1988, para se saber o que realmente foi benéfico para o povo. A Carta trouxe muitos avanços sociais que devem ser preservados, sob pena de se causar um trauma social muito grande.

Entre os avanços sociais que precisam ser preservados, podem ser citadas as conquistas dos trabalhadores, especialmente os ganhos dos servidores públicos, como a estabele-

dade e a isonomia salarial. Mexer em tais mecanismos pode trazer descontentamentos no seio da classe trabalhadora, porque vai representar um retrocesso, sendo perigoso até para as instituições. Conquistas não devem ser negociadas, mas sim preservadas.

Uma Constituição não pode ser provisória. Não deve ser remendada ao sabor do interesse dos governantes ou de determinados segmentos da sociedade. Todo cuidado, por maior que seja, ainda é pouco quando se discute o assunto. O povo ainda espera ansiosamente a regulamentação, seja por intermédio de lei complementar ou por lei ordinária, de muitos dispositivos constitucionais.

A Constituição, diploma maior de um povo, de uma sociedade, deve ser duradoura, refletindo a maturidade da Nação. Uma revisão sem critérios, com conotação nitidamente corporativa, trará vícios que podem causar lesões incuráveis para nossa Pátria.

Lúcia Carvalho-PT



"Sei da necessidade de rever determinados assuntos da Constituição, mas a revisão pretendida deveria acontecer somente em 1995, depois que os novos parlamentares fossem eleitos com o povo conhecendo as propostas de cada um para as mudanças.

Como o Congresso Nacional já decidiu pela revisão neste momento, estarei atenta para que os direitos dos trabalhadores sejam mantidos e para que a autonomia financeira do Distrito Federal fique assegurada na Constituição. É um absurdo que aos 33 anos a capital do País, que, gra-

ças a muita luta, conquistou a sua autonomia política, ainda fique à mercê da boa vontade do Governo Federal para áreas básicas como Saúde e Educação.

Brasília como capital do País é obrigada a sediar com ônus embaixadas, representações de estado e órgãos públicos federais. Então é mais que justo que haja uma contrapartida da União. A minha proposta é que as áreas de Saúde, Educação e Segurança sejam mantidas constitucionalmente pelo Governo Federal. A reivindicação é correta porque pessoas do Brasil inteiro procuram atendimento nestes três setores, especialmente no de Saúde.

Defendo ainda que após a revisão o Distrito Federal passe a fazer parte do Fundo de Participação com status de estado. Até agora o Governo Federal vem arrecadando impostos dentro do Distrito Federal que não são revertidos para a cidade, como são para os estados. Estas são algumas formas de conquistarmos a nossa autonomia financeira".

e desinteressa enquanto tal. Há nele porém um extensa relação das obras do tenente-pintor, com o valor de cada qual, e isto sim, interessa.

E o que fazia o tenente — pintor Bento José? Retábulos, cenários, alegorias, altares e forros pintados. Transposto para hoje, seria um cenógrafo. Mais equalizado ainda, faria sintonia fina com qualquer publicitário criador de arte dos tempos presentes.

A maioria dos retábulos que o tenente-pintor deixou relacionados não são de oratórios vulgares, domésticos (os há), mas sim grandes pinturas decorativas e sacras dos altares das igrejas nobres e das irmandades bem postas. Uma cenografia dessas, de grande e pública devoção, custava no mínimo 100 oitavas de ouro, 360 gramas. Aos preços de 1991, algo como 4.500 dólares.

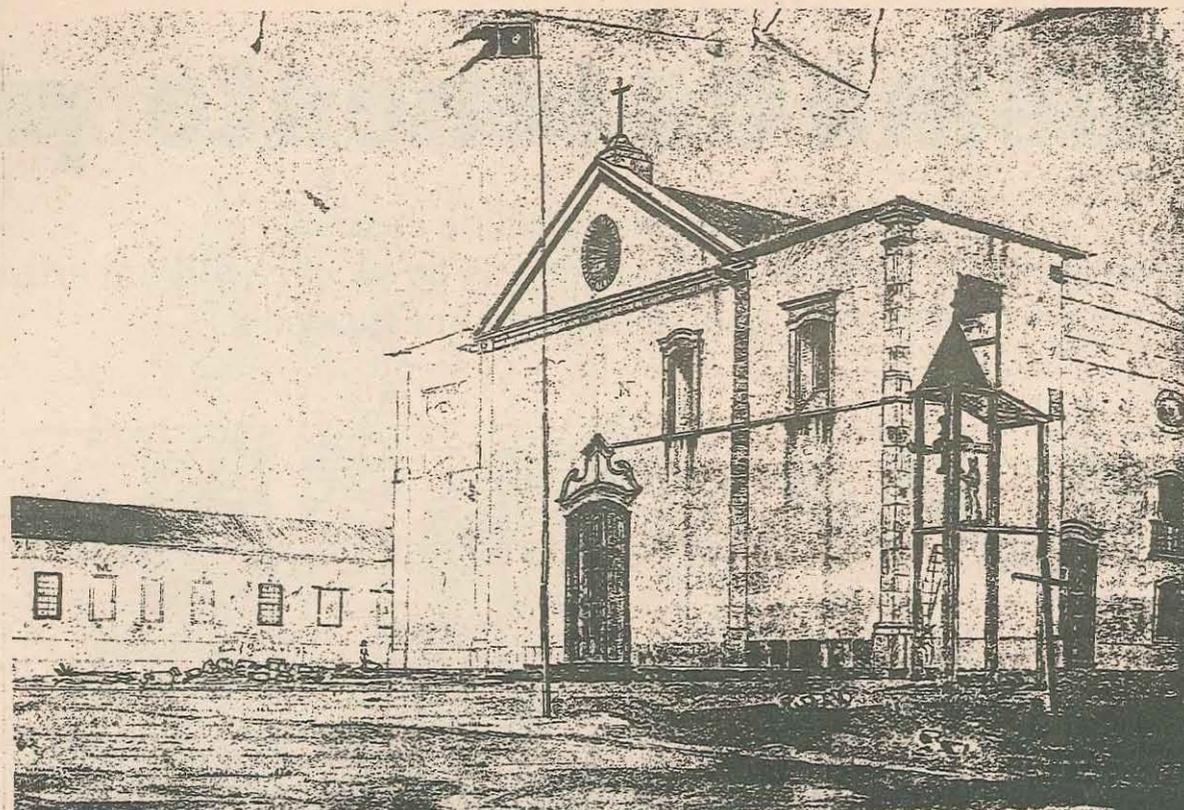
Seu primeiro trabalho em Goiás (acho que no libelo relacionou-os em ordem cronológica) foi para o Senado da República de Vila Boa de Goiás, quando já prontas as instalações físicas do grande edifício da Casa de Câmara e Cadeia, encomendaram-lhe a feitura de um retábulo para S. Sebastião, patrono dos vereadores — (o que no mínimo é curioso) — aquele santo todo flexado representando o inconsciente simbólico de como talvez se visse o corpo de juizes da Câmara.

Para ser contratado para tão público e importante trabalho, nosso pintor não devia ser neófito nem aprendiz. Ou seria consumado talento nascido em Goiás ou vinha sucedido de outras plagas do barroco setecentista. Estaríamos aqui por volta de 1765.

Consulto Judith Martins no seu Dicionário de artistas mineiros. Há um Bento de Souza, carapina, nascido em 1701, o que nos afasta de todo do nosso Bento de Souza, em plena atuação na Vila Boa de 1782, com seu pai Antonio recém-falecido. Procurei em Antonio de Souza. Há pelo menos cinco, mas nenhum nos serve em questões de datas ou de ofícios.

Podem ser também, pai e filho, de Portugal, d Bahia, de Pernambuco... mas a assim procurá-los nada se resolve e talvez pouco se acrescente.

O segundo retábulo feito em Vila Boa pelo tenente-pintor foi o de Nossa Senhora da Conceição, que parece de molde a localizar-se na matriz de Santana, muito especial devoção D'El Rey D. José e da nobreza vilarenga. De fato, Santos e Santas subiram e sumiram ao longo dos séculos nos altares luso-brasileiros, no mesmo compasso de ou-



A matriz de Sant'ana, em Vila Boa de Goiás, vista por W.J. Burchell (1829)

tras modas do reino e da colônia. Algumas pegaram, outras não.

É muito possível que boa parte da história do inconsciente popular brasileiro para os séculos XVIII, XIX e parte do XX, guarde-se nos escaninhos da política hagiológica de Roma, e nas formas de aceitação ou rejeição do povo a certas orientações vaticanas. Ou quem sabe, (pois foi grande seu poder), da própria Patriarcal de Lisboa, sob cujo manto semi-independente de Roma podiam até mesmo proliferar heresias discretas, como a do Divino Espírito Santo.

Pouco, muito pouco, consegue-se saber sobre a história religiosa do passado, e sobre a grande alegoria que foi a religião católica no Brasil. Que santo foi São Miguel e o que representou mesmo sua devoção no século XVIII, e depois, no XIX? O que simbolizou N. Sa. do Terço em determinadas épocas? Qual a posição destes e de outros santos no consciente simbólico brasileiro?

Enquanto aguardamos surgir o estudioso da história

do imaginário religioso — essencial para desenvolver-se melhor a história do cotidiano e do inconsciente das populações, ficaremos à mingua de compreensão mais profunda do passado.

Assim, tanto pela fé, quiçás pela moda, ao tenente — pintor foi encomendado um retábulo de S. Miguel pelo "tesoureiro" Pedro da Costa, tudo indicando trata-se de uma encomenda de Irmandade.

Outro retábulo, de N. Sa. do Terço, foi pago por João Manoel de Mello, governador da Capitania na fase de rigores do consulado de Pombal. Custou menos da metade dos outros retábulos, não sabemos se por ser obra menor ou se, por cortesia ao governador.

Outro ainda foi para o altar do Glorioso Santo Antonio — quase certamente para a matriz branca e lusófila, paga a obra pelo famoso Monóel Pires Neves, grande empresário, cuja mansão debruçada sobre o Rio Vermelho, construíra-se no exato local onde o Anhaguera arranchara no primeiro momento de Vila Boa. À mansão, à memória e

mais à Igreja da Lapa dos Mercadores, a tudo varreu da face da terra a grande enchente de 1836.

Um retábulo outro que o tenente fez e que quase certamente foi para o grande público, era um para o Senhor dos Passos, que em Vila Boa teve sete altares espalhados pela cidade, os Passos da Paixão. Sua irmandade é anterior a 1751, tinha consistório na matriz e uma grande capela perto da cadeia. Nessa velha procissão entrocavam-se os tradicionais festejos que ainda hoje, com muito luzimento, fazem da Semana Santa em Goiás Velho, um dos pontos altos do folclore religioso nacional. Uma obra cara, valendo 170 oitavas de ouro.

Em matéria de retábulos porém, a maior obra do tenente-pintor foi para a Igreja do Rosário dos Pretos e parece ser o altar-mor de N. Sra. custando 300 oitavas. E do qual nada subsiste, pois no primeiro quarto dos anos 900 a igreja foi demolida para depois reerguer-se, nova orientação vaticana, por um deplorável neogótico dominicano.

Ao todo, em 17 anos de trabalho, o tenente Bento de Souza confeccionou nove retábulos para as sete igrejas que Vila Boa tinha à época.

Um indicador interessante para os pesquisadores. Ao restaurarem os velhos altares de Vila Boa, que atentem para ver se na sopa infecta das sucessivas repinturas, não nem lá do fundo o pincel do nosso tenente-pintor, até o momento não-identificado.

O TENENTE-CENÓGRAFO

Nem só de retábulos vivia o pintor. Durante o governo de D. José de Almeida empregaram-no na pintura do altar funeral de D. José I e depois

no palanque comemorativo do casamento dos Príncipes da Beira. Nessa ocasião responsabilizou-se pela feitura de um "Carro Triunfante", que custou vinte oitavas ao Erário público.

O governador José de Almeida, amante das artes e das grandes festas, parece ser um caso único no Brasil da época, de amizade com o ministro Ouvidor (que era Antonio José Cabral de Almeida), quiçás seu parente. Assim o obsequioso Ouvidor encarregou o pintor de fazer uns "Arcos da Justiça" por ocasião da entrada do governador a Vila Boa, após quatro meses de viagens por Goiás em 1773, e que custou módicas vinte oitavas.

No mais, nosso pintor-fantasma, pintor-metáfora, andou decorando as casas nobres de Goiás-Velho. Pintou no palácio. Por cinquenta oitavas, andou pintando sabe-se lá o quê no palácio de D. José de Almeida. Um forro Paredes?

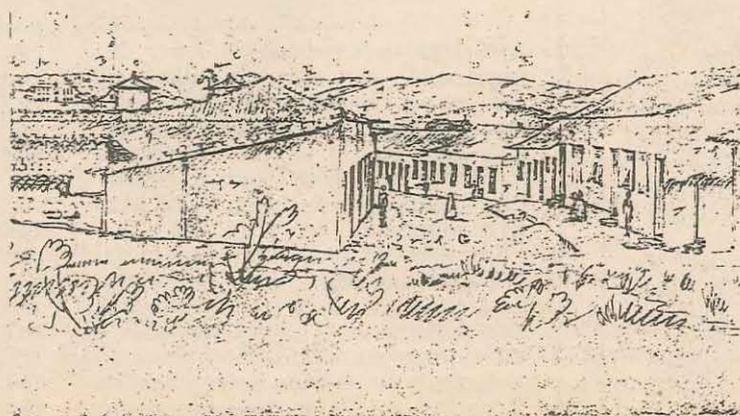
Pintou no prédio da Câmara, não se sabe também o quê — coisa grande — pela qual recebeu 300 oitavas, pouco mais de um quilo de ouro, algo como atuais quinze mil dólares, suficientes para comprar um pequeno apartamento nas nossas poluídas cidades.

Em 17 anos de trabalho, o pintor Bento José de Sousa apurou ao todo 1.816 oitavas por suas obras — cerca de sete quilos de ouro — ainda 4.700 dólares por ano, a metade de um per capita europeu de nossos tempos.

Como o valor do ouro físico era diversas vezes superior no século XVIII, ao valor dólar-papel de hoje, calculo que um artista como tenente-pintor ganhasse bruto algo hoje como 10 a 20 mil dólares por ano, ou seja, o salário de um professor universitário em termos normais.

Sejamos porém gratos ao tenente-pintor Bento José de Souza, por não termos tido juízo de suas obras. Nenhuma sobreviveu e assim empatamos no anonimato da história e na ausência de elementos de crítica.

E eis tudo o que até hoje pudemos saber do pintor-fantasma. Nenhuma obra sua reconhecida sobreviveu. Mas não é mesmo isto que esturde e abre um vácuo na nossa compreensão da condição humana? Além do discurso histórico superficial fátuo? Ou por se não conhecerem-lhe obras, ao Bento José de Souza, deixa de ser ele artista?



Lápis de rua típica do nosso interior, formada somente de residências de portas e janelas

Revisão constitucional

Manoel Andrade-PP



Enquanto alguns setores discutem se a revisão constitucional deve ou não acontecer e os caciques do Congresso disputam a presidência da revisão, nós aqui do Distrito Federal ficamos preocupados em conseguir, exatamente através da revisão da Carta, a autonomia financeira que nos falta.

Ainda no primeiro semestre deste ano, um grupo de deputados distritais, no qual eu estava incluído, esteve na Câmara Federal tentando evitar cortes no repasse de verbas da União para o DF. Não tivemos sucesso, mas mostramos a necessidade de as verbas serem repassadas e, mais que isso, mostramos que o DF precisa ter sua autonomia financeira.

As transferências da União para o GDF sofrem as conseqüências do esvaziamento de caixa do Tesouro Nacional, como bem disse um editorial recentemente publicado no jornal Correio Braziliense. As sequelas já são conhecidas. "Saída e educação", observa o texto, "praticamente custeadas pelos repasses federais, estão comprimidas nos respectivos atos de gestão limitados pela parcimônia do Ministério da Fazenda nos créditos repassados ao GDF". Além disso, tem a questão de segurança pública, também, custeada com recursos da União. Como se pode ver, são áreas de crucial importância as atingidas.

Na verdade, o Distrito Federal precisa ter participação nos fundos destinados aos estados e municípios, conseguindo, assim, recursos que possibilitem nosso desenvolvimento, que não pode mais ser emperrado. Esse é o aspecto que devemos levar em consideração na discussão da reforma constitucional.

Ma. de Lourdes Abadia-PSDB



Ao contrário do que se apregoa, a revisão constitucional não é golpe. De acordo com o que consta no artigo 3º do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias "a revisão constitucional será realizada após cinco anos contados da promulgação da Constituição pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional em sessão unicameral". A revisão, portanto, é constitucional e deve ser realizada.

Como integrante da Comissão da Ordem Social, à época em que fomos eleitos constituintes, o que nos preocupa é garantir as conquistas sociais que foram feitas. Pelo que ficou decidido com 253 votos, maioria absoluta, o Congresso pode fazer modificações na Carta. E aí que podem ocorrer retrocessos. Todos sabem que esta Comissão foi a que mais avançou e que por isso mesmo mais desagradou os setores retrógrados da nossa sociedade. Agora, com os "lobbies" eficientes que estão sendo preparados, algumas conquistas podem ser revistas. Exemplos: a licença de 120 dias para gestante, a questão dos aposentados e a jornada de trabalho de 44 horas. Não podemos abrir mão destes direitos.

Outra preocupação: não marcaram um prazo para o término dos trabalhos. O PSDB, meu partido, defende a data de 31 de dezembro. É preciso que isto fique estabelecido porque 1993 é um ano pré-eleitoral e os parlamentares podem usar a revisão de forma eleitoreira, se esquecendo do principal que é garantir a governabilidade do País.



Henri Matisse, Adormecida

□ Elder Rocha Lima

A arte feia

No presente artigo, o professor e pintor Elder Rocha Lima discorre sobre os valores da cultura ocidental que levam à Discriminação do real como uma Arte Feia.

O número 2 deste DF LETRAS publicou um excelente estudo do Professor Cassiano Nunes sobre certas características da obra e da personalidade do Graciliano Ramos, o velho Graça de todos nós que somos admiradores da obra desse grande escritor.

Em primeiro lugar ousaria comentar alguma coisa sobre o estudo em referência e peço desculpas por tratar de um assunto que não é de minha alçada, mas escudo-me no fato de ser um leitor impenitente e talvez compulsivo. Por outro lado o estudo é bastante denso e provoca uma série de reflexões que não são exclusividade da crítica literária.

Concordo com o professor Cassiano quando valoriza a releitura — descobrimos novos sabores naqueles escritores que nos agradaram em outros tempos e, "last but not least" vemos ruir alguns ídolos criados pelos truques mercadológicos e que nos enganaram antes.

Em segundo lugar encontrei muito adequada a análise

empreendida pelo Professor Cassiano sobre a característica ética de Graciliano — era um sujeito extremamente exigente com outras pessoas e ainda mais consigo mesmo. Em outros tempos o autor de "Memórias do Cárcere" seria chamado de "moralista", no bom sentido que se dava à palavra em tempos de antanho.

Mas deixemos de roubar frutos no quintal alheio, pois já faz muito tempo que eu fazia isso com eficiência, e vejamos um desdobramento do assunto tratado no artigo que temos o atrevimento de comentar. Trata-se da "arte pobre", da "arte feia". Em literatura o assunto não é tão polêmico quanto nas artes plásticas. Os escritores nunca tiveram medo de meter o dedo nas mazelas humanas e utilizar-se de vocabulário e expressões rudes ou mesmo fesceninas, em benefício da expressividade literária, ou melhor, artística. O descrever cenas ou tipos repugnantes

ou repulsivos nem sempre constituiu afronta às pessoas de bom-gosto. Parece que os livros fechados e adormecidos nas estantes não agradem tanto quanto um quadro pendurado na parede...

Em termos de arte plástica predomina ainda uma grande confusão entre "beleza natural" e "beleza artística", digamos um tanto quanto simplistamente. Uma obra de arte pode até atender a esses dois tipos de valores, mas não necessariamente. Os impressionistas, de maneira geral, atendiam a essa superposição. Mas, se examinarmos a produção artística ao longo da história encontramos mais freqüentemente um divórcio entre essas duas categorias estéticas. Como situação exemplar lembro-me dos painéis da "Casa del Sordo" de Goya, em que o artista representou alguns velhos decrepitos, repugnantemente feios, comendo com repulsiva voracidade; isso não impediu que essa obra decorasse a sala da

"Hoje ainda, inúmeras pessoas, intelectualizadas ou não, pautam seus comportamentos estéticos pelas normas acadêmicas que formam a cultura visual"

“Graciliano Ramos era um sujeito extremamente exigente com outras pessoas e consigo mesmo”

casa do artista e nem me impediu, quando a vi pela primeira vez, de exclamar: “Que beleza!”. Matisse, pintor muito apolíneo, como diria Nietzsche, dizia que se encontrasse na rua mulheres iguais às que ele pintava, fugiria apavorado.

Tanto na arte oriental clássica, como na arte africana ou mesmo na arte de qualquer povo de cultura não-tecnológica não passa pela cabeça do artista que sua tarefa é de produzir coisas bonitas. Isso igualmente ocorria com o artista egípcio ou da Idade Média, isto é, toda e qualquer produção artística não sujeita às influências da estética grega.

Nós não ignoramos a profunda influência da cultura grega sobre a cultura ocidental, influência que, em certos casos, tornou-se obstáculo ao seu desenvolvimento. O fascínio da civilização grega até hoje perturba nossos intelectuais e provavelmente nos inibe para uma análise crítica do pensar grego. Os dogmas da estética grega foram durante largo tempo a sombra perturbadora que se debruçou sobre a arte ocidental, sombra essa que atinge nossos dias.

A estética grega, de natureza idealista, admitia que cumpria ao artista recriar a natureza segundo uma Idéia Universal de caráter platônico. Assim uma estátua de Apolo ou de um efebo deveria traduzir a perfeição da beleza masculina ideal. Os cânones da proporção para o corpo humano transportaram-se para o Renascimento com ímpeto renovado e cristalizaram-se no academicismo.

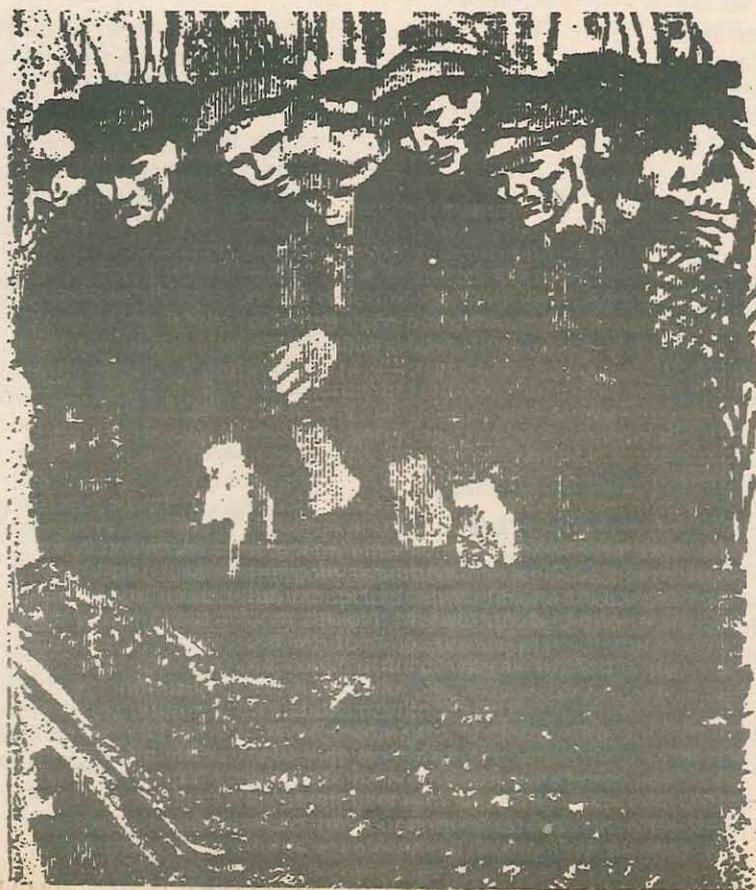
Esses princípios estéticos gregos e renascentistas foram revividos através do neoclassicismo e cujo grande estimulador foi o historiador de arte alemão J.J. Winckelmann (1717-68) que pontificava que as estátuas gregas expressavam a beleza natural máxima, que traduziam igualmente a beleza espiritual do homem, e que os artistas deveriam regular seus trabalhos pelos conceitos gregos que, inclusive, corrigiriam as imperfeições do mundo real. Sua fala encontrou terreno fértil na intelectualidade e entre os artistas da época a sua doutrina foi a substância pedagógica da Escolas de Belas Artes de lá e daquém mar.

Hoje ainda, inúmeras pes-



Desenho de Alain

“Em termos de arte plástica predomina ainda uma grande confusão entre “beleza natural” e beleza plástica.



Cemitério dos Mortos, Kathe Kollwitz, 1913. Litografia

soas, intelectualizadas ou não, pautam seus comportamentos estéticos pelas normas acadêmicas que formaram os parâmetros de cultura visual do nosso mundo ocidental, e esse padrão de pensamento, fruto do abastardamento e vulgarização da estética grega é responsável pelo divórcio entre artes plásticas e o público de hoje, mesmo aquela parcela do público que apresenta um nível de cultura razoável e consegue conviver bem com outras formas de produção artística. Embora não caiba e nem queira discutir aqui as características da produção das artes plásticas de hoje, não seria despropositado citar algumas palavras do crítico inglês Harold Osborne:

“Aqueles que endossam uma teoria formalista da arte sustentam comumente que um quadro ou uma estátua não podem ser considerados obra da mais alta qualidade simplesmente porque são uma boa representação de um objeto ou ideal, ou porque tornam aparente alguma recôndita significação metafísica dos objetos que retratam.

Consoante a tendência anti-naturalista da teoria contemporânea (que pode ou não justificar-se) toda e qualquer obra de arte precisa ser considerada como objeto novamente criado, e não apenas como espelho refletor das coisas que representam, e sua excelência deve ser avaliada por critérios que se aplicam à nova criação que ela é, distinta das coisas que refletem”.

Foi essa autonomia com relação à realidade que permitiu aos artistas enveredarem por caminhos variados e, inclusive, defendendo a boa causa, representarem o lado feio da vida e fazerem críticas contundentes à sociedade — o expressionismo não foi somente uma escola estilística, foi uma atitude perante a vida. Independente da escola expressionista não podemos esquecer a obra de Bosch, na Idade Média, os Retirantes de Portinari, os Desastres da Guerra de Goya, as figuras patéticas de Rouault, as gravuras de Kathe Kollwitz e tantos outros que elevaram a um alto nível de espiritualidade o que consideraríamos materialmente feio.

* Elder Rocha Lima é arquiteto, professor de História da Arte e Artista Plástico.

Cassiano Nunes

A Herança do modernismo de 22

Num mundo cada vez mais variável, dois elementos da realidade humana são imutáveis: a morte e a passagem do tempo. Quando jovens, tendemos a pensar que a mocidade não acaba. Por sua vez, os velhos reacionários acreditam religiosamente que a sociedade é estática. É comovente presenciar nesses saudosistas a sua fé pura no imobilismo. No entanto, tudo se move à medida que desfolhamos o calendário.

Na minha já longa experiência de vida, posso, baseado numa concepção do mundo dialética e antimaniqueísta chegar a uma conclusão positiva e que desmente os pessimistas impressionados com os fracassos políticos da nossa época: **há progresso!**

Nada me dá mais a evidência do progresso que a ascensão social da Mulher — vítima de opressão milenar —, no Brasil, no Ocidente. Na minha infância, ainda pude ver as mulheres limitadas quase que inteiramente à vida doméstica. Uma tacanha moralidade quase que proibia as mulheres de saírem à rua. Solteironas pálidas, enclausuradas, ficavam horas e horas bordando um lençinho, ou,

então, ociosas, à janela. Chegou a criar-se uma palavra para designá-las: "janeleiras". Se uma jovem mais vivaz chegava ao terceiro namorado provocava logo a repulsa social e passava a ser "uma moça falada". A melhor educação feminina — a das classes altas, oferecida por freiras estrangeiras, garantia o conhecimento do francês para as amenidades de salão e leitura de romances "rose", e a prática de bordados e uma pintura horrível. Até instituições respeitáveis como o Banco do Brasil recusavam a colaboração feminina. No presente, quando vejo moças ativas na polícia, nas Forças Armadas, lanço o desafio: houve ou não houve progresso? Pensem na mulheres que sofrem a pressão obscurantista de todos os fundamentalismos, de modo especial, o árabe, e assinalem a diferença.

No campo da educação, também se nota, a diferença auspiciosa, pois fomos um povo — é fato que se omite — renitente à existência da Universidade! E a primeira que se criou, na festa da comemoração do centenário da Independência, foi mais para o Rei da Bélgica ver... Uma década após, tempo de efervescência cultural, surgiu a precursora

Alvarus, "Miss Paraná", 1930. Desenhos retirados de revistas do tempo e do reprint que José Mindlin fez de "Klaxon" e da Revista de Antropologia"



"Miss Paraná"
Caricatura de ALVARUS

e promissora Universidade do Distrito Federal que foi logo fechada, acusada de pregar idéias subverdivas...

Achei que era interessante trazer estes dados, bastante conhecidos mas poucos usados na reflexão dos contemporâneos, ao apresentar uma

palestra sobre o modernismo de 22. É verdade que ela se referirá à modernidade literária, cultural, mas já foi visto e inclusive reconhecido por político marcante brasileiro — Getúlio Vargas — o relacionamento entre o modernismo de 22 e a revolução de 30. A Se-

mana de Arte Moderna de 22 é simétrica com o levante do Forte de Copacabana. Pode-se dizer que o movimento modernista se desenvolve **pari passu** ao revolucionarismo tenentista e à fermentação do PD (Partido Democrático de São Paulo), enfim, a todas as forças politicamente renovadoras e às vezes messiânicas que projetavam a derrota da República Velha.

Em 1942, Mário de Andrade, um dos líderes da Semana de Arte Moderna de 22, e também a figura mais importante da turma promotora do evento, do ponto de vista da cultura, da erudição, e porventura da criatividade, comemora o 20º aniversário do portentoso e discutido acontecimento, com uma conferência intitulada O MOVIMENTO MODERNISTA, que constitui uma avaliação honesta dessa linha de pensamento e ação, e, mais do que isto, é um testemunho pessoal impressionante. Essa conferência tornou-se naturalmente um dos documentos básicos para o estudo do modernismo brasileiro. Há neles apreciações e julgamentos que dificilmente poderão ser rechaçados. Começa o polígrafo — que, sem excesso, podemos qualificar de genial — apontando que esse movimento especialmente artístico **manchou** os costumes sociais e políticos e "foi o prenunciador, o preparador e por muitas partes o criador de um estado de espírito nacional". Contudo, Mário não deixa de notar que houve primeiro "a pré-consciência e em seguida a convicção de uma arte nova, de um espírito novo, desde pelo menos que viera se definindo...no sentimento de um grupinho de intelectuais paulistas".

É claro que o autor de MACUNAÍMA está se referindo aos fatos que antecederam a

Revisão constitucional

Maurílio Silva
PP



A Constituição Federal completou seus cinco anos de vida no dia cinco de outubro e, no dia 6, cumprindo uma exigência constitucional instalou uma comissão revisora para corrigir distorções feitas pelos constituintes de 1988. O Distrito Federal que hospeda o Governo Federal, as representações estrangeiras e o Congresso Nacional foi contemplado com uma autonomia questionável.

A capital do País vive uma crise de identidade: não é cidade, mas tem uma Lei Orgânica e um governador, não é estado e tem uma Câmara

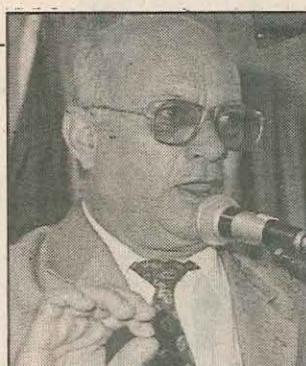
Legislativa e seus parlamentares são deputados. Só os senadores e os deputados federais não têm desvio de funções. Isso é a autonomia política que está escrita na Lei Maior.

Já a política de finanças públicas é uma incógnita. Arrecadamos um expressivo volume de impostos e vivemos de uma "mesada" do Governo Federal que mal paga as suas exigências.

Espero que os congressistas brasileiros, esclarecidos pelos parlamentares do Distrito Federal, dotem esta unidade da Federação com tratamento semelhante aos outros estados brasileiros. Temos a necessidade urgente de oferecer um projeto de desenvolvimento para toda essa gente desempregada das cidades-satélites e entorno de Brasília e só a autonomia financeira poderá trazer uma melhor realidade para todos nós.

Temos tudo para Brasília tornar-se a "primeira-dama" das cidades brasileiras ou um novo Estado. Se necessário for.

Padre Jonas
PP



Sabemos que o Desenvolvimento de uma Comunidade Integrada está ligada ao seu passado. Brasília tem 33 anos de existência e possui uma população em torno de 2 milhões de habitantes, sendo uma das maiores metrópoles do planeta. É uma cidade nova e, no início, foi projetada para conter 200 mil habitantes até o ano 2000. Entretanto, o que ocorreu com a nossa Capital Federal foi um verdadeiro fenômeno inexplicável, porque o que assistimos ao longo de curtíssima história, não passou de um "corre-corre" dos brasileiros ao

interior do Planalto Central.

Ora, afirmar que o Distrito Federal deverá ser "financeiramente autônomo na revisão constitucional", seria uma aberração e até mesmo uma ironia de nossa parte. Acharmos que o mais correto, dentro de nossos limites, é haver uma consulta prévia a todas as entidades de expressão no contexto brasileiro, pois, a partir desta consulta, o julgamento final será bem mais fácil para os Poderes Constituídos. Acharmos, também, que antes dessa consulta prévia, a situação da Região do Entorno já esteja estabelecida nos moldes de uma "Capital do 3º Milênio".

Além disso, destacamos que é preciso lembrar que o nosso Distrito Federal está estruturado nos princípios de uma Metrópole que avança no tempo, assistida pela União, visto que abriga os Poderes da República e é o Centro das decisões de um país de área continental, com uma área de 0,678% da área brasileira e não devemos, de modo algum, tomar medidas intempestivas.

Semana — a exposição de Lazar Segall, a mostra mais sensacional ou escandalizante da protomártir Anita Malfatti, o artigo infeliz mas exageradamente malinterpretado de Monteiro Lobato e a descoberta de Brecheret. No entanto, parece-me que o conteúdo revolucionário, vanguardista, nessas atividades deriva predominantemente do setor plástico, pois Mário de Andrade saudou ainda o "Homem Amarelo" de Anita... com um soneto parnasiano. As letras do tempo eram mais lentas na sua evolução, mais conservadoras. Formalmente, JUCA MULATO deve muito ao classicismo rostandiano, grandiloquente de Júlio Dantas — o que pode haver de mais "Belle Époque" e "sorriso da sociedade". NÓS, de Guilherme de Almeida, rescende ao pó de arroz de Paul Géraudy... Ronald de Carvalho também fez o serviço militar do parnasianismo. Não se deve deixar de dizer que Menotti, Guilherme e Ronald, intrinsecamente nada tiveram a ver com o modernismo. Sua mentalidade, esteticamente, era passadista. Dos três, o que mais se aproxima do modernismo, e mesmo assim com delicadeza cavalheiresca, é Ronald. Seus EPIGRAMAS IRÔNICOS E SENTIMENTAIS contém ressonâncias impressionistas. A explosão na poesia do modernismo, entre nós, realmente surgiu com PAULICÉIA DESVAIRADA, que Oswald de Andrade chamou de futurista — e de fato tem muito de futurista. Desta maneira começou a poesia de vanguarda entre nós...

Mas, a meu ver, no princípio do século, começou a surgir, no nosso ambiente literário, um desejo de repelir o neo-parnasianismo deslumbrante de Martins Fontes, meu conterrâneo. Foi o primeiro poeta importante que conheci pessoalmente. Esse se caracterizava por uma busca da limpidez e da autenticidade individual. O infortunado Hermes Fontes, exaltado por sua poesia delirantemente "Art Nouveau", que às vezes chegava ao plano do bestialógico, pretendeu evoluir para uma poesia transparente, fluente, líquida. Mas só a atingiu em A FONTE DA MATA, publicado em 1930!

"Depois de longa ausência e penosa distância,
vi a fonte da mata,
de cuja água bebi, na minha infância.
E que melancolia
nessa emoção tão grata!
Ver — constância das cousas,
na inconstância...
ver que a Poesia é uma segunda infância,
e que toda a poesia...
vem da fonte da mata..."

Na década de 30, surgem também os últimos livros de Martins Fontes, que procuram um novo classicismo, em suma, a simplicidade com a dignidade clássica.

No entanto, os dois poetas do princípio do século que vão granjear a consagração definitiva foram Augusto dos Anjos e Raul de Leoni. Cada um deles deixou apenas um livro, matéria suficiente para a sua imortalidade, não acadêmica, e portanto mais garantida. "Eu e Outros Poemas", de Augusto, é de 1914. LUZ MEDITERRÂNEA, de Raul de Leoni, foi publicado exatamente em 1922. O seu aparecimento nessa data não constitui um convite para a reflexão?

Pondo de lado as invenções características e rebarbativas dos grupos vanguardistas — futurismo, cubismo, expressionismo —, tenho a impressão de que os melhores poetas brasileiros das primeiras décadas manifestaram um ideal de sinceridade e simplicidade (uma linguagem natural e direta) que nada mais tinham a ver com a dureza e artificialismo do Parnaso nem com a flacidez do simbolismo.

"Os jovens, por falta de experiência existencial, não têm consciência do efêmero como sinal imanente da nossa humanidade".

A releitura cuidadosa e encantada dos ÚLTIMOS SONE-TOS, de Cruz e Sousa, — uma das obras mais poderosas e, porventura, das mais originais da literatura brasileira, — mostram-me mais titanismo do que simbolismo. Augusto dos Anjos ficou lhe devendo muito, mas progride no sentido de dar à sua poesia um sabor coloquial, um tom conversacional, sugerindo o diálogo, e às vezes até realizando-o plenamente. É o que se vê no soneto "Versos Íntimos":

"Vês? ninguém assistiu ao formidável
enterro de tua última quimera".

E mais adiante essa naturalidade da linguagem ainda mais se expõe:

"Toma um fósforo. Acende seu cigarro".

Frases curtas, enjambements, interrogações, exclamações, vocativos, reticências, repetições, procuram dar aos poemas em questão a desenvoltura da conversa comum. Cito uns versos do soneto "Idealismo":

"Falas de amor e eu ouço tudo e calo.

O amor na humanidade é uma mentira.

É. E é por isto que na minha lira

De amores fúteis poucas vezes falo.

O amor! Quando virei por fim a amá-lo?!"

A linguagem não é só tensa. É dramática, teatral. Há um bom número de anos, assisti em São Paulo a um interessante espetáculo que apresentava uma teatralização da poesia de Augusto dos Anjos. Curiosamente acentuava o seu aspecto kitsch.

O poeta do "EU" também cria o fantasmagórico meio sinistro — penso nas gravuras de Marcelo Grassman — com uma força, neste gênero, inédita em nossa poesia. É o caso de "O Caixão Fantástico" e "O Último Número", misterioso testamento poético, que R. Magalhães Jr. diz ter sido o

seu último soneto. Ditado a um amigo pois já não tinha mais forças para escrevê-lo no papel. É natural que o grande sabedor de literatura alemã, Anatol Rosenfeld, o tenha comparado aos expressionistas germânicos.

Versos poderosos, sugestivos e bem próprios, como estes pontilham a sua obra:

"Ah! esta noite é a noite dos Vencidos"

e mais:

"Ah! um urubu pousou na minha sorte!"

Raul de Leoni, que troca as obscuridades ominosas de Augusto dos Anjos, por clari-dades gregas, pagãs, compartilha com o coetâneo na imediatez da linguagem, como se pode ver neste soneto "História Antiga":

"No meu grande otimismo de inocente,

Eu nunca soube por que foi...um dia,

Ela me olhou indiferentemente,

Perguntei-lhe por que era...Não sabia...

Desde então, transformouse de repente

A nossa intimidade co...ntia

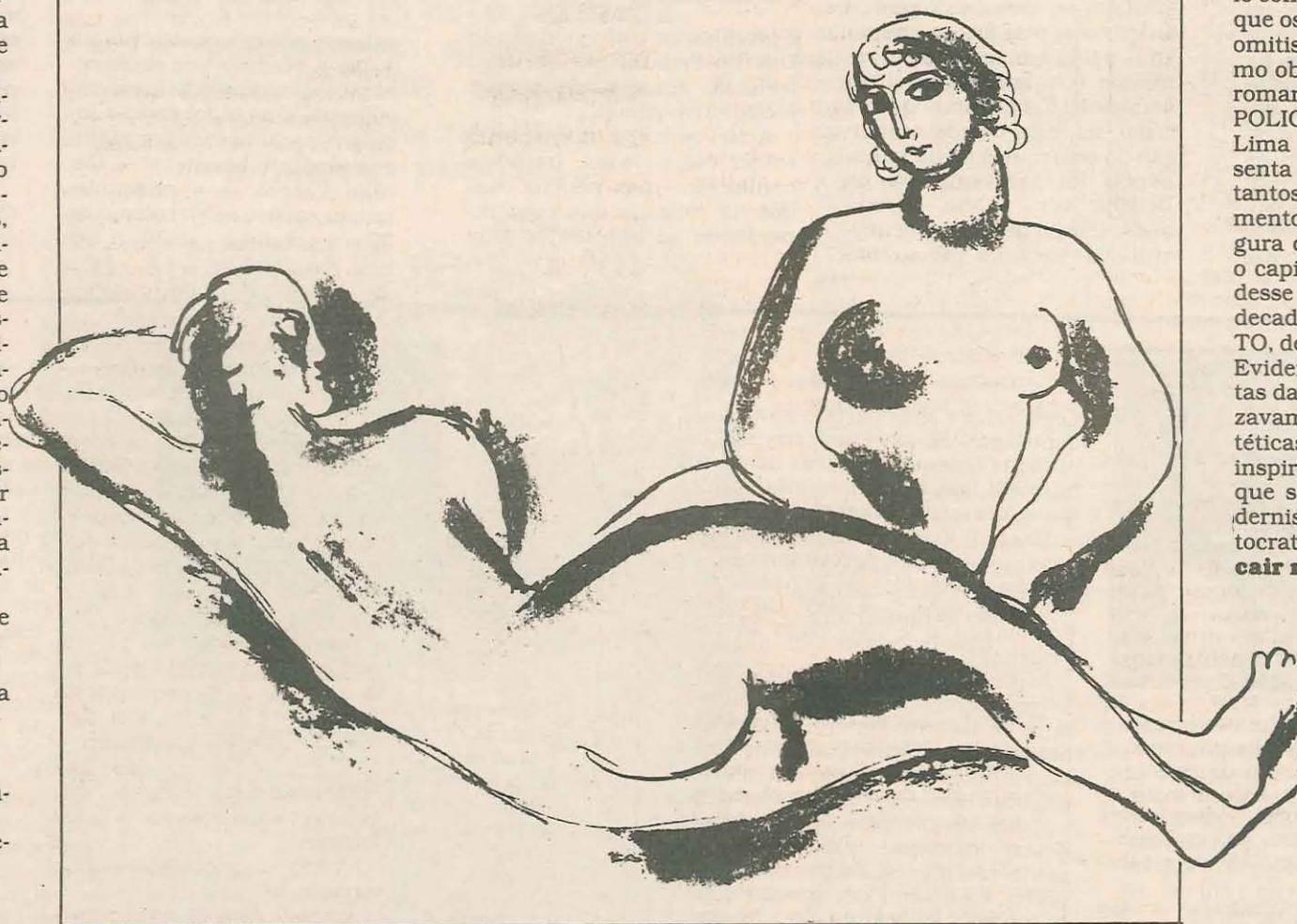
Em saudações de simples cortezia

E a vida foi andando para a frente..."

Como vêem, não atribuo exclusivamente, ao modernismo, o privilégio de atingir a criação de uma literatura alta e autêntica, legítima expressão do que se pode chamar uma civilização brasileira. Pelo contrário, sempre estranhei que os líderes do modernismo omitissem a importância, como obra de arte brasileira, do romance O TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA, de Lima Barreto, que nos apresenta um Quixote brasileiro, tantos anos antes do aparecimento dessa outra notável figura quixotesca do Nordeste: o capitão Vitorino Papa Rabo desse painel transfigurado da decadência que é FOGO MOR-TO, de José Lins do Rego.

Evidentemente, os modernistas da primeira hora só valorizavam as novas invenções estéticas do modernismo, de inspiração europeia. É sabido que só depois de 24, os modernistas aristocratas e aristocratizantes começaram a cair na real... isto é, a perce-

Os trabalhos da fase surrealista de Ismael Nery os distinguem das obras dos pintores europeus da mesma corrente



"Nada me dá mais a evidência do progresso que a ascensão social da mulher — vítima de opressão milenar-, no Brasil. no Ocidente".

Revisão constitucional

Pedro Celso-PT



A melhor defesa de repasse de recursos da União para o DF é a não revisão constitucional. A revisão só interessa ao gigantesco lobby conservador e às forças contrárias à regulamentação de pelo menos 150 artigos elaborados pela Assembléia Constituinte de 88, que ainda não entraram em vigor.

O PT, juntamente com a OAB, CNBB, CUT e ABI, recorrerá à Justiça para impedir a revisão. Afinal, os deputados e os senadores não foram eleitos para elaborar uma nova constituição. De olho nas conquistas de 88, o que mais nos preocupa é o elenco de propostas da Fiesp.

A Fiesp defende uma revisão a cada cinco anos, ou seja, quer que a Constituição tenha a rotatividade de um motel. E mais: propõe um sistema tributário injusto, do ponto de vista social, um sistema de Seguridade Social excludente, na medida em que defende uma previdência estatal para quem ganha apenas um salário mínimo e idade mínima de 65 anos para aposentadoria.

A revisão, ora proposta, é totalmente prejudicial à classe trabalhadora, pois servirá para que a elite elabore uma constituição privatizante, voltada para os oligopólios, os cartéis e as multinacionais.

Peniel Pacheco-PTB



Para o Distrito Federal, a revisão constitucional tem uma importância precípua: a questão econômico-financeira. Criada como cidade exclusivamente administrativa, Brasília nunca ampliou sua base econômica a ponto de financiar os serviços de educação, saúde e segurança pública, que são custeados pela União.

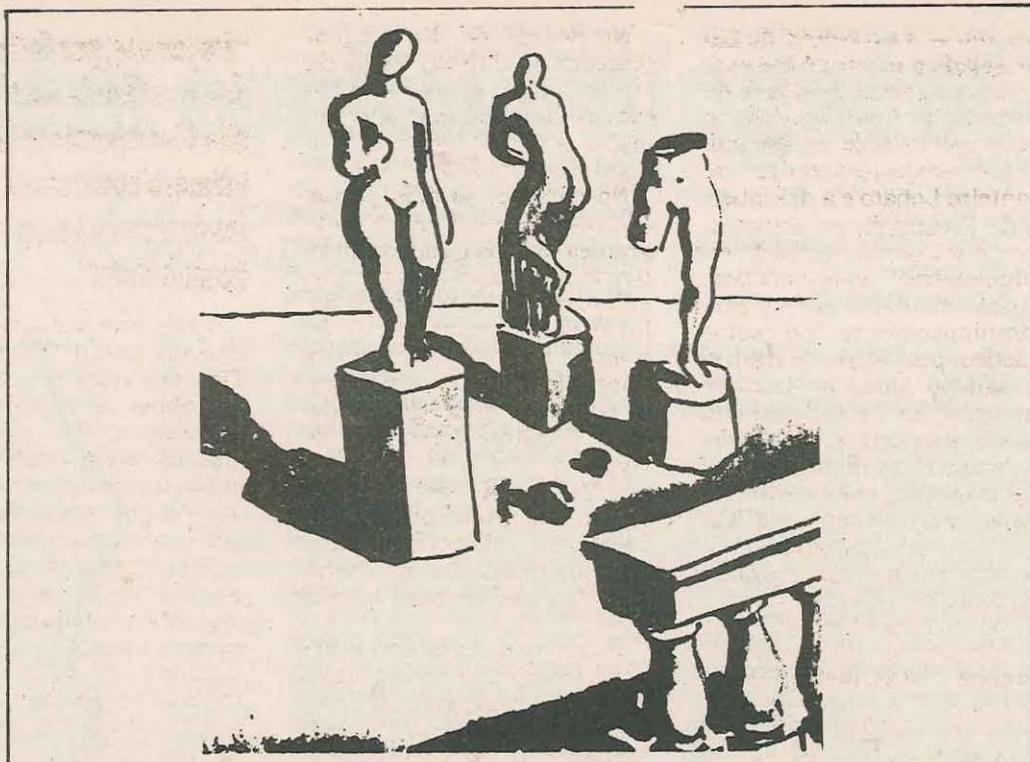
Essa situação nasceu com a própria Capital Federal. O então presidente Juscelino Kubitschek, através de ato administrativo, comprometeu a União a arcar integralmente com as despesas de saúde e educação do DF. Mas na prática isso ocorre de forma insuficiente, inclusive por causa da séria crise econômica que o País atravessa.

É preciso, na revisão constitucional, garantir ao DF a dotação de recursos para educação e saúde. Mas, também, não podemos prescindir de busca de soluções consistentes a longo prazo. É a tão necessária criação de um programa de desenvolvimento industrial e agrícola para o Distrito Federal, sem alterar, evidentemente, as características urbanas do Plano Piloto e também pouco poluir o ar.

Brasília não pode continuar sendo uma cidade meramente administrativa, e sim uma cidade desenvolvimentista, com um pólo industrial e agrícola que absorva a mão-de-obra. Isso será possível com incentivos fiscais e outras vantagens para os empresários que querem investir aqui.

ber que não se poderia criar uma arte brasileira importante sem antes descobrirem o Brasil...A descoberta do Brasil pelos modernistas se tornou, por conseguinte, uma das conquistas mais significativas da Literatura Brasileira. Além disso, é preciso salientarmos um aspecto da nossa história literária a que os nossos primeiros modernistas deram pouca atenção: isto é, que o primeiro esforço nacionalizador dos românticos não fora, totalmente apagado pelos parnasianos, como revelam "VIA LACTEA", de Bilac, e ROSA, ROSA DE AMOR, de Vicente de Carvalho. Não notaram também os modernistas as sementes de inquietação genuína no alvorecer do século que prometiam auspiciosa germinação. A esta fase, de ansiedade criadora acabou-se finalmente dando a denominação de pré-modernismo. Dedicou-lhe um estudo lúcido e sensível Alfredo Bosi. Portanto, não houve excesso de magnanimidade quando Oswald de Andrade — o dúplice Oswald, capaz das maiores injustiças, mas também dos gestos mais generosos — apontou Monteiro Lobato como o primeiro modernista no Brasil. Sim, é Monteiro Lobato, fazendeiro, que ao criar Jeca Tatu — que pretendia ser uma caricatura — nos oferece, desavisadamente, a figura emblemática da tragédia brasileira: o caboclo, habitante do interior do país, o representante lidimo de um povo sem terra numa terra sem povo. Lendo VIDAS SECAS, pude notar, como Fabiano, na sua quase subhumanidade, se parece com Jeca Tatu. O ufanismo protestou logo com insânia — desmascarado! Mas Rui Barbosa, não obstante ser um erudito de gabinete, não se deixou enganar e reconheceu a autenticidade desse brasileiro degradado. Tão autêntico e presente que o vejo agora todas as manhãs em certas quadras de Brasília, em calçadas e gramados, onde, instalado, come, dorme, ama e defeca.

Esta defesa que faço do pré-modernismo não é recente. Fi-la exatamente há 50 anos ao realizar a minha primeira palestra sobre a poesia modernista brasileira. Parte do meu texto se perdeu nas minhas andanças mas felizmente ficou a crítica que lhe fez pessoa ilustre e especialmente interessada no assunto: Mário de Andrade. Vou reler aqui o princípio dessa carta inédita. É dirigida para Miroel Silveira, meu conterrâneo e querido amigo. Manifesta-se assim Mário sobre a palestra do jovem escriba provinciano: "São Paulo 11 de setembro de 1942. Miroel querido: Me levanto da cama pra lhe escrever já-já. Ontem deitado, questão de doença, creio que fígado, não sei, não chamo médico, ando excessivamente sem vontade pra nada, é essa



Ismael Nery, desenhos a nanquin e a guacho, 1930. Coleção particular/SP.

"No princípio do século começou no nosso ambiente literário, um desejo de repelir o neoparnasianismo deslumbrante de Martins Fontes"

guerra, essa guerra. Recebi sua carta e li imediatamente a conferência. Sem ser nada condescendente, achei notável. No entanto, os dois poemas do princípio do século que vão granjear a consagração definitiva foram Augusto dos Anjos e Raul de Leoni. Cada um deles deixou apenas um livro, matéria suficiente para a sua imortalidade, não acadêmica, e portanto mais garantida. "Eu e Outros Poemas", de Augusto, é de 1914. LUZ MEDITERRÂNEA, de Raul de Leoni, foi publicado exatamente em 1922. O seu aparecimento nessa data não constitui um convite para a reflexão?

Pondo de lado as invenções características e rebarbativas dos grupos vanguardistas — futurismo, cubismo, expressionismo —, tenho a impressão de que os melhores poetas brasileiros das primeiras décadas manifestaram um ideal de sinceridade e simplicidade (uma linguagem natural e direta) que nada mais tinham a ver com a dureza e artificialismo do Parnaso nem com a flacidez do simbolismo.

A releitura cuidadosa e encantada dos ÚLTIMOS SONECOS, de Cruz e Sousa, — uma das obras mais poderosas e porventura, das mais originais da literatura brasileira, — mostram-me mais titanismo do que simbolismo. Augusto dos Anjos ficou lhe devendo muito, mas progride no sentido de dar à sua poesia um sabor coloquial, um tom conversacional, sugerindo o diálogo, e às vezes até realizando-o plenamente. É o que se vê no soneto "Versos Íntimos":

"Vês? ninguém assistiu ao formidável

enterro de tua última quimera".

E mais adiante essa naturalidade da linguagem ainda mais se expõe:

"Toma um fósforo. Acende seu cigarro".

Frases curtas, enjambements, interrogações, exclamações, vocativos, reticências, repetições, procuram dar aos poemas em questão a desenvoltura da conversa comum. Cito uns versos do soneto "Idealismo":

"Falas de amor e eu ouço tudo e calo.

O amor na humanidade é uma mentira.

É. E é por isto que na minha lira

De amores fúteis poucas vezes falo.

O amor! Quando virei por fim a amá-lo?!"

A linguagem não é só tensa. É dramática, teatral. Há um bom número de anos, assisti em São Paulo a um interessante espetáculo que apresentava uma teatralização da poesia de Augusto dos Anjos. Curiosamente acentuava o seu aspecto kitsch.

O poeta do "EU" também cria o fantasmagórico meio sinistro — penso nas gravuras de Marcelo Grassman — com uma força, neste gênero, inédita em nossa poesia. É o caso de "O Caixão Fantástico" e "O Último Número", misterioso testamento poético, que R. Magalhães Jr. diz ter sido o seu último soneto. Ditado a um amigo pois já não tinha mais forças para escrevê-lo no papel. É natural que o grande sabedor de literatura alemã, Anatol Rosenfeld, o tenha comparado aos expressionistas germânicos.

Versos poderosos, sugestivos e bem próprios, como estes pontilham a sua obra:

"Ah! esta noite é a noite dos Vencidos"

e mais:

"Ah! um urubu pousou na minha sorte!"

Raul de Leoni, que troca as obscuridades ominosas de Augusto dos Anjos, por clariidades gregas, pagãs, compartilha com o coetâneo na imediatez da linguagem, como se pode ver neste soneto "História Antiga":

"No meu grande otimismo de inocente,

Eu nunca soube por que foi...um dia,

Ela me olhou indiferentemente,

Perguntei-lhe por que era...Não sabia...

Desde então, transformouse de repente

A nossa intimidade correntia

Em saudações de simples cortezia

E a vida foi andando para a frente..."

Como vêem, não atribuo exclusivamente, ao modernismo, o privilégio de atingir a criação de uma literatura alta e autêntica, legítima expressão do que se pode chamar uma civilização brasileira. Pelo contrário, sempre estranhei que os líderes do modernismo omitissem a importância, como obra de arte brasileira, do romance O TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA, de Lima Barreto, que nos apresenta um Quixote brasileiro, tantos anos antes do aparecimento dessa outra notável figura quixotesca do Nordeste: o capitão Vitorino Papa Rabo desse painel transfigurado da decadência que é FOGO MORTO, de José Lins do Rego.

Evidentemente, os modernistas da primeira hora só valorizavam as novas invenções estéticas do modernismo, de inspiração européia. É sabido que só depois de 24, os modernistas aristocratas e aristocratizantes começaram a cair na real... isto é, a perceber que não se poderia criar uma arte brasileira importante sem antes descobrirem o Brasil...A descoberta do Brasil pelos modernistas se tornou, por conseguinte, uma das conquistas mais significativas da Literatura Brasileira. Além disso, é preciso salientar um aspecto da nossa história literária a que os nossos primeiros modernistas deram pouca atenção: isto é, que o primeiro esforço nacionalizador dos românticos não fora totalmente apagado pelos parnasianos, como revelam

"A releitura cuidadosa e encantada dos Últimos Sonetos, de Cruz Sousa, mostram-me mais titanismo do que simbolismo".

"VIA LACTEA", de Bilac, e ROSA, ROSA DE AMOR, de Vicente de Carvalho. Não notaram também os modernistas as sementes de inquietação genuína no alvorecer do século que prometiam auspiciosa germinação. A esta fase de ansiedade criadora acabou-se finalmente dando a denominação de pré-modernismo. Dedicou-lhe um

estudo lúcido e sensível Alfredo Bosi. Portanto, não houve excesso de magnanimidade quando Oswald de Andrade — o duplice Oswald, capaz das maiores injustiças mas também dos gestos mais generosos — apontou Monteiro Lobato como o primeiro modernista no Brasil. Sim, é Monteiro Lobato, fazendeiro, que ao criar Jeca Tatu — que pretendia ser uma caricatura — nos oferece, desavisadamente, a figura emblemática da tragédia brasileira: o caboclo, habitante do interior do país, o representante lídimo de um povo sem terra numa terra sem povo. Lendo VIDAS SECAS, pude notar, como Fabiano, na sua quase subhumanidade, se parece com Jeca Tatu. O ufanismo protestou logo com insânia — desmascarado! Mas Rui Barbosa, não obstante ser um erudito de gabinete, não se deixou enganar e reconheceu a autenticidade desse brasileiro degradado. Tão autêntico e presente que o vejo agora todas as manhãs em certas quadras de Brasília, em calçadas e gramados, onde, instalado, come, dorme, ama e defeca.

Esta defesa que faço do pré-modernismo não é recente. Foi exatamente há 50 anos ao realizar a minha primeira palestra sobre a poesia modernista brasileira. Parte do meu texto se perdeu nas minhas andanças mas felizmente ficou a crítica que lhe fez pessoa ilustre e especialmente interessada no assunto: Mário de Andrade. Vou reler aqui o princípio dessa carta inédita. É dirigida para Miroel Silveira, meu conterrâneo e querido amigo. Manifesta-se assim Mário sobre a palestra do jovem escriba provinciano: "São Paulo 11 de setembro de 1942. Miroel querido: Me levanto da cama pra lhe escrever já-já. Ontem deitado, questão de doença, creio que figado, não sei, não chamo médico, ando excessivamente sem vontade pra nada, é essa guerra, essa guerra. Recebi sua carta e li imediatamente a

conferência. Sem ser nada condescendente, achei notável. No mesmo estudo, tentando explicar um certo esvaziamento cultural na vida de São Paulo, cotejei-o com o Nordeste: "O Nordeste sofreu crises políticas, indubitavelmente, além disso padecia e ainda padece de pobreza crônica, mas mesmo assim teve uma história mais contínua e



Ismael Nery, desenhos a nanquin, 1930. Coleção particular, Campinas/SP

densa, o que me tem levado a dizer, de maneira um tanto hiperbólica, que o Nordeste é a alma do Brasil. Ou que ele é o lugar onde sentimos mais distintas as raízes do Brasil. Mas naturalmente em todas as regiões brasileiras, Minas, São Paulo, Goiás, Mato Grosso, e Rio Grande do Sul, deparemos com fortes denominadores comuns nacionais".

Expostos os elementos do nosso modernismo que me parecem mais patentes, chego ao ponto exato que visa este trabalho: em que consiste a herança do modernismo de 22?

Parece-me que já se tornaram transparentes os aspectos que constituem essa herança: a repulsa da alienação intelectual causada pelo império das culturas estrangeiras; a independência no plano da criação, de que se favoreceram artistas que criaram técnicas de expressão literária muito pessoais: como Guimarães Rosa, Clarice Lispector, Graciliano Ramos, João Antônio e outros; a busca da identidade brasileira que é o melhor meio para cada artista patricio descobrir a sua originalidade. Desta maneira, é vencido um complexo de inferioridade castrador.

O autoconhecimento, a auto-análise e a auto-crítica, que foram estimulados pelo modernismo, levam-me a pensar que não obstante as feias mazelas do presente e a provável esterilidade das últimas décadas, mais marcadas pela rebeldia do que pela criatividade, houve um notável progresso mental de que pode

"O Brasil é uma nação "in fieri", um "work in progress". Não está ainda completo. Falta-lhe o remate. Caminha para o futuro..."

bem aproveitar o nosso povo. Se ele não tem aproveitado é por duas razões: a impermeabilidade do nosso sistema de poder ao gosto pela cultura e a mediocridade cultivada pelos nossos meios de comunicação. Hoje, há menos publicações literárias no Brasil do que no passado; os suplementos culturais dos nossos jor-

nais são dominados por grupinhos sem espírito aberto e alto; as estações de rádio e de tevê mal começam a tomar conhecimento do livro.

A meu ver — é uma concepção muito pessoal, talvez — as duas maiores e dolorosas carências do País são:

1ª a necessidade dos brasileiros tomarem posse concreta e racionalmente do território nacional; e

2ª a situação desesperada dos sem-terra — que são a maioria dos brasileiros do interior. É necessário primeiro dar chão e após orientação, para que os brasileiros criem raízes. Sem raízes não há Pátria.

É claro que os dois problemas se entrelaçam e confundem e não atraem a atenção das forças poderosas que querem conservar o **statu quo** horrível.

O Brasil é uma conquista dos brasileiros e dos estrangeiros que voluntariamente se abraçaram, sendo muitas vezes mais patriotas que os nascidos na terra. Ser brasileiro não é só uma fatalidade. Pode também ser uma opção. Opção que foi feita por grandes estrangeiros como Fritz Muller, Kurt Nimuendaju e Paulo Rónai.

O Brasil é uma nação "in fieri", um "work in progress". Não está ainda completo; falta-lhe o remate. Caminha para o futuro...

Quem sugere muito bem esta circunstância, com a sabedoria da poesia, natural aos ficcionistas, é Lima Barreto no final da sua obra-prima rústica TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA, que justamente é rústica porque é bem brasileira. Ele nos sugere a fé na evolução e animado por esta fé nos dá uma lição de paciência. Nas páginas finais do romance em questão, Olga, uma personalidade feminina forte naquele tempo de mulheres sem voz — o fim do século XIX — resolve enfrentar o fanatismo dos jacobinos florianistas, uma época marcada por arbitrio e crimes

terríveis, a fim de salvar o padrinho, homem idealista e inocente, preso sem nenhuma razão pela polícia política. É mal recebida pelo ajudante de ordens do Marechal Floriano e resolve desistir do pedido, porque acha que, em tal ambiente, qualquer rogativa mancharia a memória ilibada do infeliz cidadão.

A inflação não tem causa, mas pretexto

Fernando Tolentino

Se correr, o bicho pega; se ficar, o bicho come. Frustrou-se a reposição integral dos salários, mas nem por isto declinaram os preços antes majorados com tal alegação. Inflação no Brasil é assim. Não precisa de causa, mas de pretexto. Tanto que, se motivada por salários, não desembestaria após tão longo arrocho. Pois só a hipótese de aprovação da reposição já justificou novo impulso nos preços.

Na verdade, a inflação serve aos setores mais poderosos da economia, para extorquir mais do que apenas lucros. Não importa o incremento dos custos, mas a mera presunção disto. Daí, há sentido quando economistas (e Governo) acusam como inflacionária a reposição de 100%. Nem foi a reposição, mas a afirmação da proposta, que gerou nova disparada nos preços.

Por mais que se estigmatize quem questiona a livre iniciativa, não há como negar a falta de controle da sociedade (e do Estado) sobre quem arbitra preços como a maior causa da inflação. O debate chegou a apontar na direção certa quando o ministro Fernando Henrique propôs o aprofundamento da **política de rendas**: um acordo entre lucros, juros, impostos, tarifas, aluguéis e salários. A idéia fez água pela falta de instrumentos de coerção e, é claro, de colaboração do empresariado.

Passada a temporada de desenfreada rapinagem, falsas promessas e oportunismos, não custa buscar formas de frear a especulação e, no mínimo, impedir ainda maior queda no poder aquisitivo dos trabalhadores.

A tão decantada livre negociação só protege salários em circunstância favoráveis e nos centros dinâmicos da economia, uma situação nada parecida com realidade nacional. Uma proposta mais plausível pode ser a garantia de 100% de reajuste sobre o faturamento nominal do empresário. A cada mês, a empresa industrial ou comercial reajustaria os salários no mesmo nível do crescimento de seu faturamento, o mesmo fazendo o governo com a arrecadação e os bancos com a captação.

Ganham, assim, os empresários que querem crescer com a sua atividade, contando com seus empregados para isto, e os trabalhadores, com a garantia de preservação dos salários. Ganha também o Governo, com a solidariedade dos trabalhadores ao controle da sonegação fiscal. E, diante da avidez dos empresários, a compressão dos salários deixa de ser a causa real de lucros fáceis.

■ Fernando Tolentino é jornalista e servidor da Câmara Legislativa.

□ Veríssimo de Melo

Ninguém conhece ninguém

Falta comunicação entre regiões culturais brasileiras

Voltamos a insistir num assunto que vem despertando interesse por parte de amigos escritores. É ainda sobre o problema do total desconhecimento e falta de intercâmbio entre escritores das várias regiões brasileiras. Quais os novos e bons escritores, poetas, ensaístas que estão surgindo no Brasil de hoje? Não há canais de comunicação entre as áreas culturais no país. Nenhum revista que promova a aproximação entre escritores, artistas, produtores culturais em geral. Nenhum jornal. Nem mesmo um simples boletim. Absolutamente nada. De modo geral, ninguém conhece ninguém das áreas culturais do sul do país, do Centro-Oeste, do Nordeste, do Norte. Meia dúzia de amigos não representa nada no cômputo geral.

É evidente que se deve colocar — como exceção — o que se faz no eixo Rio-São Paulo. Os grandes jornais, emissoras de televisão e rádio enchem todos os momentos com informações do que se faz ali e se divulga fartamente pelo país inteiro. Raramente um escritor novo, um poeta original, um ensaísta vigoroso e profundo aparecem. Porque não interessa à mídia divulgá-los — o que é injustiça clamorosa.

O que estamos tentando fazer é chamar a atenção dos intelectuais para esse enorme vazio no setor de comunicação entre as outras áreas culturais isoladas. Como despertar os líderes da cultura para o fenômeno negativo da informação no país?

O Ministério da Cultura — que

teve um intelectual da magnitude de Antonio Houaiss à sua frente — bem poderia voltar-se para o problema e procurar soluções viáveis e adequadas.

Coincidentemente, uma voz poderosa — a do notável escritor, poeta e conferencista Cassiano Nunes, de Brasília — veio juntar-se a nós nesse apelo em favor dos escritores e artistas esquecidos. No artigo "DE BRASÍLIA PARA O BRASIL", Cassiano propõe verdadeira revolução de novos bandeirantes culturais para o conhecimento do que se vem fazendo no interior brasileiro. Afirma — com aquele desassombro peculiar — que "os caranguejos da intelectualidade brasileira continuam frequentando apenas o litoral". O interior do país permanece abandonado. Lembra o grande momento do Modernismo, quando escritores das mais distantes regiões apareceram "com forte sentido de unidade do Brasil". Frisa que Brasília foi construída "para impor a interiorização e dinamização do interior". Propõe programa que leve notícia "às outras regiões do Brasil, do caráter e da criatividade de brasilienses." O plano — acrescenta — "indiferente ao "rush" das multinacionais e resistente ao imperialismo do eixo Rio-São Paulo, divulgaria nossos poetas, artistas plásticos, músicos, bailarinos, folcloristas, etc." Textualmente, conclui: "Todas as regiões do Brasil têm o que mostrar. Apenas não contam com a boa vontade daqueles que promovem a cultura no Brasil".

Em carta recente (18.1.93), Cassiano Nunes comentou: "Meu artigo "DE BRASÍLIA PARA O BRASIL" relaciona-se naturalmente com o seu sobre Bernardo Elis e os goianos. Precisamos desmascarar o imperialismo do eixo Rio-São Paulo. Por sinal, acabo de receber carta-circular do Afonso Romano de Sant'Anna, diretor da Biblioteca Nacional, anunciando revista semestral de Poesia que visa isto justamente: acabar com os guetos e essa dominação. Vamos ver o que vai sair daí. Seu artigo é ótimo, portanto. Temos afinidades profundas. Vamos continuar este duro trabalho de esclarecimento e união brasileira. Enviei seu artigo ao Mindlin e ao Afonso Romano de Sant'Anna."

Aí está dito tudo. Não é possível que numa população de mais de 140 milhões de pessoas não existam figuras respeitáveis de intelectuais que infelizmente permanecem ignorados pela discriminação. Pela falta de veículos de comunicação de suas obras. É preciso promover amplo intercâmbio entre as áreas culturais do país. Sem comunicação os produtores culturais definham e desaparecem. Sem comunicação não há estímulo e as culturas se estiolam. Sem comunicação continuaremos para sempre hipersubdesenvolvidos.

Veríssimo de Melo é escritor e atual presidente do Conselho Estadual de Cultura/RN.

Revisão constitucional

Rose Mary Miranda PP



Apesar de entender que, neste momento, a revisão constitucional deixa antever dúvidas e provoca apreensões — daí a polêmica que tem gerado — em função de 1993 ser um ano pré-eleitoral, esperamos que o Congresso, seus parlamentares, tenham o bom-senso e a responsabilidade de não transformar a nossa Constituição numa lei clientelista e que não se deixe levar pelo perigoso caminho do corporativismo.

Com a revisão constitucional a nossa preocupação básica, fundamental, é garantir os direitos sociais,

tão caros ao nosso povo. Neste capítulo, uma atenção especial: os direitos da mulher. Na condição de vice-presidente da Câmara Legislativa temos pautado nossa atuação no DF pela defesa intransigente dos direitos da mulher; temos nos dedicado a revelar, denunciar, condenar, a violência que se prolifera cada vez mais contra as mulheres. E, na expectativa da revisão constitucional, não poderíamos deixar de manifestar este sentimento. É preciso estabelecer de uma vez por todas — e colocar em prática — que as mulheres têm os mesmos direitos que os homens.

A reforma tributária é outra de nossas preocupações. Setores responsáveis pela economia têm manifestado a necessidade de mudanças de forma a permitir que o País encontre, finalmente, o caminho contra a inflação. É o que desejamos, alertando apenas para um aspecto: na reforma fiscal o povo não pode, mais uma vez, ser o grande sacrificado.

Salviano Guimarães PSDB



Quando se fala da dependência financeira do DF, em relação à União, tem-se muitas vezes argumentado equivocadamente. Não se trata de argumentar no sentido de que a União não paga IPTU ao GDF e tampouco os serviços urbanos, enquanto ocupa uma parte importante da cidade com seus órgãos funcionais. A União tem passado recursos orçamentários, inclusive os recursos oriundos de obrigação constitucional, em valores superiores a US\$ 1 bilhão por ano. Falou-se muitas vezes em dependência econômica, quando de fato o DF é economicamente independente da União, pois gera

renda no setores secundário e terciário capaz de prover US\$ 2,5 bilhões em impostos federais. Essa confusão não contribui para o esclarecimento do problema enquanto é exatamente neste fato que reside o cerne da questão.

O que o DF não possui é capacidade financeira, pois as disposições normativas de distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, estão totalmente desatualizadas em relação às profundas mudanças produzidas pela Constituição de 1988. A revisão da atual Constituição terá que propiciar ao DF, condições para sua independência financeira, com a modificação das disposições sobre os Fundos de Participação dos Estado e Municípios, sem o que a independência política concedida na Constituição de 1988 é meramente retórica.

Enquanto o Distrito Federal não conquistar a sua autonomia financeira estará permanentemente de pires na mão diante de situações dramáticas como as greves, sem condições de resolver seus próprios problemas e, portanto, eternamente dependente da União.

■ Jaime de Almeida

O Espírito Santo na História da festa

No presente artigo, o professor Jaime de Almeida investiga os antecedentes históricos das festas cristãs, especialmente as da nova era do Espírito Santo em suas origens e manifestações medievais.

O calendário cristão contém elementos do calendário judaico e romano, com alguns acréscimos germânicos e celtas. O núcleo central porém se constituiu, obviamente, a partir do ano judaico, com as festas da Páscoa, tradicionais, e Pentecostes, cristãs. Entre o ano lunar judaico e o ano solar romano, a Igreja adotou o meio-termo, enquadrando a data móvel da Páscoa entre dois extremos fixos.

As diversas épocas da vida religiosa pré-cristã sobreviveram longamente, no entanto, sob a forma de festas populares, indiferentes ao novo calendário imperial cristão. A atitude da Igreja diante destas festas pagãs teria sido, num primeiro momento, ditada pelas necessidades internas do culto. A Igreja estaria, de maneira geral, se adaptando inconscientemente à celebração das diversas épocas da vida social de então. O motivo consciente e dominante na preocupação pelas festas litúrgicas teria sido, à época, a intenção de comemorar os atos da vida de Cristo e da família divina e de organizar os rituais.

Num segundo momento, o calendário litúrgico se expandiu progressivamente. Criou-se expressamente uma festa eclesial, para substituir as calendadas de janeiro; as festas da Cathedra Petri (18 de janeiro e 22 de fevereiro) parecem ter sido instituídas para sobrepor-se às Parentalia, de fevereiro; a Litanias Minor, de 25 de abril, substituiu as Robigalia. Enfim, o Natal fixou-se no dia da celebração do Natalis Solis Invicti, assimilando Cristo ao Sol (e, eventualmente, ao imperador). Daí em diante, as festas da liturgia cristã se multiplicam atingindo praticamente todos os domínios da sociedade e da natureza. O apogeu dessa expansão ocorreu no século XVII.

Mas, o protagonista privilegiado deste processo teria sido o cle-

ro, ou, melhor ainda, o alto clero letrado?

As festas não se criam nem se suprimem em obediência estrita à lógica dos teólogos. Frequentemente, sob uma aparência de imobilidade perpetuada pela tradição, um conflito ancestral permanece latente. É como se coubesse à festa manter a memória de um combate decisivo, reafirmando o controle sobre uma alternativa outra que, não tendo sido totalmente erradicada, também reaparece em cada comemoração.

O estabelecimento da festa de Corpus Christi, por exemplo, em 1264, tem sido explicado pela necessidade de intensificar a comemoração da Eucaristia, completando a liturgia da Quinta-Feira Santa. Ora, é bem sabido que as festas medievais eram organizadas por confrarias, que geralmente correspondem aos vários ofícios. Há indicações de que esta nova festa foi, desde o início, organizada e apropriada pelas corporações dos ofícios mais ricos e pelo patriciado urbano. Algum tempo mais tarde, no século XV, as Entradas Régias, dos soberanos interessados na aliança com as cidades contra os barões feudais, buscaram seu modelo na procissão de Corpus Christi e nos antigos triunfos romanos.

Por outro lado, os estudos do contexto social do século XIII permitem supor que a festa de Corpus Christi — corpo e sangue — deve ter sido instaurada com a finalidade de marcar uma clara oposição à festa de Pentecostes — espírito — que se comemora apenas poucos dias antes.

— As Festas do Espírito Santo —

A representação do Espírito Santo na ortodoxia se definira com o Concílio de Nicéia (em 325), quando a organização eclesial tornou-se suficientemente complexa e estável para



Gravura florentina, 1470-80, mostrando o homem orgulhoso jogado à destruição e o humilde elevado ao céu

considerar inúteis as manifestações individuais e espontâneas que caracterizavam a vivência dos cristãos desde o tempo dos apóstolos. A vida do crente e da Igreja eram até então a luta entre forças sobrenaturais rivais. O fiel, rodeado por legiões de gênios maus empenhados em comprometer sua salvação, protegia-se graças às operações do Espírito Santo, que residia na comunidade cristã da mesma forma como os demônios residiam entre os não-cristãos. Todas as entidades das demais crenças eram declaradas demoníacas, somando-se à já numerosa corte de demônios herdados do judaísmo.

À época operações religiosas dos pagãos eram rigorosamente equivalentes àquelas dos cristãos, não cabendo, nos primeiros séculos, distinção entre fenômenos divinos e fenômenos demoníacos: as manifestações "pneumáticas" (do grego pneuma, espírito: visões, sonhos, profecias, glossolalia, etc) eram — e são — desordens psíquicas ou físicas individuais, disciplinadas por meio de categorias sociais e atribuídas a forças sobrenaturais.

A linha convencional que diferenciava a ação dos demônios da operação do Espírito Santo correspondia exatamente à fronteira entre as comunidades hostis. O Espírito Santo designava, portanto, a alma social, o princípio de unidade, coesão e resistência da comunidade cristã que se constituía sob rígida disciplina imposta pelos patriarcas, a princípio, e depois pelo clero imperial, desde a conversão de Constantino.

Muitas eram as representações do Espírito Santo nos textos san-

tos: o vento, o fogo, a água, chuva e orvalho, o hálito, nuvem, pomba, uma voz, um selo, línguas de fogo. A adoção da imagem da pomba (associada ao batismo de Cristo) em detrimento da forma explicitamente relacionada com Pentecostes (as línguas de fogo), terá sido uma precaução consciente por parte da hierarquia da Igreja, visando evitar o perigo de contaminação dos fiéis pela gnose maniqueísta, na qual, o dualismo luz/trevas é uma das articulações centrais. É notável aliás a coincidência formal entre o Terceiro Tempo da escatologia de Maniqueu (215-276) e o Mundo Novo, era do Espírito Santo, profetizado por Joaquim de Fiore e Geraldo de Borgo San Donnino, em plena época da heresia catarista.

— O Mundo Novo e a Era do Espírito —

Joaquim de Fiore, calabrés, divulgou sua mensagem entre os anos 1190, quando abandonou a abadia de Corezzo e fundou uma nova ordem monástica em San Giovanni, Fiore, em 1202, quando ali faleceu em odor de santidade, suspeito de heresia pelo papa. Suas profecias foram retomadas

em 1254 pelo monge Geraldo de Borgo San Donnino, autor da Introdução ao Evangelho Eterno, prontamente contestado pela alta hierarquia da Igreja. O fiorismo, esse milenarismo de uma nova era mais igualitária, ecoou profundamente entre os franciscanos e outras ordens menores, expressando e legitimando anseios da comunidade camponesa e dos ofícios plebeus urbanos, especialmente após a morte de Frederico II, quando as guerras civis ensanguentavam a Itália dividida entre guelfos e gibelinos. A expectativa da terceira idade do mundo se confundia muitas vezes com a confiança na chegada iminente de um Imperador que derrubaria Roma e seus falsos profetas.

As turbas de flagelantes, vagando a esmo pelas estradas, abandonando o trabalho e divulgando notícias de milagres — o Cristo enchendo milagrosamente de pão o cesto vazio de um pobre camponês, por exemplo —, foram prontamente condenadas pelo Concílio de Lyon (1274), e tenderam à radicalização no final do século sob a liderança de Frei Dolcino. Desde o século XIII certas confrarias do Espírito Santo, como a de Marselha, foram o fermento de uma ação cidadã com propósitos globais, comunitários, plebeus, artesanais, revolucionários; e isto sob o patrocínio utópico da 3ª Pessoa, a mais coletivista e futurista da Santíssima Trindade.

Assim, não poderia tratar-se de uma simples coincidência a instituição da festa de Corpus Christi por Urbano IV, em 1264 com farta distribuição de indulgências, exatamente quando havia, na Itália e em suas fronteiras, esta enorme expectativa pelo mundo novo, a nova era do Espírito Santo, que viria superar as limitações da era do Filho a partir de 1260. É curioso notar que neste mesmo século XIII a Igreja começa a fixar e subordinar o carnaval à quaresma.

A repressão contra os fioristas, apóstolicos e dolcianos provocou a difusão de suas idéias para outras regiões da Europa; daí, provavelmente, as nítidas características redistributivistas assumidas pela festa do Divino Espírito Santo em Portugal, desde o século XIV, quando a rainha Santa Isabel teria sido fortemente influenciada por um sonho.

Encerramos aqui esta pequena "arqueologia" da festa do Divino Espírito Santo. Numa segunda parte, focalizaremos a sua história, de Portugal e Açores ao Brasil.

Jaime de Almeida é professor do Dept. de História da UnB

Bibliografia

- AMARGIER, P. "Sur la Confrérie du Saint Esprit au Moyen Age" in Cahiers de Fanjeaux vol II, 1976.
 ELLADE, Mircea. História das crenças e das idéias religiosas. RJ, Zahar, 1979.
 HUBERT, H. resenhas de: KELLNER, K.A.H. Heortologie oder das Kirchenjahr und die Heiligenfest in ihrer geschichtlichen Entwicklung, e WEINEL, Heinrich. Die Wirkungen des Geistes und der Gelster im nachapostolischen Zeitalter bis auf Irinaeus, in L'Année Sociologique, anos 6 (1901-02) e 4 (1899-1900).
 KNOWLES, D. & BOLENSKY, D. Nova História da Igreja. Petrópolis, Vozes, 1974.
 VOLPE, G. Movimenti religiosi e sette clericali. Florença, Sanson, 1971.

Revisão constitucional

■ Jacinto Guerra

Tadeu Roriz-PP



O Distrito Federal cumpre um importante papel no desenvolvimento econômico e social do Planalto Central e de todo o Brasil, integrando e interligando os estados e, ao mesmo tempo, dando condições de sobrevivência a milhares de migrantes que chegam à cidade todos os anos.

Essa prerrogativa somente é possível devido à transferência de recursos repassados pela União a nossa cidade, que representa cerca de 50 por cento do nosso orçamento, para garantir a Educação, a Segurança e a Saúde no Distrito Federal.

Não se trata de um privilégio, como muitos defendem, mas uma condição mínima e necessária para que o DF, uma cidade sem indústrias, agricultura e receitas suficientes, possa abrigar a Capital da República e ainda servir como alavanca propulsora do desenvolvimento do Centro-Oeste.

A revisão constitucional poderá representar um perigo para o DF, caso os parlamentares federais aprovem o fim da transferência desses recursos da União. Será transformar o Distrito Federal num dos estados mais pobres do Brasil.

Por essa razão, acredito que a Comissão Especial, formada por deputados distritais, para defender os interesses do Distrito Federal e dos brasilienses na reforma da Constituição Federal, desempenhará papel fundamental na consolidação definitiva da nossa cidade.

Wasny de Roure-PT

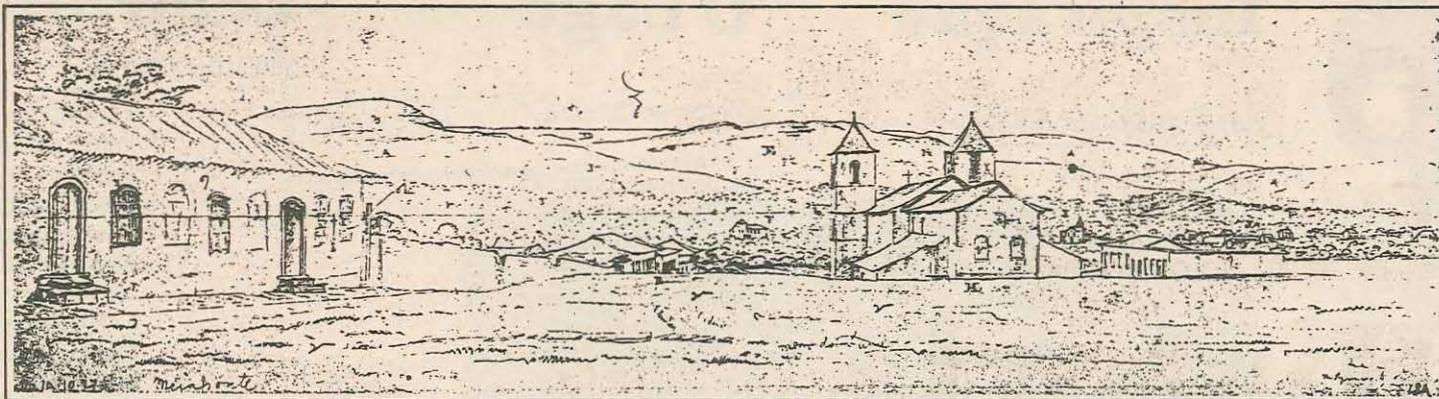


Como integrante do Partido dos Trabalhadores, nosso pensamento a respeito da revisão constitucional é a de que a mesma, se for feita ainda este ano, como querem as elites, não passa de monobras dos setores conservadores da sociedade para viabilizar as medidas que eles querem, caracterizando mais um golpe dado por um Congresso em final de mandato.

De pouco adiantará querer mudanças na Carta Magna feitas a toque de caixa, antes das eleições de 94 que deverão renovar o Congresso Nacional e eleger o novo Presidente da República. O Congresso que aí está não pode se outorgar o direito que não lhe foi dado de mudar a Constituição, pois mesmo que isto seja legal não é legítimo.

A garantia, portanto, da autonomia financeira do DF na revisão constitucional deverá passar, pela revisão do próprio quadro dos políticos que compõem o Congresso, através de eleições limpas que expressem a vontade popular.

De nada adiantará fazer mudanças na Carta Magna agora, pois é sabido que através da revisão-já alguns querem acelerar as privatizações, dar mais espaços para o capital estrangeiro, reduzir a carga tributária sobre o capital e até mesmo mudar as regras do jogo político, acabando com os dois turnos e permitindo a reeleição para os executivos.



Uma surpresa em Goiás

De repente, na estrada de Pirenópolis, aparece uma enorme queda d'água, um vale, cachoeiras, pedras, buritis e restos de floresta. Barulho de águas caindo no penhasco. É o Rio Corumbá, de águas límpidas, que vem do altiplano e despenca pirambeira abaixo.

Logo à frente, surge no horizonte uma cidadezinha antiga, de cartão postal: Corumbá de Goiás — território de bandeirantes, ouro e aventuras. Hoje, uma velha igreja de feição portuguesa domina o casário bordado na encosta do monte. É um lugar cheio de histórias, folclore, tradições. Fiquei sabendo que as Cavalhadas de Corumbá movimentam a cidade durante uma semana de festas, com o povo do lugar e muita gente de fora.

Na língua dos primitivos habitantes da região, os índios goianos, Corumbá significa "a minha morada, o meu lar, a minha terra". Como se sabe, o Brasil tem outra Corumbá, muito maior, porta de entrada no Pantanal, Mato Grosso do Sul.

Entre fascínios diversos, Corumbá de Goiás destaca-se na literatura como pouquíssimas cidades. É terra de gente famosa: Bernardo Elis, contista, romancista, membro da Academia Brasileira de Letras, um dos grandes escritores do nosso país — e José Jacinto Veiga, mais conhecido como J.J. Veiga, mestre do fantástico na literatura brasileira, com "Os Cavalinhos do Platiplanto", "A Sombra dos Reis Barbados" e outros livros de sucesso em diversos países.

Depois de morar muito tempo em Londres, Veiga fixou-se no Rio de Janeiro, mas sempre volta às origens, nas margens do Corumbá. Bernardo Elis, um

provinciano convicto, mora em Goiânia. E raramente sai de lá. É gente da terra.

De origem humilde, um menino de Corumbá de Goiás foi parar em Bom Despacho, Minas Gerais, em busca de aventuras e de vitórias. Começa logo na política, depois de trabalhar num colégio. Conquista uma cadeira na Câmara Municipal — vereador mais votado — e governa a cidade pela segunda vez, na esteira da consagração popular. Seu nome: Célio Luquine, de remotas origens na Itália. É uma espécie de Maquiavel e de Íris Rezende. Florença e Goiás nos domínios de Bom Despacho, outro chão do Brasil.

A nossa Corumbá de Goiás é um lugar de casarões e moradas antigas, ruas estreitas, muita paz, um cine-teatro e uma Banda de Música com mais de cem anos de existência!

Chegando à cidade, fomos rezar na Igreja de Nossa Senhora da Penha, padroeira do lugar. Depois, com os encantos da terra, o jeito é ficar no Recanto Goiano — Pousada e Restaurante, uma casa alegre, arejada, no largo principal, perto da igreja. Parece uma sede de fazenda antiga. No quintal, pés de chuchu, mangueiras, galinhas, barulho de araras, papagaios e periquitos conversando.

Livres da televisão, fomos jantar uma comida caseira, gostosa. E conversar fiado. Depois, o espetáculo do luar e das estrelas. Vozes distantes de uma serenata. O silêncio da noite.

Acordamos com os primeiros clarões do dia. Os galos cantando. Badaladas do sino da igreja. Café da manhã com frutas, leite, biscoitos, dos melhores, queijo e bolo de fubá.

Com o sol já alto, fomos para as cachoeiras do Rio

Corumbá poucos quilômetros adiante. Andei lendo — e vendo — que por mais de duzentos anos esta região dos Pirineus atraiu bandeirantes e pioneiros à busca de ouro e diamantes.

Hoje ergue-se nesta paragem um complexo de lazer e turismo — parque ecológico, com hotel, cabanas, chalés, no meio de praias de areias brancas, cachoeiras, grutas e pequenos lagos de águas tranquilas. Na beira do rio, muita areia com brilhos e vidrilhos, água limpa, gente nadando e brincando. Muito sol e vento, encomendados para as férias deste verão.

Caminhar é preciso. Nas pedras e nas águas, vamos andando rumo à cachoeira maior. Subimos a encosta por uma trilha íngreme — coberta de vegetação e de pedras — até chegar às vizinhanças da grande queda d'água.

É preciso andar com muito cuidado nas proximidades de tanta pedra e tanta água. Áreas de segurança estão delimitadas com avisos bem visíveis. É só ficar de olhos bem abertos.

O horizonte se fecha. Estamos frente a uma grande muralha de pedras enormes, de formatos diversos, que lembram animais pré-históricos e outras coisas estranhas. Parece que existem grutas, cavernas e galerias escondidas no paredão.

Cai uma garoa fina, chuvinha gostosa e fria, amenizando o calor do sol. São as águas da cachoeira. Troncos de árvores apodrecem nas águas. De um lado e do outro restos da floresta.

Em cima, uma larga faixa de céu azul. No centro, espalhando-se para os lados — e ocupando os espaços da nossa visão — as grandes cortinas de águas

espumantes, rendadas, barulhentas. Bendito barulho de águas revoltas que descem penhasco abaixo, cobrindo a muralha de pedras milenares. Esse barulho faz muito bem à gente. Sufoca as mágoas e tristezas. É como nas águas do mar batendo forte na praia e nos rochedos.

O céu, as pedras enormes, as árvores e as águas ocupam todo o nosso horizonte. É uma festa da natureza, para os olhos e a alma. Confesso que tenho vontade de chorar diante de tanta beleza. E choro, como em outros lugares que me trazem emoção. E agradeço a Deus pela vida e pela existência de para-gens como esta, certamente das mais belas do mundo!

Mais tarde, outros passeios: Cachoeira do Ouro, Poço Rico, Garganta do Ouro, todos lembrando uma época de aventuras, de riquezas e misérias do Brasil antigo.

Faço descoberta singular: uma cascata escondida, quase virgem. Banheirinho gostoso, na sombra verde do mato. Arranjei um nome para o lugar: Cascata do Anhanguera. Com certeza, o bandeirante foi lá beber água e descansar. Afinal, ninguém é de ferro.

Como o feriado foi pequeno para tanta água e tanta paz, voltamos para casa com muita saudade de Corumbá. Um dia, outros dias, lá estaremos de novo.

Em verdade vos digo que uma coisa boa é sonhar. Hoje, o meu sonho de verão, a minha vontade mesmo, é ficar para sempre com minha família naquela casinha antiga, de janelas azuis, em Corumbá de Goiás, bem perto de Deus. Debaixo deste céu tão bonito, no Planalto Central do meu país.

Inspiração

Adaglion Aires de Andrade

Trabalho fiando
meu casulo.
Fio por fio amando.
Insuflo essas linhas
que, às vezes, costuram
a boca das palavras.
Outras vezes, lepidópteros
— metamorfoseados de idéias —
filhos do vento,
desenrolam esse carretel,
deixando nus os desejos.
Liberdade das
proparoxítonas.
Liberdade: extra-muro?
Nessas linhas que me
agarram com a pena
na folha, e a folha que
voa comigo. Digo,
consigo: inspiração.
Talvez um nó
prenda um pedaço
do meu coração.
Talvez tudo que o nó
prenda, é um todo
de uma ficção.

Na Roda da Vida

*Olympiades Guimarães Corrêa **

Na roda
Que roda,
A roda da vida,
Rodando ela vai
E vai nos levando
Para onde eu não sei...

É uma roda gigante
Que roda demais
E se parado ficarmos
Ela passa por cima
e ficamos para trás...

Na roda
Que roda,
A roda da vida,
Rodando ela vai,
Nos levando de roldão...

Eis a roda gigante
Que roda,
Roda,
Roda,
Continua rodando,
Sem parar um momento sequer!...

(*) Mem bro da Academia de
Letras de Brasília e de Letras e
Artes do Planalto

Nihil

Ronaldo Cagiano

Num mundo sem nexo
e tanto óxido
como deixar
de tornar-se ácido?

Num tempo de míssil
e tanto ócio
amanhã seremos
apenas fóssil.

O Lago

Joanyr de Oliveira

Estas águas paradas
em pura aparência:
navegantes ocultas
do próprio ventre.
Águas de tilápias
e outros ciclídios
de boquinhos grávidas
e de dez espinhos.
Estas águas pardas
de rosto poluído
em dias de pismo
e semblante lívido.
Águas e seus braços
longos no invisível
fugitivos mares
despojados, insípidos.
Águas fantásticas
de navios prenes
de salinos pássaros
no mofo das lendas.
Águas deste Lago
sobre as redes do tempo
colhem prédios e faces
descarnadas no vento.
Águas e mais nada:
só os mitos perfeitos
e estes sonos pesados
de edifícios e peixes.

Labirinto de Concreto:

Simão de Miranda

As lágrimas...
Todas as lágrimas são as mesmas.
As águas de todas as mágoas
desembocam no plácido Paranoá.
A cidade incólume
de colete de concreto armado
assalta a multidão multicor
à mão armada.
Traga o homem como o pior cigarro,
sem filtro.
Os prédios fazem cócegas,
arranhando o céu.
Aqui é impossível esquercer-se tudo,
quanto mais se segue, mais a cidade cresce.

UM

Vicente Sá

Meu telefone nem trim
meu passarinho nem trina
e meu coração tum-tum
meus passos nem toc-toc
meu céu nem mais anil
e ninguém psiu
o copo — na mesa
o garçon nem bramha
e o pessoal nem aí
no teu colchão de lona
ai solidão —
vontade de carona

Fugaz

Lincoln

Quis fugir de mim
Desmentir as linhas traçadas
Em folhas avulsas
Marcas líricas de poesias

Versos dum tempo menino
Registros, sementes de ontem
Quando eu buscava sem saber
um desembocar para meu sofrer

Ondas fortes emergiam
Num arrebeitar sonoro
Lançando mariscos na praia
Do meu consciente porto inseguro

Pensei dizer não a poesia
Encalhar o pirata sonhador
Navegante de mares mortos
Carente do sal da terra

Na cadência de velho barco
A lua testemunha ocular
Dos meus conflitos e desenganos
Se fez indiferente, traçando rotas

Contrariando meus desejos
Nasce o poema que eu não queria
Do alto, o luar espia
Cobrando-me mensagens de
alegria

Verão

Rubervam Du Nascimento

No verão as plantações ficam
fracas
nem a varanda aguenta o clarão
das tardes

minhas mãos riscam en canto
palavras ciscam palavras
enquanto
campeia em mim o prazer dos
jardineiros

Enigma

Ely Costa

Eu sou a ninfa de olhos amendoados, tês aveludada, corpo escultural
Pisar macio.
A perfeição do ser...

Sinto dentro de mim o palpitar do néctar, deixado em transe no
colóquio de duas almas em evolução.

Sou o que flutua no líquido plascentário pulsando horas a fio em
harmonia com o infinito.
Na formação de outros infinitos!...

Sou o porque... Sou a razão da vida.

Você é o invólucro. Cobre com seu líquido aquoso.
Faz pulsar mais forte...
Fortíssimo meu corpo na volúpia inconsciente.
Representa o todo.

Você é imortal!...
Vai e vem incontinente.
Sem definir ondas...
Ora brandas, ora bravias.

Você me quer... você me repudia.
toca com um torpor de vida e morte, na volúpia dos nosso seres nos
amamos sem saber.

Eu sou o feto fecundado. Você o líquido que alimenta.
Sou o embrião
Você a seiva criadora.

Quem somos? Quem sou eu? Quem é você?...

Cartas

Ao
DF LETRAS
Câmara Legislativa do DF
SAIN - Parque Rural Norte Brasília-DF

7 0 0 8 6 8 0 0

Somerville, 7 de julho de 1993

Caro Nelson Pantoja

Grato pela remessa do DF-Letras (nº 5). A edição comemorativa do 3º aniversário de Brasília trouxe a minha memória fatos que tive a alegria de viver, a partir de 1960, como participante da inesquecível "Marcha para o Oeste".

Estou apenas passando alguns meses com familiares residentes na Grande Boston, e logo estarei de volta.

A você e à equipe do belo suplemento que tanto honra nossa cidade, os mais fraternais abraços do Joanir de Oliveira
31 Avon ST. AP 1
Somerville, MA
02145 - EUA

■ ■ ■

Santa Maria, 1º de julho de 1993.

Venho por intermédio deste, solicitar a presença do Jornal DF LETRAS, salientando o apreço que tenho por este. Certo de sua atenção Anteciosamente.

Liliane Ercolani Jornada

Rua: Cel. Niederauer Nº 1424 Aptº 102
Tel. (055) 221-6073
Santa Maria — R.S
CEP - 97015-122

Profissão: Professora e aluna do curso de pós-graduação em nível de especialização em História do Brasil — Universidade Federal de Santa Maria Santa Maria — RS.

■ ■ ■

Gurupi/TO; 28 de junho de 1993.

Prezados Senhores,

Solicito de V.S.ªs o envio desse valioso e importante suplemento, para meu deleite e enriquecimento cultural.

Dados para assinatura:

- 1) Nome: Antônio Gonçalves da Costa Neto
- 2) Profissão: servidor público estadual
- 3) Endereço: Caixa Postal, 114 77402-970 Gurupi/TO.
- 4) Telefone: (063) 851-1049 — profissional.

Atenciosamente, na oportunidade apresento a V.S.ªs elevados protestos de consideração e apreço.

Anteciosamente,

ANTÔNIO GONÇALVES DA COSTA NETO

■ ■ ■

Senhores

Tendo tomado conhecimento da publicação do periódico DF Letras, solicito informações de como proceder para assiná-lo.

Sem mais para o momento, antecipadamente agradeço.

Atenciosamente

Davi Guilherme Gaspar Ruas
Rua Argemiro Luiz Cagnin, 373
13600-000 - ARARAS - SP

Porto Alegre, 20 de setembro de 1.993,

Ilmº Srº

Nelson Pantoja
Editor Geral de
"DF - Letras"
BRASÍLIA - DF
Prezados Senhores.

Venho agradecer aos exemplares recebidos do Suplemento Cultural editado por essa Câmara Legislativa do DF e cumprimentá-los pelo elevado nível técnico alcançado.

Outrossim, aproveito para comunicar a V.S.ªs, que no corrente ano, às 17h do dia 05 de maio, foi lançado com o apoio da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, o livro

"CONVERSANDO" em verso e prosa, co-autoria de Alceu Bicca (poemas) e João Flores (contos).

O lançamento foi realizado no Solar da Câmara, local reservado para exposições de pinturas, de esculturas e de fotografias, também, realiza com regularidade Saraus musicais. A casa é destinada à cultura, sendo bem próprio da Assembléia Legislativa.

"CONVERSANDO" teve o privilégio de ser o primeiro livro lançado no local e seu autores se orgulham de serem saudados pelo presidente do Legislativo gaúcho, deputado Renan Kurtz.

Aproveitamos a oportunidade para enviar um exemplar da obra e, também, retrato da solenidade mostrando o momento histórico do lançamento.

Sem mais, firmo-me

Atenciosamente
Alceu Bicca



Distanteresina, 31 julho 1993.

Paulo Bertran,

Agradeço o envio costumeiro do DF LETRAS. A necessária publicação cultural de Brasília que transforma essa "cidade" seca em um punhado de boas palavras.

Com este suplemento é possível uma viagem no tempo de Brasília, e espelha com dignidade o fortalecimento e a criatividade dos que resolveram concentrar-se no Planalto Central e nele fizeram sua morada. Que extraordinários mergulhos, por exemplo, o artigo do Luís Carlos Lopes sobre o PROJETO BRASÍLIA. "Modernidade e História", no nº 3, de janeiro, do corrente, Memória do Planalto, do Ramir Curado, e a magnífica poesia do Cassiano Nunes.

Um grande abraço,
Rubervam Du Nascimento
Teresina-64001-970

Ao editor
do DF Letras

Brasília, 02 de agosto de 1993

Gostaria de saber da possibilidade de receber a excelente publicação desta Casa, o DF Letras. Informo desde já meu endereço para remessa ou para quaisquer outras informações que se façam necessárias.

Antecipo meus agradecimentos ao tempo em que apresento cumprimentos pela iniciativa e qualidade daquele informativo.

Anteciosamente,

Rita de Cássia Ramos Gomes

Endereço
SDS-Conjunto Baracat-sala 507
70392-900 Brasília-DF

■ ■ ■

Araçatuba-SP,
05 de Abril de 1993.

Ao
DF LETRAS
Câmara Legislativa do Distrito Federal
BRASÍLIA - DF
Prezados(as) Senhores(as):

Tomei conhecimento da publicação, "DF LETRAS" através do (a) D.O. LETRAS, S. Paulo, 11(130) março de 93. Gostaria de poder conhecer melhor a publicação, razão pela qual, solicito maiores informações a respeito, e, se possível gostaria de receber um exemplar que seria a melhor maneira de conhecê-lo.

Sem mais para o momento, antecipo o agradecimento e subscrevo.

Cordialmente:

KAZUO ISSAYAMA
Caixa Postal 565
16001-970 - ARAÇATUBA - SP

BRASÍLIA, 23 de agosto de 1993.

EXM. Dep. ROSEMARY MIRANDA,

Gostaria que me fosse concedido uma assinatura do JORNAL DF LETRAS, pois quando o leio, é emprestado de outros assinantes, como tenho interesse nos assuntos publicados por esse jornal, ficaria muito agradecido se viesse a ser contemplado com uma assinatura, antecipadamente agradeço.

JOVANI TIMO

END: AR 04 Conj. 06 Casa 20 - Telefone 591-8580 - Feira Modelo de Sobradinho - 591-1153 R/239 - CEP 73000-000

THE GENERAL LIBRARIES
THE UNIVERSITY OF TEXAS AT AUSTIN
Nettie Lee Benson Latin American Collection · SRH 1.109 · Austin, Texas 78713-7330 U.S.A. · (512) 471-3818

13 de agosto de 1993

DF Letras
Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal
Sain
Parque Rural Norte
70.086-800 Brasília, D.F.
BRAZIL

Prezado(a) Senhor(a):

Durante os últimos setenta anos a Biblioteca Latinoamericana Benson da Universidade de Texas em Austin tem reunido mais de 550.000 volumes sobre a América Latina em todos seus aspectos.

Continuamos de aumentar a coleção para nossos pesquisadores. Gostaríamos de adquirir as publicações abaixo citadas, preferindo recebê-las em permuta ou por doação. Se este convênio não seja possível, favor nos avisar como é possível adquirir as matérias que procuramos. Também queremos saber se seja possível começar permuta de duplicatas com sua instituição.

Muito obrigada pela sua atenção.

Atenciosamente,
Laura Gutiérrez-Witt
Laura Gutiérrez-Witt
Bibliotecária-Chefe

■ Aylê-Salassiê

Foto: Rui Faquin



Pedreiras de Agulhas Negras,
monolitos de granito,
cavernas misteriosas
do Diabo, do Petar
grotões da Serra do Mar.
E assim na minha terra
nos altos da Mantiqueira,
no Raso da Catarina,
nos Aparados da Serra,
no araripe, Apodi,
no maciço da Bocaina,
divisa do Pacaraima.

Vastos platôs da Chapada,
cerrados do Centro-Oeste
cobertos de pequiueiros
veredas e buritis.
Nos sertões, os catingueiros,
mandacarus, cajueiros...
Lagos, dunas maranhenses.
Pampas, falésias, restingas,
brancas salinas fluminenses.
Ilhas, praias desertas, estranhas,
de Trindade, do Arol,
de Fernando de Noronha.

Amazônia. Amazonas!...
Cenário quase catártico:
orquídeas, bromeliáceas,
aranhas, plantas no cio,

pacus, botos, tucunarés.
Besouros e lepdópteros
voam sorte cascatas,
igapós, igarapés
cobertos de ninfeáceas,
parasitas, samambaias
no Jari, no Mapiá,
Araguaia, Juruá.

O vigor das grandes árvores,
a biodiversidade,
as cores dessa Hiléia:
verde escuro, amarelado,
canelas, arrocheados,
vermelhos bem deslumbrados.
No coração desse reino
de excêntricos animais,
vegetais exuberantes,
flui o ouro, a hematita
turmalinas, diamantes
e muitas águas termais.

Ao longo da Mata Atlântica,
jequitibás, jatobás
confundem suas figuras
com mognos, jacarandás,
sucupiras, sucuris,
macacos, cipós do mato,
begonhas e trepadeiras,
embaúbas, bananeiras,

jambo, jacas, pitangueiras,
lobrobôs, maracujás,
papaia, periquitos
e o gato maracajá.

Para o homem da cidade,
tudo, e mais, é novidade:
o topete do carcará
o azul real da arara,
rabo de tamanduá,
abelha fazendo mel,
o papo do jaburú,
o clangor da araponga,
batuque do pica-pau,
coaxo de cururu,
chocalho de cascavel,
o canto do uirapurú.

Falsos uiracús
convivem, no Pantanal,
com garças e tuiuiús,
piranhas e jacarés,
capivaras, caetetus.
Lá, o veado campeiro
cohabita com a panthera
esfaimada, ameaçada,
que ronca no mataréu,
à busca do seu abrigo
que virou algum curral,
ou então arranha-céu.

Jequitinhonha agastado,
araucarias devastadas,
Sete Quedas afogadas,
minas catarinenses...

Coqueirais das Alagoas,
cacauais da Bahia,
babaçuais do carvão
do oeste do Maranhão.
Palmitas do Amapá,
seringais do Xapurí,

castanhais, não mais eu vi
no interior do Pará
Vaqueiros e cangaceiros
pererês e caborês,
boias frias, botocudos,
o guaraná dos maués.
Kamayurás, artesões
da coca. A pororoca.
Aldeias e casarões
dos negros; o candomblé.
Do imigrante o chalé.
A dança do boi-bumbá,
velhas canções de roda.
Perdem-se todas no tempo...
Tudo está fora de moda.

Verdes mares dos corais,
do camarão, da lagosta,
da baleia e muita ostra
destinada a exportação.
Rios da garimpagem,
anêmicos e muitos pálidos,
fazem seus personagens
mais pobres, quase esqueléticos.
Plantam prédios
em áreas de manguesal.
Matam, peixes, ariranhas,
na Ilha do Bananal.

Tropicália, marginália:
reza, dança, pagelança,
variedade e abundância
na linha do Equador.
Horizontes de carmim,
perfis de rara beleza.
Trópicos desnaturados...
excêntricos, apropriados
em planos miraculosos
e jeitinhos maliciosos.
É assim a minha terra!
Nela a esperança se encerra.

Cenas brasileiras

Aylê-Salassiê

Poeta e jornalista

CPMTRATP Mº 3956/91
ECT/CÂMARA LEGISLATIVA/DF
UP: AC/ CÂMARA LEGISLATIVA